

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Diego Araujo Gois

A Viva Rio no Haiti: Uma análise das ações sociais da ONG e da sua participação na
MINUSTAH

Mestrado em Relações Internacionais

São Paulo
2019

Diego Araujo Gois

A Viva Rio no Haiti: Uma análise das ações sociais da ONG e da sua participação na
MINUSTAH

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos Internacionais e Violência nas Sociedades Contemporâneas”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira.

São Paulo

2019

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Gois, Diego Araujo.

G616 A Viva Rio no Haiti : uma análise das ações sociais da ONG e da sua
participação na MINUSTAH / Diego Araujo Gois. – São Paulo, 2019.
124 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Paulo José dos Reis Pereira.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2019.

1. Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti. 2. Viva Rio
(Organização). 3. Organizações não-governamentais – Brasil. 4. Brasil –
Relações exteriores – Haiti. 5. Construção de nação – Haiti. I. Título.

CDD 327.172

DIEGO ARAUJO GOIS

A Viva Rio no Haiti: Uma análise das ações sociais da ONG e da sua participação na
MINUSTAH

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos Internacionais e Violência nas Sociedades Contemporâneas”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Profa. Dra. Mônica Hirst (Universidade Nacional de Quilmes)

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

São Paulo, 31 de Maio de 2019.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram e acreditaram na importância desse trabalho.

Um agradecimento especial aos meus pais, Crenilda Araujo Gois e José Amilton Gois, por me darem apoio e estímulo nessa caminhada. Sem a ajuda de vocês, eu não teria conseguido.

Ao professor e orientador Paulo Pereira, pela paciência de ler atentamente as várias versões do texto, bem como pelos conselhos precisos que permitiram chegarmos nessa versão definitiva do trabalho.

Aos grandes amigos insurgentes, Leandro Fernandes e Wagner Roveder, pelas longas conversas e pelas trocas de ideias sobre como pensar as nossas pesquisas e nossas vidas diante das incertezas que nos acompanham.

Esse trabalho não seria possível sem a ajuda e a leitura atenta dos amigos e membros do GECI (Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais). Um agradecimento especial ao professor Reginaldo Nasser, a Tomaz Paoliello, à Priscila Vilella, a João Fernando Finazzi, a Rodrigo Amaral, à Mariana Bernuci, a Gustavo Oliveira, a Paulo Meirele, a Amadeo Carvalho, a Leonardo Chilio Jordão, à Elcineia Castro, a Bruno Hubernam, à Isabella Lamas e a Arturo Hartman. Muitos dos comentários e das ideias debatidas nas nossas reuniões foram, de alguma forma, incorporadas neste trabalho.

Ao professor David Sogge, pelos comentários relevantes e pelas trocas de e-mail que me deram *insights* importantes para essa pesquisa. A cada pergunta que fiz, recebi estímulo e ânimo para seguir em frente com ela.

Ao amigo Miguel Borba de Sá, que conheci durante essa pesquisa, e com o qual pude conversar sobre várias inquietações sobre o Haiti e sobre o Rio de Janeiro.

A todos os colegas do e amigos do programa San Tiago Dantas e especialmente ao professor Samuel, à Isabela Silvestre, à Giovana Vieira e à Grazi pela atenção e ajuda em assuntos que são de extrema importância para qualquer pesquisador.

Uma parte da burguesia deseja remediar os males sociais para assegurar a existência da sociedade burguesa.

A ela pertencem: economistas, filantropos, humanitários, melhoradores da situação das classes trabalhadoras, organizadores da caridade, protetores dos animais, fundadores de ligas anti-alcoólicas, reformadores ocasionais dos mais variados.

Manifesto Comunista
(MARX, 2005, p. 64)

RESUMO

A MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti) contou com a liderança militar do Exército Brasileiro, de 2004 a 2017, e teve como objetivo restabelecer a segurança e a normalidade institucional no Haiti após sucessivos episódios de turbulência política. Apesar da atuação de instituições, como as Forças Armadas, o Ministério das Relações Exteriores e do Governo Federal chamarem mais a atenção da mídia e dos analistas, a participação brasileira na MINUSTAH vai mais além do que a presença de entidades estatais. O envolvimento brasileiro na missão contou também com atores não estatais, da sociedade civil, que estavam, e ainda estão, presentes na tentativa declarada de pacificar e reconstruir o país caribenho. Um exemplo é caso da ONG brasileira Viva Rio, que desenvolve projetos de pacificação e mediação de conflitos urbanos nas comunidades de Porto Príncipe desde 2006. Apontada como um ator importante e um exemplo de iniciativa singular do modelo brasileiro de construção da paz, a Viva Rio ganhou destaque nas análises que se propuseram a explicar a participação brasileira na tentativa de reconstruir o Haiti. Com efeito, o objetivo deste trabalho é examinar a atuação da ONG Viva Rio no Haiti no contexto de uma missão de paz liderada pelo Exército Brasileiro. Argumentamos que, através da análise do caso da Viva Rio, podemos compreender algumas dinâmicas concretas sobre a participação brasileira na MINUSTAH de maneira mais precisa. A hipótese defendida é de que, por meio dos programas sociais e da prestação de serviços, a Viva Rio colabora para conquistar “mentes e corações”, pacificando a população das comunidades de Porto Príncipe. Os programas sociais e de mediação de conflitos ajudam a construir e aprimorar uma rede de governança que tem como principal objetivo administrar a sociedade civil e controlar as comunidades pobres de Porto Príncipe.

Palavras-chave: ONG Viva Rio. ONGs. Haiti. MINUSTAH. Pacificação de Comunidades. Mediação de Conflitos.

ABSTRACT

The MINUSTAH (United Nations Stabilization Mission in Haiti) relied on the military leadership of the Brazilian Army from 2004 to 2017, and aimed to restore security and institutional normalcy in Haiti after successive episodes of political turmoil. Despite the performance of institutions such as the Military, the Ministry of Foreign Affairs and the Federal Government, more attention is being paid to the media and analysts, the Brazilian participation in MINUSTAH goes beyond the presence of state entities. The Brazilian involvement in the mission also included non-state actors from civil society who were and are still present in an attempt to pacify and rebuild the Caribbean country. An example is the case of the Brazilian NGO Viva Rio, which has been developing pacification and mediation of urban conflicts in the communities of Port-au-Prince since 2006. Appointed as an important actor and an example of a singular initiative of the Brazilian model of peace building, Viva Rio has been highlighted in the analyzes that proposed to explain the Brazilian participation in the attempt to rebuild Haiti. In fact, the objective of this work is to examine the performance of the NGO Viva Rio in Haiti in the context of a peacekeeping mission led by the Brazilian Army. We argue that through the analysis of the Viva Rio case, we can understand some concrete dynamics about the Brazilian participation in MINUSTAH in a more precise way. The hypothesis is that, through social programs and services, Viva Rio collaborates to win "minds and hearts" by pacifying the population of the communities of Port-au-Prince. Social and conflict mediation programs help build and enhance a governance network which main goal is to manage civil society and control poor communities in Port-au-Prince.

Keywords: Viva Rio NGO. NGOs. Haiti. MINUSTAH. Pacification of Communities. Conflict Mediation.

RESUMEN

La MINUSTAH (Misión de las Naciones Unidas para la estabilización en Haití) contó con el liderazgo militar del Ejército Brasileño, de 2004 a 2017, y tuvo como objetivo restablecer la seguridad y la normalidad institucional en Haití tras sucesivos episodios de turbulencia política. A pesar de la actuación de instituciones como las Fuerzas Armadas, el Ministerio de Relaciones Exteriores y del Gobierno Federal, que más ha llamado la atención de los medios y de los analistas, la participación brasileña en la MINUSTAH va más allá de la presencia de entidades estatales. La implicación brasileña en la misión contó también con actores no estatales de la sociedad civil, que estaban, y todavía están presentes, en el intento de pacificar y reconstruir el país caribeño. Un ejemplo es el caso de la ONG brasileña Viva Rio, que desarrolla proyectos de pacificación y mediación de conflictos urbanos en las comunidades de Puerto Príncipe desde 2006, la cual puede considerarse como un actor importante y un ejemplo de iniciativa singular del modelo brasileño de construcción de la paz. Viva Rio ganó destacada relevancia en los análisis que se propusieron explicar la participación brasileña en el intento de reconstruir Haití. En efecto, el objetivo de este trabajo es examinar la actuación de la ONG Viva Rio en Haití, en el contexto de una misión de paz liderada por el Ejército Brasileño. Argumentamos que, a través del análisis del caso de Viva Rio, podemos comprender algunas dinámicas concretas sobre la participación brasileña en la MINUSTAH de manera más precisa. La hipótesis defendida es que, a través de los programas sociales y de la prestación de servicios, Viva Rio colabora para conquistar "mentes y corazones", pacificando la población de las comunidades de Puerto Príncipe. Los programas sociales y de mediación de conflictos ayudan a construir y mejorar una red de gobernanza que tiene como principal objetivo administrar a la sociedad civil y controlar a las comunidades pobres de Puerto Príncipe.

Palabras clave: ONG Viva Rio. ONGs. Haiti. MINUSTAH. Pacificación de comunidades. Mediación de conflictos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BRABAT	Batalhão Brasileiro da MINUSTAH
CAE	Curso de Altos Estudos do Ministério das Relações Exteriores
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
COAV	Children in Organised Armed Violence
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESF	Estratégia Saúde da Família
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAG	Fundação Alexandre Gusmão
GFI	Global Financial Integrity
IANSA	International Action Network for Small Arms
ICAN	International Campaign to Abolish Nuclear Weapons
IISS	Instituto Internacional de Estudos Estratégicos
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSF	Médicos Sem Fronteiras
NCA	Norwegian Church Aid
NORAD	Norwegian Agency for Development Cooperation
OEА	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSS	Organização Social de Saúde
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OXFAM	Comitê de Oxford de Combate à Fome
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNH	Polícia Nacional Haitiana
RENAESP	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A VIVA RIO NO HAITI: MENÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO DA LITERATURA.....	21
2.1	O Brasil na MINUSTAH e a Produção do Conhecimento.....	21
2.2	A Viva Rio nas Análises sobre a MINUSTAH	23
2.3	As ONGs nos Processos de Reconstrução	29
3	CRISE E OPORTUNIDADE NO HAITI	39
3.1	Revolução Haitiana e Dinâmica Colonial	39
3.2	Neoliberalismo e Pobreza Crônica	42
3.3	Ajuda que Gera Dependência	46
3.4	Narrativas da Crise Haitiana	49
3.5	Crise como Oportunidade	51
3.6	Haiti como Laboratório	55
4	HISTÓRICO E CRESCIMENTO DA VIVA RIO	60
4.1	Fundação, Crescimento e Relação “Amigável” com o Estado e com o Capital	60
4.2	Chegada e Ascensão no Haiti	66
4.3	Terremoto, Mudança e Perda de Protagonismo	68
4.4	Canadá, Noruega e Segurança Humana	73
5	PREMIAÇÕES E RECOMPENSAS: COMO A VIVA RIO PACIFICA COMUNIDADES	
	O local: Bel Air	77
5.1	As Bases	77
5.2	Tambor da Paz: Pacificação e Mediação de Conflitos	79
5.3	Pacificação, Violência e Prestação de Serviços: Analisando o trabalho da Viva Rio no Haiti	80
5.4	A Viva Rio e a Participação Brasileira na MINUSTAH:	84
5.5	Testando os Conceitos	88
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
6	REFERÊNCIAS.....	97
	ANEXO A – ENTREVISTA COM JOSÉ ROBERTO PINHO DE	

ANDRADE LIMA – TEN CEL – VETERINÁRIO DO EXÉRCITO	107
ANEXO B – ENTREVISTA COM PEDRO BRAUM – ANTROPÓLOGO E COORDENADOR DE SEGURANÇA DA ONG VIVA RIO NO HAITI.....	114
ANEXO C – ENTREVISTA COM AUGUSTO LEPRE DE SOUZA – TRABALHOU NA ONG VIVA RIO NO RIO DE JANEIRO E NO HAITI DE JANEIRO DE 2014 ATÉ JULHO DE 2014.....	121
ANEXO D – ENTREVISTA COM SEBASTIÃO SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA ONG VIVA RIO	123

1 INTRODUÇÃO

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) contou com a liderança militar do exército brasileiro de 2004 até 2017, e teve como objetivo estabilizar o país, restabelecer a segurança e a normalidade institucional após sucessivos episódios de violência e turbulência política (O BRASIL, 2017). Apesar da atuação do Exército e das Forças Armadas chamar mais atenção da mídia e de analistas, a participação brasileira na MINUSTAH vai mais além do que a presença de soldados e diplomatas em solo haitiano. O envolvimento brasileiro na missão também contou com a atuação de atores não estatais, da sociedade civil, que estavam, e ainda estão, presentes na tentativa de pacificar e reconstruir o país caribenho.

Um exemplo dessa presença é o da ONG brasileira Viva Rio. Fundada em 1993 na cidade do Rio de Janeiro, a ONG desenvolve projetos sociais nas comunidades de Porto Príncipe desde 2006, e é tida como um modelo de sucesso na internacionalização do terceiro setor brasileiro (SCHMITZ, 2013). Neste período, pelo trabalho desenvolvido no Haiti, a Viva Rio ganhou prêmios e reconhecimento da mídia nacional e organismos internacionais. Além disso, a ONG se tornou um dos atores chave na tentativa brasileira de pacificação e de reconstrução do país caribenho (VIOLÊNCIA, 2014). O que seria inicialmente apenas uma parceria com a ONU e com os militares brasileiros para a redução da violência nas comunidades de Porto Príncipe, se tornou uma empreitada muito mais ampla, incluindo projetos nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, cultura, esporte e, principalmente, segurança (DESDE 2004, 2012).

Com efeito, a atuação da ONG despertou interesse de analistas e pesquisadores dispostos a compreender como se efetivaria uma missão de paz comandada pelo Brasil. Desde o início das atividades no Haiti, as ações e projetos da Viva Rio passaram a ser regularmente mencionadas como exemplos de iniciativas brasileiras em diversas áreas e categorias explicativas, tais como cooperação civil-militar, cooperação sul-sul, passando por afinidade natural e proximidade cultural entre Brasil e Haiti. Essas categorias foram apresentadas como um dos aspectos que marcariam a singularidade do modelo brasileiro de construção da paz. Entretanto, na contramão dessas frequentes menções há apenas um trabalho¹ que analisa de modo específico o caso da ONG Viva Rio no Haiti. As considerações e reflexões sobre a

¹ Dissertação de mestrado de Guilherme Oliveira Schmitz defendida em 2013 na Universidade Nacional de Brasília intitulada; “A Sociedade Civil Brasileira e Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: Estudo de Caso da Presença da Viva Rio no Haiti

presença da Viva Rio no Haiti estão inseridas num conjunto mais abrangente de obras e pesquisas que se dedicam ao fenômeno da participação e da experiência brasileira na MINUSTAH.

O objetivo desta pesquisa nasceu, portanto, desta constatação. Apesar das frequentes menções ao trabalho da Viva Rio, existem poucos estudos dedicados a compreender detalhadamente a sua prática e o funcionamento dos seus programas nas comunidades haitianas. Deste modo, esta dissertação possui dois objetivos. O primeiro e mais específico é oferecer uma explicação detalhada sobre o trabalho da ONG na pacificação de comunidades e na mediação de conflitos nos bairros de Porto Príncipe. O segundo e mais amplo é utilizar as descobertas sobre as práticas da Viva Rio para se inserir no debate sobre a participação brasileira no Haiti, bem como, a tentativa de reconstrução do Haiti. Entendemos que, através do estudo de caso da ONG Viva Rio podemos encontrar elementos para analisar e problematizar a participação brasileira na MINUSTAH, examinando e colocando a prova a ideia de que a atuação do Brasil no Haiti tinha um caráter distinto e estava pautada por princípios de solidariedade, cooperação ou afinidade cultural.

Para isso, utilizaremos como ferramenta metodológica o *Process Tracing*. Entendemos que tal método auxilia no desenvolvimento desta pesquisa, por ser indicado nas investigações de estudos de caso ao utilizar e articular diferentes fatores causais nas análises de fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados (BENNETT; CHECKEL, 2014, p. 05). O exercício de investigação tem como foco descrever cuidadosamente os processos e estruturas no qual a ONG Viva Rio está inserida, de modo que, as descobertas empíricas sobre os programas e rotinas da ONG apontem inferências que nos ajudem a (re)pensar a participação brasileira na MINUSTAH. Além disso, como o *Process Tracing* também é indicado para testar hipóteses e teorias sobre determinados fenômenos sociais (BENNETT; CHECKEL, 2014, p.13), acreditamos ser produtivo utiliza-lo para testar alguns conceitos que ganharam destaque nas explicações sobre a MINUSTAH. Portanto, o objetivo de utilizarmos o *Process Tracing* não é apenas devido a nossa preocupação de compreender a Viva Rio, mas também, em descrever os processos e aspectos estruturais da missão.

Dito isto, esta dissertação tem como objetivo compreender a atuação da ONG Viva Rio na tentativa de reconstrução do Haiti. Trabalhamos com a hipótese de que as ações sociais da ONG podem ser compreendidas para além das iniciativas de cooperação, afinidade cultural e como uma marca do modelo brasileiro de construção da paz. No nosso entendimento, por meio dos programas sociais e da prestação de serviços, a Viva Rio colabora para conquistar “mentes e corações” da população, atuando em conformidade com o sistema capitalista,

construindo e aprimorando uma rede de governança que tem como principal objetivo administrar a sociedade civil e controlar as comunidades pobres de Porto Príncipe.

Nesse ponto, consideramos o conceito de pacificação, desenvolvido por Mark Neocleous e George Rigakos, como uma chave analítica importante no encaminhamento desta pesquisa. Através deste conceito podemos perceber que a dinâmica do conflito e da guerra é mais ampla e complexa do que as aparentes ações militares que envolvem o uso da força. Sob a ótica da pacificação podemos perceber o vínculo que existe entre as ações sociais, voltadas para o desenvolvimento e bem-estar da população, com as ações militares voltadas para a construção de um ambiente seguro e estável no Haiti. Segundo Neocleous, pacificação pode ser entendido como um processo violento, destinado a construir uma ordem social voltada para a acumulação de capital. Nesse sentido, pacificação é um exercício de violência estrutural, uma guerra de classes que abre o caminho pelo qual se dá a colonização sistemática do mundo pelo capital (NEOCLEOUS, 2016, p. 19).

Nessa perspectiva, as ações sociais e as ações militares podem ser pensadas de maneira integrada e combinadas, convergindo em prol da construção da paz e da ordem social capitalista. Enquanto as ações militares seriam uma referência às práticas dos poderes estatais para aniquilar o inimigo através da força, as ações sociais seriam aquelas iniciativas voltadas para “construir a paz”, organizar a população e persuadir o povo “mediante o recurso da educação”. Assim, pela combinação destes dois tipos de ações, sociais e militares, a construção da paz é alcançada de modo a assegurar a acumulação de capital e fabricar a ordem social capitalista.

Somado a ideia de pacificação, outro conceito importante para o desenvolvimento da nossa hipótese é a noção de governança. Sendo assim, utilizaremos a concepção de governança desenvolvida por Mark Duffield (2007). Segundo o autor, um estado de governança pode ser “descrito como uma forma de soberania contingente na qual a comunidade internacional exerce uma boa dose de controle e supervisão sobre as funções centrais econômicas, ambientais e de bem-estar do estado”. Governança seria como um “governo ideal”, um “estado efetivo”, que seja capaz de cumprir certas funções básicas, principalmente a proteção das pessoas, ao mesmo tempo, que fornece uma estrutura econômica que de condições das pessoas se sustentarem (DUFFIELD, 2007, p. 165).

A noção de governança, entretanto, está associada à a um ideal de transformação dos estados nacionais, principalmente aqueles estados que são considerados “frágeis ou falidos”. Essa transformação ganha materialidade através da articulação e da conexão de uma complexa rede de atores estatais e não estatais que atuam de forma transversal, tanto no nível

supranacional quanto local (DUFFIELD, 2001, p. 22). Como nos “estados frágeis” os problemas políticos costumam ser crônicos e os governantes não possuem as capacidades de governar de forma autônoma dentro das suas fronteiras, as redes de governança acabam assumindo um papel de garantir certa “estabilidade”, fornecendo as bases do que esse estado “ideal” poderia ser. Essa rede de atores é composta, basicamente, por agências da ONU, governos doadores, ONGs internacionais e establishment militares que trabalham em conjunto e de forma coordenada na tentativa de construir a paz liberal (DUFFIELD, 2007, p. 165).

Dessa forma, a questão que norteou essa investigação é: como a ONG Viva Rio, por meio dos seus programas sociais e da prestação de serviços, contribui para pacificar as comunidades de Porto Príncipe?

Além do exercício de investigação ter como foco o trabalho e os projetos da ONG, também é digno de atenção refletir sobre os seus vínculos, articulações, relações com doadores, governos, organizações de ajuda, entre outros. Portanto, o exercício aqui empreendido procurará seguir as práticas e ações do ator, Viva Rio, através dos processos e das atividades nos quais a ONG faz parte dentro da MINUSTAH. Em outras palavras, o desafio será de traçar um panorama que permita ao leitor compreender: 1 - os lugares e ambientes em que a ONG atua no Haiti; 2 - as pessoas com as quais ela se relaciona; e 3 - o processo mais amplo em que ela está inserida.

A relevância do tema das ONGs não é descabida. Elas são umas das marcas dos processos de reconstrução de estados pós-conflitos na contemporaneidade. Esse fenômeno já vem sendo descrito e estudado por um conjunto de autores que tratam do tema das operações de paz e dos processos de intervenção (DUFFIELD, 2007; CHANDLER, 2007; CHESTERMAN, 2018, PARIS, 1997, RICHMOND, 2009, MAC GINTY, 2012). A participação crescente das ONGs e de atores da sociedade civil nas intervenções humanitárias, bem como, nas operações de paz fez com que o fenômeno ganhasse relevância política e consequentemente despertasse o interesse pelo tema no debate acadêmico.

Além desse aspecto da participação em operações de paz, as ONGs também são excelentes atores para compreendermos as conexões globais/locais. Uma das características dessas organizações é ocupar uma posição intermediária dentro do sistema mundial, sendo que, o seu estudo nos ajuda a examinar como dinâmicas globais e internacionais se aglutinam no terreno, e se conectam nas pessoas, nos locais (SCHULLER, 2007, p. 85). Os fluxos de financiamento das ONGs, bem como, as suas estruturas institucionais de tomada de decisão são processos voltados para o internacional, porém, ao mesmo tempo elas se colocam como organizações que estão dispostas a ajudar e estar perto das pessoas, nos locais onde vivem, e

nesse sentido elas acabam sendo locais. Nesse raciocínio, as ONGs podem ser entendidas como atores que auxiliam na sustentação do sistema mundial contemporâneo fragmentado pelo neoliberalismo, elas ajudam a colar a globalização no local (SCHULLER, 2007, p. 85).

A partir desses pressupostos consideramos relevante investigar uma ONG brasileira que participa de uma missão de paz e de uma tentativa de reconstrução liderada pelo Brasil. Do ponto de vista político, a participação brasileira no Haiti, levou os militares a ganhar mais relevância e destaque no cenário político doméstico. A experiência adquirida pelas tropas brasileiras no Haiti é um recurso explicativo que passou a ser usado para advogar em favor do uso das forças armadas na segurança pública e atividades de policiamento nas cidades brasileiras. Somado a isso, oficiais, membros da elite do exército, que comandaram a tropa brasileira no Haiti ganharam notoriedade política e passaram a compor quadros ministeriais do governo de Jair Bolsonaro.

Do ponto de vista acadêmico, a participação na MINUSTAH demandou uma série de análises e conceitos para explicar a empreitada dos atores brasileiros no Haiti. Acreditamos que os conceitos desenvolvidos precisam ser testados e verificados. Como a atuação da ONG Viva Rio no Haiti é frequentemente citada como exemplo de iniciativa na área de cooperação sul-sul, cooperação civil militar, afinidade cultural e singularidade do modelo brasileiro de construção da paz, defendemos que esses conceitos precisam ser compreendidos pelos processos e pelas rotinas concretas dos atores. Deste modo, escolhemos a participação da Viva Rio no Haiti como objeto de investigação, e pretendemos mostrar que, a partir da sua atuação, das suas ações e relações, podemos adentrar nos aspectos micro, localizados e práticos da participação brasileira na MINUSTAH.

Assim, essa dissertação pretende contribuir no debate sobre a participação brasileira na MINUSTAH. Acreditamos que ao seguir e traçar o caminho da Viva Rio teremos um alcance explicativo maior, mais claro e mais revelador dos processos sociais e da dinâmica política da participação brasileira na MINUSTAH.

Estrutura do texto

A dissertação está dividida em quatro capítulos.

No capítulo 1 será feito, inicialmente, um levantamento bibliográfico sobre a participação da ONG Viva Rio no Haiti. Nesta parte do capítulo serão identificadas e contextualizadas as menções e citações sobre a atuação da ONG na MINUSTAH. Num segundo momento serão tratados alguns aspectos e elementos para pensar o envolvimento de

ONGs nas operações de peacebuilding. Particularmente, serão examinadas as conexões entre a expansão das ONGs, por um lado, com a “evolução” das dinâmicas de intervenções, e das operações de peacebuilding por outro. O objetivo central, deste capítulo, é contribuir com uma relação de obras que, de alguma maneira representam o estado da arte sobre a atuação da Viva Rio no Haiti, bem como, das ONGs nos processos de reconstrução de estados e a participação nas operações de paz.

O capítulo 2 será sobre o Haiti. O objetivo é compreender como o Haiti se tornou o segundo país com o maior número de ONGs per capita do mundo, passando a ser conhecido como a “República das ONGs”. Para isso, no início, será feito exercício de reflexão histórica sobre como o Haiti se tornou o país mais pobre das américas e dos efeitos de dinâmicas cruciais como o colonialismo e o neoliberalismo. A partir desta base passamos para uma contextualização sobre as recentes intervenções e as consequentes tentativas de reconstrução pautadas pela dinâmica da ajuda externa. Por fim, argumentamos que esse número elevado de ONGs se deve ao fato de o Haiti ser visto como um espaço de oportunidades para uma série de atores e organizações, transformando o país num laboratório para experiências e testes de políticas e ações sociais.

O capítulo 3 está dividido em duas partes e se dedica a examinar a origem, a história e as principais atividades da ONG Viva Rio. O ponto central do capítulo é mostrar como a Viva Rio surgiu a partir um movimento e uma mobilização social em torno do tema da violência urbana, até evoluir e se tornar uma ONG de grande porte, atuando em várias áreas e temáticas. Na sequência, será feito um esforço de investigação para compreender a sua trajetória e participação na MINUSTAH. Passaremos pelo convite para trabalhar no Haiti, a mudança e o impacto do terremoto de 2010 nas rotinas da ONG e também sobre a sua relação de parceria com os principais doadores, Canadá e Noruega.

Por fim, o último capítulo se propõe a analisar como a Viva Rio pacifica comunidades. O objetivo é demonstrar como o trabalho de pacificação e mediação de conflitos da ONG ocorre na prática. Para isso, será feito uma análise do principal programa da ONG, o Tambor da Paz. Examinar e entender como esse programa se efetivou na prática foi o desafio analítico que norteou a investigação deste capítulo. Em torno desse programa é possível perceber como se dá relacionamento e as articulações da ONG Viva Rio com as bases, com os militares brasileiros, com a polícia nacional haitiana, com outras ONGs, entre outros atores, no trabalho de pacificação das comunidades de Porto Príncipe. A partir da análise do programa Tambor da Paz, avançamos para outro objetivo desta pesquisa, que é problematizar a ideia de que as ações sócias da ONG são exemplos de iniciativas brasileira nas áreas de cooperação sul-sul,

cooperação civil militar, afinidade cultural e singularidade do modelo brasileiro de construção da paz

2 - A VIVA RIO NO HAITI: MENÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO DA LITERATURA

O interesse acadêmico pelo trabalho da ONG Viva Rio no Haiti é fruto de uma preocupação mais ampla de tentar compreender o fenômeno da participação brasileira na MINUSTAH. A participação da Viva Rio na MINUSTAH é frequentemente mencionada em análises que, de alguma forma, buscaram entender como se deu o empreendimento brasileiro no Haiti. Deste modo, definir o estado da arte sobre a atuação da Viva Rio no Haiti exige colocá-la, quanto objeto a ser investigado, no contexto destas análises na qual a ONG é mencionada. Diante desse desafio, o objetivo deste primeiro capítulo é fazer um levantamento bibliográfico daquilo que já se conhece sobre a atuação da Viva Rio no Haiti, traçando um panorama de como a ONG entra na discussão da participação brasileira na MINUSTAH.

Para isso, o presente capítulo foi dividido em três partes. Na primeira parte será feita uma breve contextualização da produção do conhecimento sobre a MINUSTAH, de modo a mostrar como o interesse pelo Haiti e pelas operações de paz foi desenvolvido pela academia. Na segunda parte será mapeado, contextualizado e discutido os trechos nos quais a atuação da Viva Rio é mencionada. O intuito é identificar reflexões de como foi pensada a atuação da ONG no país caribenho até então. E por fim, na terceira parte, serão apresentados alguns conceitos importantes de um campo da literatura de relações internacionais que já se dedica a estudar os casos de reconstrução de estados e peacebuilding. A ideia é passar por algumas ferramentas conceituais que nos ajudem a pensar a dinâmica da participação de ONGs nos processos de reconstrução de estados e operações de paz, para auxiliar no entendimento do nosso caso específico que é a ONG Viva Rio no Haiti.

2.1 O Brasil na MINUSTAH e a Produção do Conhecimento

A participação da ONG Viva Rio no Haiti está intrinsecamente ligada à participação brasileira, de forma mais ampla, na MINUSTAH, sendo que esse empreendimento brasileiro tem nas instituições estatais, como as forças armadas, o ministério das relações exteriores e o governo federal, atores centrais desse processo. Não obstante, a experiência desses atores no Haiti significou um ponto de inflexão importante na agenda de segurança e nas práticas humanitárias não apenas do Brasil, mas também dos demais países participantes da MINUSTAH (HIRST, 2018).

No caso do Brasil, a MINUSTAH representa o maior esforço militar e engajamento de tropas desde a Segunda Guerra Mundial. Além disso, destaca-se também o fato de contar com o “exercício ininterrupto do comando brasileiro da missão”. Em treze anos de Missão, 37.500 militares brasileiros passaram pelo Haiti. Referências ao trabalho das tropas no Haiti foram e ainda são feitas nas discussões sobre a intervenção de militares em ações de segurança pública. Para alguns, a missão era uma oportunidade de projetar a identidade do Brasil como potência regional, alimentando as esperanças dos que ambicionavam obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, principal órgão de decisão geopolítica da ONU (BACHEGA, 2014).

Associada a essa pulverizada agenda de segurança, uma agenda acadêmica e de pesquisa também foi estimulada e produzida a partir das lições e das demandas advindas da MINUSTAH. A demanda por militares e especialistas preparados para o conflito foi acompanhada por uma demanda de civis, de diversas áreas, com “íntimo conhecimento do conflito, incluindo suas causas, a história e a cultura de seu povo, e as necessidades do(s) estado(s) onde o mesmo se desenrola e da sua população” (AGUILAR, 2015, p. 136). Ou seja, o interesse político dessa agenda de segurança caminhava lado a lado com a necessidade de um maior conhecimento sobre o Haiti e sobre as operações de paz.

Nesse movimento, a comunidade acadêmica teve um papel importante. A produção de artigos e trabalhos acadêmicos sobre o Haiti, a MINUSTAH e o Brasil nas operações de paz são frutos dessa dinâmica. Antes de 2004, ano que se iniciou a MINUSTAH, a produção do conhecimento no Brasil sobre operações de paz esteve praticamente toda vinculada a instituições ligadas ao estado brasileiro, e, de forma mais específica, ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) (ABDENUR, 2017, p. 103). Os trabalhos eram produzidos no âmbito do Curso de Altos Estudos (CAE) do MRE e eventualmente, algumas obras eram tornadas públicas e incorporadas pela literatura acadêmica. Já nos anos 1990, a temática dos direitos humanos e o caso da missão de paz da OTAN na Bósnia-Herzegovina, por exemplo, apareceram com maior destaque. Porém, foi a partir do ano 2000, que houve um aumento significativo no número de publicações e estudos produzidos sobre o tema operações de paz, principalmente nas instituições militares de ensino e pesquisa (ABDENUR, 2017, p. 103).

Outro aspecto interessante que interferiu nessa dinâmica foi a institucionalização e expansão da área de Relações Internacionais e dos estudos de Defesa como áreas de conhecimento no país. Segundo o portal de periódicos da CAPES, de 1990 a 2003, a produção de livros e artigos sobre operações de paz no Brasil totalizava 35 publicações, já entre 2004 e 2017 (os treze anos da MINUSTAH), esse número subiu para 418 publicações (ABDENUR,

2017, p. 104). Esse crescimento se deve ao fato de que a produção saiu do círculo de militares e diplomatas, e passou também a ser feita por atores da sociedade civil, sobretudo acadêmicos e pesquisadores de *think tanks* (ABDENUR, 2017, p. 104). Por volta de 2010, os temas do Haiti, MINUSTAH e operações de paz já eram discutidos em departamentos de Relações Internacionais de praticamente todos os polos científicos do Brasil, de norte a sul, em instituições públicas e privadas (ABDENUR, 2017, p. 104).

2.2 A Viva Rio nas Análises sobre a MINUSTAH

Um aspecto que desponta quando se considera o trabalho da Viva Rio no Haiti é a ideia de que as suas ações e seus projetos estavam inseridos dentro de um quadro mais amplo de iniciativas de cooperação. Tanto na perspectiva da cooperação sul-sul, quanto na perspectiva de cooperação civil-militar, a Viva Rio é citada como um exemplo para ilustrar um conjunto de iniciativas brasileiras pautadas por uma ideia de que era possível prover mudanças na realidade social do Haiti por meio da ajuda ou solidariedade.

Na perspectiva da cooperação sul-sul, por exemplo, Schmitz (2013), argumenta que a participação da Viva Rio na MINUSTAH “apresenta-se como um caso notório da sociedade civil brasileira atuando na cooperação sul-sul para o desenvolvimento”. Essas iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento, mesmo sendo de atores da sociedade civil, poderiam ser consideradas como um dos instrumentos de política externa e de inserção internacional do Brasil (SCHMITZ, 2013, p. 18). Segundo o autor, o governo federal brasileiro promoveu coalizões, parcerias e acordos de forma a direcionar fluxos de cooperação com outros países em desenvolvimento, e tal cooperação viabilizava projetos e programas de desenvolvimento, sobretudo, em áreas sociais nesses países (SCHMITZ, 2013, p. 18).

Nesta linha, Schmitz argumenta que o caso da Viva Rio no Haiti é importante para mostrar que as iniciativas de cooperação sul-sul para o desenvolvimento não eram um empreendimento exclusivo do governo federal. O autor destaca ainda que, o mérito da iniciativa de internacionalização da Viva Rio deve ser atribuído à maturidade e à capacidade administrativa da própria ONG (SCHMITZ, 2013, p. 104). Assim, o reconhecimento do trabalho da ONG pela mídia, pelo governo, bem como, as premiações seriam indicadores do sucesso da organização e ofereciam a visibilidade para que a Viva Rio transpusesse o seu campo de atuação nacional para internacional (SCHMITZ, 2013, p. 110).

Hirst (2012), por sua vez, entende que o Brasil vem projetando uma presença internacional na qual se encontram uma combinação de ações de assistência humanitária, programas de cooperação horizontal e presença militar-policial. As iniciativas de cooperação, tanto do estado brasileiro quanto dos atores não estatais fariam parte de um esforço mais amplo de buscar, através da via multilateral, os interesses nacionais (HIRST, 2012). Segundo Hirst, pensando o Brasil como “país emergente”, a atuação externa caminhava em várias frentes, o que tem levava a um comportamento internacional, tanto dos atores estatais quanto dos atores civis, em que se percebia uma capacidade aprimorada e diversificada de oferta de cooperação internacional para o desenvolvimento (HIRST, 2012, p. 07).

Nesse quadro, a autora entende que a atuação da Viva Rio merece destaque diante do conjunto de atividades de cooperação realizadas pelo Brasil no Haiti. Através de um abrangente programa de atividades nas áreas de segurança pública, cultura, educação e proteção ambiental, a Viva Rio aprofundou relações e estreitou laços com o governo brasileiro durante a MINUSTAH (HIRST, 2012, p. 24). Hirst também cita o caso da Viva Rio ao destacar que o Haiti também significou um *locus* de aprendizagem e experimentação de treinamento humanitário para grupos e organizações civis (HIRST, 2017, p. 156). A sequência de severos desastres naturais, com destaque para o terremoto em 2010, somados à epidemia de cólera impôs a necessidade de treinamento e preparação para situações de emergência de organizações presentes no Haiti, incluindo a Viva Rio (HIRST, 2017, p. 156).

Já Siman Gomes (2014), ao chamar atenção para as práticas discursivas, entende que a participação brasileira em operações da ONU é possibilitada pela articulação de um discurso de política externa de solidariedade entre países em desenvolvimento. A promoção dessa solidariedade leva em conta, a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento de instituições estatais pensadas com o objetivo de reduzir os conflitos possibilitando o desenvolvimento econômico e bem-estar social (SIMAN GOMES, 2014, p. 201). Siman Gomes destaca ainda que no discurso oficial brasileiro, a falta de êxito nas tentativas anteriores de reconstruir o Haiti se deve ao fato das outras missões terem se concentrado excessivamente nas questões de segurança, não enxergando o problema haitiano, a partir de uma visão multidimensional. Neste sentido, constrói-se uma percepção de que para o Brasil contribuir de forma *sui generis* nesses esforços de reconstrução deveria considerar, principalmente, as práticas de desenvolvimento econômico e menos a força (SIMAN GOMES, 2014, p. 77).

A Viva Rio, então, surge como peça chave na construção desta narrativa. Segundo a autora, os discursos e práticas de cooperação produzidos pelo Brasil tendiam a envolver uma aproximação intensa com organizações não governamentais, tal como a ONG carioca

(SIMAN GOMES, 2014, 216). O papel de organizações, como a Viva Rio, seria de “transferir” para o contexto haitiano tecnologias sociais que foram desenvolvidas, inicialmente, no contexto das favelas brasileiras, incluindo ações que vão desde modelos de policiamento urbano e comunitário, passando por agricultura, produção de energia e gerenciamento de lixo (SIMAN GOMES, 2014, p. 216).

Nesse debate, Kenkel (2010) traz o elemento da relação das forças armadas com os setores civis da sociedade para destacar a importância de se refletir sobre a importância da MINUSTAH na agenda política e acadêmica brasileira. O autor argumenta que a participação do Brasil na MINUSTAH teria um “efeito fortificante” sobre o controle subjetivo civil sobre as forças armadas, e o papel do Brasil na missão contribuiria para fortalecer as relações entre forças armadas e a sociedade civil. O fundamento desse raciocínio era a ideia de que, como a missão estava sob a égide da ONU, novas normas de relações entre civis e militares se espalhariam horizontalmente, e esse espalhamento aumentaria a interação e os aspectos de cooperação entre civis e militares (KENKEL, 2010, p. 97).

Deste modo, Kenkel destaca que umas das principais características da MINUSTAH era o fato de contar com numerosas ONGs de todos os campos de ação trabalhando na tentativa de reconstruir o Haiti. Esse número elevado de atores significaria um forte incentivo para os militares brasileiros cooperarem com os componentes civis da missão. Segundo o autor, o trabalho conjunto entre militares e organizações civis como os Médicos sem Fronteiras e a Viva Rio seriam exemplos dessa dinâmica de cooperação. No caso da Viva Rio, especificamente, as lições tiradas da experiência em Porto Príncipe poderiam ser aplicadas posteriormente na sua atuação nas favelas do Rio de Janeiro (KENKEL, 2010, p. 97).

No que diz respeito ao tema, Hirst e Nasser (2014) destacam “o envolvimento brasileiro em operações de manutenção da paz como um processo de aprendizagem desafiador no contexto de intervenções lideradas pela ONU no pós-guerra fria”. Assim, a MINUSTAH seria a uma oportunidade e uma tentativa do Ministério da Defesa de estabelecer um “jeito brasileiro” de se fazer a paz no Haiti. Além disso, os autores advertem sobre a possibilidade de que as lições aprendidas na pacificação do Haiti poderiam se desdobrar posteriormente para o âmbito da segurança doméstica (HIRST; NASSER, 2014, p. 02). As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), atualmente em funcionamento em algumas favelas do Rio seriam um exemplo de iniciativa que foi baseada em métodos de policiamento experimentados pela primeira vez em Porto Príncipe (HIRST; NASSER, 2014, p. 04).

Sobre a Viva Rio, os autores argumentam que a ONG brasileira proporcionou apoio importante para a presença militar do Brasil no Haiti. As iniciativas da ONG, principalmente

as que envolviam o engajamento de jovens das comunidades de Porto Príncipe em ações sociais, evitando assim a participação em condutas criminosas, eram vistas como um aspecto importante para o comando da Missão.

Ao lado da contínua participação da Viva Rio em cursos de formação para as tropas brasileiras enviadas para o Haiti, a organização aprofundou a colaboração com a MINUSTAH em Cité Soleil e Bel Air fornecendo informações e acesso a acerca de líderes conflitantes locais. Um dos efeitos dessa agenda de duas vias tem sido o envolvimento da polícia do Rio de Janeiro na formação dos membros da PNH (Polícia Nacional Haitiana), realizada em termos do marco legal de um acordo de cooperação assinado entre as duas forças (HIRST; NASSER, 2014, p. 04).

Outro ponto importante que se faz presente nas menções à Viva Rio é a ideia de que, uma missão de paz comandada pelo Brasil deveria ser diferente das outras missões. Neste sentido, a participação brasileira na MINUSTAH significaria a adoção de um modelo distinto de construção da paz em relação às missões anteriores² que tentaram “estabilizar” o Haiti. A questão que se coloca então a partir desta premissa é: O que a MINUSTAH tem de diferente das missões anteriores? O que a MINUSTAH fez no Haiti que as outras missões não fizeram? Como a narrativa oficial argumentava que a falta de êxito das outras missões se deve ao fato de terem se concentrado excessivamente nas questões da segurança, a saída encontrada então pelo Brasil foi construir uma percepção que, mediante as iniciativas de cooperação técnica e de desenvolvimento, a participação brasileira no Haiti se distinguiria das outras missões e tentativas de reconstrução da paz (SIMAN GOMES, 2014, p. 73).

Nesta linha de pensar a singularidade da MINUSTAH, Kenkel (2013) aponta que a “chave para o modelo brasileiro é a integração de insumos de agências de sucesso nacional, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)”. Assim, a ONG Viva Rio despontaria como um entre outros atores da sociedade civil brasileira que poderiam colaborar com o modelo brasileiro de construção da paz, devido a sua experiência na redução de conflitos nas favelas do Rio de Janeiro (KENKEL, 2013, 352). Além da ONG Viva Rio, Kenkel também destaca as iniciativas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Ou seja, para o

² São elas: United Nations Mission in Haiti (UNMIH) de 1993 a 1996, United Nations Support Mission in Haiti (UNSMIH) de 1996 a 1997, United Nations Transition Mission in Haiti (UNTMIH) 1997 e a United Nations Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH) de 1997 a 2000.

autor, essas iniciativas sociais estavam integradas dentro uma abordagem mais ampla que se baseava em reduzir a necessidade de uso da força por parte dos militares. Essa abordagem de pacificação tinha como meta manter um contato próximo e contínuo com a população (KENKEL, 2013, p. 352).

Segundo o relatório do Instituto Igarapé elaborado por Mostue e Muggah (2009)³, “a abordagem diferenciada do Viva Rio oferece um modelo inovador para agentes de fora trabalharem pela estabilização e reconstrução em contextos pós-conflito (MOSTUE e MUGGAH, 2009, p. 78)”. Sua proximidade física e social com agentes e redes locais capacitou a ONG para “fazer a mediação” entre uma ampla estrutura de atores, apoiando com isso seu objetivo de “catalisar” a integração social. Ainda segundo o relatório, a Viva Rio buscou, desde o início, combinar seus esforços no centro da cidade de Porto Príncipe com uma iniciativa mais ampla de elevar o nível de “entendimento” entre os “estabilizadores”, particularmente aqueles que usavam a força e aqueles que ofereciam desenvolvimento dentro da MINUSTAH. Em síntese, o objetivo de ONG era unir segurança e desenvolvimento no local, no nível micro (MOSTUE; MUGGAH, 2009, p. 78).

Já Abdenur, destaca o vínculo entre o governo brasileiro e os atores civis comprometidos com a construção da paz no Haiti como a principal contribuição brasileira na construção da paz. A parceria com a Viva Rio tinha o intuito de garantir que a missão de manutenção da paz não apenas atendesse as necessidades diárias de segurança da população local, mas também ajudasse a assegurar seu bem-estar econômico e social (ABDENUR; T. CALL, 2017, p. 14). Neste sentido, a principal contribuição do Brasil seria construir um caminho menos securitizado para a construção da paz (ABDENUR; T. CALL, 2017, p. 25). Como exemplo, os autores apontam o fato da Viva Rio ter coordenado um programa de reconciliação no qual ajudou a mediar acordos entre a polícia nacional haitiana e lideranças de diferentes partes da Bel Air, Cité Soleil e Delmas. Além disso, a Viva Rio também recebeu financiamento da MINUSTAH para realizar atividades esportivas, incluindo capoeira e iniciativas culturais, como festas de carnaval para fortalecer os vínculos com a comunidade (ABDENUR; T. CALL, 2017, p. 14).

³ O relatório *Integração Social, Ergo, Estabilização: Avaliando o Programa de Segurança e Desenvolvimento do Viva Rio em Porto Príncipe*, deve ser analisado com cautela pois foi financiado pela própria Viva Rio e produzido pelo Instituto Igarapé. Entretanto, a finalidade aqui neste debate será de refletir sobre a sua mensagem que é de destacar/promover a atuação da ONG como distinta. Interessante notar que, do ponto de vista discursivo, as narrativas da participação brasileira (Estado) e da ONG se aproximam. A ideia de que o Estado (instituições) e a atores da sociedade civil trabalham em colaboração também se dá na hora de construir uma narrativa para justificar a participação.

NAPOLEÃO e KALIL (2015) por sua vez, destacam que as ações sociais da Viva Rio combinadas com as ações militares da tropa da MINUSTAH, são um exemplo notável de iniciativa brasileira de resolução de conflitos. Nessa iniciativa, incluem atividades de mediação de base implementadas diariamente pelas tropas da MINUSTAH em Cité Soleil e programas de redução da violência comunitária desenvolvido pela Viva Rio em Bel Air (NAPOLEÃO; KALIL, 2015, p. 105). Segundo os autores, essas iniciativas brasileiras de resolução de conflitos são vistas pelos atores locais, como um fator-chave na melhoria substancial do panorama de segurança no Haiti desde 2004 (NAPOLEÃO; KALIL, 2015, p. 105).

Outro ponto que surge no debate sobre a singularidade brasileira é a ideia de exportação de tecnologias sociais. Segundo Kenkel (2011), um ponto forte do modelo brasileiro é a exportação de tecnologias e técnicas utilizadas no contexto interno do próprio país em situações de subdesenvolvimento e violência. A Viva Rio atuaria então no aspecto micro, desenvolvendo atividades e programas com essas tecnologias. Kenkel, aponta também que a Viva Rio conta com recursos financeiros de fontes canadenses, norueguesas e brasileiras. A composição bem como o relacionamento dessas partes representa uma contribuição brasileira distinta ao desenvolvimento de paradigmas de construção da paz e, como tal, constitui um “nicho” diplomático de grande utilidade no avanço de suas metas de política externa (KENKEL, 2011, p. 28).

Para Muggah e Carvalho (2011) as ONGs brasileiras, devido a sua capacidade e habilidade, estão em condições de compartilhar sua especialização com sociedades menos desenvolvidas. Essa capacidade e habilidade faz com que diplomatas e tomadores de decisão brasileiros também busquem apoiar cada vez mais a reputação internacional e a especialização de organizações não governamentais locais (MUGGAH; CARVALHO, 2011, p. 171). Deste modo, a Viva Rio aparece junto com outras organizações, como o Sou da Paz, Luta pela Paz, Oi Futuro, Afro Reggae, entre outras. Segundo os autores, os modelos de policiamento urbano e comunitário desenvolvido pela Viva Rio nas favelas brasileiras é um exemplo de tecnologia social que a ONG, com o apoio do governo brasileiro exporta para o Haiti (MUGGAH; CARVALHO, 2011, p. 171).

Aprofundando a análise sobre como se dá a relação entre os atores internacionais que tentam alcançar a paz liberal e os grupos armados, Schubert (2016) entende que essa relação assume uma forma multidimensional. Deste modo, a Viva Rio para Schubert atua dentro de uma lógica cooperativa de resolução de conflitos. Diferente de outras organizações que evitam negociar diretamente com as chamadas gangues e atores criminosos, a Viva Rio adota

a estratégia de trabalhar com contatos que “falam várias línguas”, tanto das gangues e dos grupos armados quanto dos doadores e da ONU (SCHUBERT, 2016, p. 96). Assim, segundo o autor, a ONG conseguiu estabelecer-se como um intermediário indispensável no bairro de Bel Air, negociando com agências internacionais e políticos haitianos com recursos à sua disposição, por um lado, e grupos locais que podem conceder acesso e credibilidade por outro lado (SCHUBERT, 2016, p. 96).

Trazendo outra perspectiva distinta nesse debate, Müller (2016) entende as ações da ONG Viva Rio como parte de um conjunto mais amplo de esforços de construção de uma ordem liberal e de colaboração com as forças de segurança na luta contra insurgência. Para o autor, apesar da participação brasileira no Haiti ser frequentemente retratada como um episódio bem-sucedido do “modo brasileiro de manutenção da paz”, o que aconteceu de fato foi a exportação de práticas e doutrinas de segurança humana securitizadas, baseadas na implementação de práticas de luta contra insurgência que transformaram o Haiti em um laboratório de grande escala para projetos de pacificação doméstica que posteriormente seriam aplicados nas favelas do Rio de Janeiro (MÜLLER, 2016).

Neste processo, segundo Müller, a Viva Rio ocupa uma longa experiência de ganhar “corações e mentes” das pessoas adquirida nas favelas do Rio de Janeiro. Para o autor, os militares brasileiros “entenderam que tinham que limpar a área das gangues e depois trazer projetos de desenvolvimento, com a Viva Rio” (MÜLLER, 2018, p. 234). Esses projetos, na verdade, visavam a contenção do “outro urbano”, visto como potencialmente destrutivo, a construção da ordem liberal e por isso é preciso eliminá-lo, ou persuadi-lo a “integrar” ao projeto liberal de paz (MÜLLER, 2018, p. 239).

2.3 As ONGs nos Processos de Reconstrução

Este trabalho identifica na literatura que trata do tema das operações de *peacebuilding* e do projeto da paz liberal uma base conceitual importante no nosso objetivo de analisar o caso da ONG Viva Rio no Haiti. Há um conjunto de autores que ao analisar as operações de *peacebuilding* também se dedicaram a estudar a participação das organizações não governamentais nas tentativas de reconstrução de estados considerados frágeis ou falidos. Assim, nesta seção será feito um levantamento bibliográfico sobre a participação de ONGs nas operações de *peacebuilding* e nos processos de reconstrução, para a partir daí, identificar aspectos conceituais que nos auxiliem a compreender a participação da Viva Rio no Haiti. O

exercício será de examinar algumas tendências e dinâmicas mais amplas que nos fornecem uma base conceitual para olhar com mais clareza para o caso específico da Viva Rio.

Para reconstruir estados e sociedades é necessário que, antes esses estados e essas sociedades sejam entendidos como lugares ingovernáveis, desorganizados, instáveis, entre outras características, e principalmente, ineficazes na função de garantir a segurança da sua própria população. Diante disso, alguns conceitos, sobretudo a partir dos anos 2000, foram produzidos e elaborados para descrever a situação de alguns países, principalmente de regiões periféricas, sobretudo da África, América Latina, Oriente Médio e Ásia. Classificações como "ambientes difíceis", "sob estresse", "com desempenho ruim" ou "estados frágeis" passaram a fazer parte de um discurso político e de uma narrativa que acompanha a dinâmica de intervenção e ingerência externa nos países do Sul (DUFFIELD, 2007, p. 159).

Assim, as tentativas de reconstrução de estados são empreendidas nesses espaços considerados estados frágeis ou falidos. Ou seja, ao mesmo tempo em que, esses estados são entendidos como espaços de desvios, fora da norma, são entendidos também como essenciais para os empreendimentos e para existência da governança liberal (DUFFIELD, 2007). Para Duffield, o estado falido deve ser examinado dentro uma relação de governança internacional, e não como algo concreto. O autor adverte que há uma espécie de armadilha nas análises que buscam compreender e examinar empiricamente as tipologias e as capacidades administrativas de um estado considerado falido. Segundo Duffield, o importante é compreender as ferramentas com as quais a comunidade internacional e os países centrais abordam e intervêm no território "não governado". (DUFFIELD, 2007, p. 160).

Duffield argumenta que, durante a Guerra Fria, o ocidente frequentemente forneceu armas aos países do Terceiro Mundo, "a fim de ajudá-los a resistir às tentativas de grupos revolucionários que buscavam refazer o Estado à luz das demandas e exigências populares" (DUFFIELD, 2007, p. 159). Paradoxalmente, o ocidente se coloca, atualmente, no papel de refazer e reconstruir esses estados para atender às necessidades das pessoas, na medida que muitos estados "falham" em garantir proteção e a segurança humana. (DUFFIELD, 2007, p. 159). O fundamento desse discurso/narrativa é que apenas estados "eficazes" estão em condição de proteger a sua população e prover a segurança humana.

Além destes aspectos apontados por Duffield, outro autor David Chandler (2004) acrescenta que no pós guerra-fria, o ativismo e o engajamento em torno das questões humanitárias ficaram ganharam mais evidencia, colocando a pauta dos direitos humanos e a proteção dos civis de maneira mais forte do que em períodos anteriores. Para Chandler, a doutrina de responsabilidade de proteger é um exemplo disso. O debate sobre a manutenção

da paz (*peacekeeping*) internacional tem sido dominado pela questão do chamado "direito de intervenção humanitária", sendo que, os defensores do direito de intervenção são, em grande parte, atores localizados nos estados ocidentais (CHANDLER, 2004, p. 83). A doutrina de responsabilidade de proteger surge como forma de responder a essa demanda por "unidade" internacional em torno das questões morais básicas, sendo materializada através das "intervensões humanitárias" (CHANDLER, 2004, p. 87).

Esse movimento, segundo Chandler, marca uma virada idealista nos processos de intervenção, com foco na moralidade. Esses valores morais internacionais não são produto de uma sociedade civil global realmente existente, mas sim das campanhas e do trabalho de ONGs, "empreendedores morais" ou quaisquer outros provedores de informação ou ideias éticas. A comunidade normativa idealizada e as "interconexões densas" da sociedade civil global evocam uma espécie de imagem cristã de uma harmonia ideal como contrapartida à nossa existência terrena fragmentada, alienada e profana. É precisamente o aspecto fictício e fantasioso do "espaço global" que permite que indivíduos, organizações e instituições, de ONGs aos principais governos ocidentais, projetem suas visões idealizadas de si mesmas no plano global (CHANDLER, 2007, p. 75).

A combinação de Estados percebidos como falidos, que precisam ser reconstruídos, e de uma virada idealista e normativa foi a mola propulsora para a crescente participação de ONGs na reconstrução de estados pós-conflitos. Esse movimento fez com que as ONGs ganhassem relevância política e papel de destaque nas intervenções humanitárias, e consequentemente despertasse o interesse pelo tema no debate acadêmico. Diante disso, esse tópico passará por alguns autores, que se dedicam ao estudo do tema da paz liberal, reconstrução e *peacebuilding*, para mapear o debate de como eles entendem o fenômeno da participação de ONGs nas tentativas de reconstrução de estados.

Como ponto de partida nessa discussão, Simon Chesterman (2018) argumenta que a atuação das ONGs nos processos de reconstrução em sociedades pós-conflito merece críticas, porém, essas críticas devem ser direcionadas em práticas e estratégias que possibilitem a melhor maneira de empreender o projeto liberal de sociedade. Por isso, Chesterman acaba dedicando especial atenção a questões como legitimidade e *accountability*. O autor entende que as ONGs e os atores da sociedade civil desempenham um papel cada vez mais importante nas operações de *peacebuilding* e, para compreender essa dinâmica, desenvolve uma tipologia das ONGs em zonas de conflito. Segundo Chesterman, levando em consideração a sua função e as suas atividades, as ONGs podem ser pensadas dentro de quatro categorias: *Experts*, *Partisans*, *Samaritans* e *Kinsmen* (CHESTERMAN, 2018, p. 08).

Nesta linha, ONGs *Experts* são descritas como ONGs mais objetivas e com um padrão de atuação mais elevado devido ao seu rigor e a imparcialidade de suas análises e de seus pontos de vista. A Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) e a World Justice Project são, segundo Chesterman, exemplos de ONGs *Experts*. Já ONGs *Partisans* são aquelas ONGs consideradas ativistas, promovendo as suas opiniões e seus projetos através de debates e discussões sobre determinado tema. A Coalition for the International Criminal Court e a International Campaign to Abolish Nuclear Weapons (ICAN), são dois exemplos de ONGs *Partisans*. Enquanto *Samaritans* são ONGs que atuam e tem condições de responder a demanda pelos seus serviços ou projetos como o Médicos sem Fronteiras (MSF) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), por exemplo. Por fim, ONGs *Kinsmen* são as organizações que, embora se esforcem para agir de forma independente, são vinculadas a instituições religiosas ou ligadas à fé. Os exemplos de *Kinsmen* são o Islamic Relief Worldwide e o Catholic Relief Services.

Através dessa tipologia, o autor entende ser possível compreender as funções e as atividades das ONGs, definindo a melhor e mais eficiente maneira dos serviços serem prestados e gerenciados por essas organizações (CHESTERMAN, 2018, p. 10). Dentro desta perspectiva desenvolvida por Chesterman, podemos qualificar a Viva Rio como uma mistura de *Partisans* com *Experts*. Ao longo da sua trajetória, a ONG teve no ativismo do tema da segurança e violência urbana na cidade do Rio de Janeiro uma das suas principais bandeiras. No início da sua trajetória a ONG se valia da mobilização popular em torno da violência urbana para promover as suas opiniões e seus projetos através de debates e discussões sobre o tema da segurança pública. A campanha do desarmamento em 2005, por exemplo, foi uma bandeira importante no início da trajetória da Viva Rio. Porém, em outras iniciativas, a Viva Rio também se apresenta como ONG *Expert*. Ao oferecer consultoria e cursos sobre segurança a governos e entidades como a polícia, a ONG se apresenta com um conteúdo mais objetivo e com um padrão de atuação mais elevado, devido ao seu rigor e a imparcialidade de suas análises e de seus pontos de vista⁴.

Outro autor que dedicou atenção ao tema das ONGs nos processos de reconstrução é Roland Paris. Paris (1997) também enxerga nas ONGs importantes atores na construção do que ele chama de Internacionalismo Liberal, sendo que, a maioria dessas organizações são simpáticas aos princípios de democracia e de livre mercado (PARIS, 1997, p. 62). As ONGs internacionais ativas nos países em desenvolvimento, por estarem enraizadas nas noções

⁴ Essas iniciativas da Viva Rio serão analisadas com mais detalhes no Capítulo 3. Aqui o objetivo é utilizar os conceitos para ajudar na compreensão geral das atividades da Viva Rio.

ocidentais de estado e de sociedade civil, acabam compartilhando da visão comum do que significa desenvolvimento. Além disso, Paris destaca que muitas ONGs que participam das operações de *peacebuilding*

parecem compartilhar o desejo de transformar os estados destruídos pela guerra em sociedades estáveis que se assemelham às democracias de mercado industrializadas do ocidente como tanto quanto possível, embora eles frequentemente discordem sobre a melhor maneira de atingir esse objetivo (PARIS, 1997, p. 62).

Paris diz ainda que as ONGs estão envolvidas na construção da paz com outras agências e organizações internacionais de nítido viés liberal. ONU (Organização das Nações Unidas), OEA (Organização dos Estados Americanos), OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, por exemplo, se somam às grandes ONGs internacionais no desenvolvimento das operações de *peacebuilding*, sendo que, contribuindo para que as suas práticas e decisões tendam a favorecer os interesses das democracias industrializadas do ocidente. (PARIS, p. 641, 2002).

Apesar de não escrever especificamente sobre ONGs, Michael Pugh (2005) destaca e menciona nos seus trabalhos a importância dos atores da sociedade civil nas operações de *peacebuilding*. Segundo Pugh, as ONGs, junto com as Instituições financeiras internacionais, ONU, agências de ajuda intergovernamental, empresas privadas, força policial e juízes compõem um protetorado na tentativa de controlar determinado território, seus recursos econômicos e suas políticas públicas (PUGH, p. 41, 2005). Segundo Pugh, a partir dos anos 1980, as ONGs e os agentes humanitários passaram a ter os governos centrais como parceiros, contratantes, e por conta disso passaram a se comportar como uma espécie de braço político desses governos. Um exemplo foi a medida adotada pela USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) em 2003, determinando que as ONGs contratadas pela agência não poderiam falar nem dar entrevistas para a mídia sem o seu consentimento, caso contrário, poderia rescindir unilateralmente a “parceria” e o contrato (PUGH, p. 50, 2004).

Essas contribuições desenvolvidas por Paris e Pugh nos ajudam a pensar as ações da Viva Rio na MINUSTAH dentro de um processo mais amplo dessa construção do Internacionalismo Liberal. A maneira como a Viva Rio trabalha na mediação de conflitos nas comunidades haitianas pode ser entendida como um sintoma desse desejo de transformação da a sociedade, com um viés liberal, descrita por Paris. A ideia de que pelo diálogo, os grupos

em conflito podem neutralizar os preconceitos e julgamentos errados, que, na visão da Viva Rio são muitas vezes, uma fonte de conflitos é uma mostra dessa visão liberal de encara a questão do conflito e da violência. Já com a contribuição de Pugh, podemos pensar a participação da Viva Rio na MINUSTAH, junto com outras instituições, compondo aquilo que chama de protetorado na tentativa de controlar o território, os recursos econômicos e as políticas públicas implementadas no Haiti.

Nas discussões sobre *peacebuilding*, um dos autores que mais dedicou atenção ao tema das ONGs e o seu papel na reconstrução de sociedades pós-conflitos é Mark Duffield. Na sua trajetória profissional, Duffield trabalhou durante os anos 1980 em ONGs, como a Oxfam, em agências estatais e da ONU, como UNICEF (O Fundo das Nações Unidas para a Infância) e ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), voltadas para o desenvolvimento em países em reconstrução. Essa experiência prática sobre o trabalho das ONGs, somado às suas incisivas críticas sobre a paz liberal traz sem dúvidas uma importante contribuição no debate e na literatura sobre ONGs, sociedade civil, *peacebuilding* e reconstrução.

Duffield coloca as ONGs, como atores centrais dentro de um sistema de governança liberal. Segundo o autor, além delas trabalharem de forma integrada uma com as outras, também se integram com múltiplas agências e doadores internacionais, formando uma grande rede e, com isso, tornando-se cada vez mais influentes dentro dos processos decisórios internacionais. Segundo Duffield, isso se evidencia no fato das ONGs estarem na linha de frente e na vanguarda das discussões e debates sobre intervenções humanitárias, e sobre o modelo de desenvolvimento que deve ser implementado nos países do Sul (DUFFIELD, 2001, p. 55).

O autor aponta para uma relação direta entre expansão das ONGs e do humanitarismo para os países subdesenvolvidos, com o que ele chama de herança colonial. Esse movimento de disseminação de ONGs rumo aos países do Sul seriam tentativas oficiais de modernizar o colonialismo (DUFFIELD, 2007, p. 39). Uma das razões para isso é o fato das ONGs e o movimento humanitário terem atuado para enfraquecer e fazer oposição, às lutas nacionalistas por independência, prolongando a relação colonial, principalmente nos países africanos (DUFFIELD, 2007, p. 39). Esse processo levou a manutenção de uma lógica colonial liberal entre os países do Norte e os Países do Sul. Duffield, considera ainda que a expansão das ONGs costuma ocorrer dentro de uma mentalidade de emergência, que tenta ajustar o comportamento das pessoas de acordo com a nova situação política, consumindo as lutas travadas contra a dominação e opressão imperial (DUFFIELD, 2007, p. 46).

Nos anos 1990, por exemplo, Duffield, destaca que as ONGs representavam uma voz poderosa nos pedidos de intervenção humanitária. Consequentemente, acabaram participando cada vez mais das intervenções e das tentativas de resolução de conflitos ao redor do mundo (DUFFIELD, 2001, p. 57). Somando o estado de emergência com o alargamento e expansão do mercado da ajuda, as ONGs se apresentam diante da opinião pública como “legítimas” implementadoras dos programas de ajuda, convertendo-se também, num meio de governar e organizar populações ao redor do mundo. A noção de emergência é crucial neste processo, pois possibilita as ONGs ter em mãos, os meios de penetrar nos países do Sul, excluídos pelo capitalismo formal, “permitindo a colonização de novos países ou aumentando a presença onde já existia um ponto de apoio” (DUFFIELD, 2007, p. 48).

Além de Duffield, David Chandler também aborda de forma crítica ao papel das ONGs nas operações de *peacebuilding*. Chandler entende que, em conjunto com governos, agências e instituições internacionais, as ONGs conseguem delimitar uma agenda de intervenção e ingerências externas baseadas em princípios humanitários, definindo o que ele chama de “novo humanitarismo”. Para Chandler, há um consenso entre esses atores de que os princípios humanitários e as questões de direitos humanos devem ser colocados acima da política e a decisão sobre intervir ou não são tratadas cada vez mais no campo da ética e da moralidade (CHANDLER, 2001, p. 678).

Segundo o autor, o fim da Guerra-Fria foi um marco importante no debate sobre intervenções. Após esse período, se tornou muito mais fácil para as potências ocidentais intervir nos países estrangeiros sem o risco de uma conflagração maior, independentemente de quais forem as motivações (CHANDLER, 2004, p. 75). Somado a essa facilidade maior de se intervir, as ONGs se tornaram cada vez mais entusiastas desses empreendimentos baseados no “novo humanitarismo”. Entretanto, Chandler argumenta que esse conceito é ambíguo, e foi, principalmente na última década, anos 1990, utilizado como forma de justificar as mais bárbaras das ações militares (CHANDLER, 2001, p. 698).

Utilizando as contribuições de Duffield e Chandler podemos pensar a atuação da Viva Rio no Haiti de forma integrada com uma grande rede atores, entre eles o exército brasileiro, as agências da ONU, principalmente o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), bem como, os doadores, sobretudo Canadá e Noruega. No Haiti, esses atores trabalhando em conjunto compõem aquilo que Duffield define como sistema de governança liberal. Empregando os conceitos de Chandler podemos entender a Viva Rio como um ator que opera nos termos dos estados e instituições que a financiam, contribuindo para a construção de uma agenda brasileira de intervenção baseada no “novo humanitarismo”.

Além disso, apesar da ONG criar um conjunto de dispositivos discursivos e canais de consulta que visam promover a “participação” da população local, as decisões sobre a viabilidade dos programas são sempre tomadas em outros espaços e instâncias globais.

Já Oliver Richmond destaca neste debate as contradições das tentativas de reconstrução de estados sob a égide da paz liberal. Segundo Richmond, essas contradições se manifestam devido ao fato do pacto social se dar entre o estado e a comunidade internacional, sem o consentimento da população local. O autor entende que, onde a paz liberal é imposta por meio da força ou de condicionalidades, ela tende a uma forma neocolonial ou tutelar de paz (RICHMOND, p. 302, 2009). Sobre essas falhas e incoerências Richmond destaca que:

A paz liberal resulta em instituições e marcos regulatórios, porém não afeta diretamente o indivíduo, ao menos em curto e médios prazos. Isso se deve ao fato da paz liberal ser transferida por atores externos pela força, coerção, condicionalidade ou dependência. Mesmo nos casos em que a paz liberal foi consensualmente instalada o quadro ainda é problemático. O ethos da sociedade liberal é o individualismo no contexto de instituições universais, todavia uma de suas fraquezas centrais tem sido que as últimas ganham vida própria, tornando-se desconectadas de seus sujeitos contratuais (...) (RICHMOND, 2009, p. 300)

Deste modo, os conflitos, segundo Richmond, passaram a ser vistos como oportunidades para que uma comunidade epistêmica de doadores, agências, instituições financeiras internacionais e ONGs interviessem no sentido de construir um modelo liberal de sociedade (RICHMOND, 2009, p. 301). Neste contexto, o papel das ONGs não é apenas de atuar na resolução do conflito em curto prazo, mas também, e mais importante, é construir instituições democráticas e neoliberais que se mantenham no longo prazo (RICHMOND, p. 01, 2003). As ONGs ganharam importância nos processos de reconstrução, pois são capazes de se apresentar como atores flexíveis, com expertise, respostas rápidas e comprometimento com o desenvolvimento local provendo serviços essenciais e, ainda, possuem vocação na arte de mobilizar a opinião pública (RICHMOND, p. 05, 2003).

Por trás das intervenções fronteadas por ONGs, reside a presença financeira e ideológica dos estados liberais. Além disso, a crescente participação de ONGs em operações de *peacebuilding* se deve também ao fato de que esses atores contam com uma espécie de legitimidade, tornando-se vitais para os esforços de acabar e transformar os conflitos (RICHMOND, p. 01, 2003). Por isso, Richmond, defende que as ONGs precisam ser mais estudadas, não porque sejam organizações superpoderosas ou onipotentes, mas porque estão

cada vez mais envolvidas nos processos de paz e de resolução de conflitos, assumindo papéis que os estados não querem ou não podem desempenhar (RICHMOND, p. 01, 2003).

Sobre as ONGs, Mac Ginty (2012) entende que elas podem ser descritas como atores que contribuem para a criação de um imperativo burocrático na construção da paz. Segundo o autor, junto com as instituições financeiras internacionais, as ONGs podem ser descritas como atores “tecnocráticos” que tentam aplicar as suas experiências e conhecimento técnico nas operações de *peacebuilding* contribuindo para uma virada tecnocrática nos processos de reconstrução (MAC GINTY, 2012, p. 290). Esses atores adotam o discurso de que as intervenções podem representar uma maior participação dos cidadãos e das minorias na política e na sociedade civil. Entretanto, segundo Mac Ginty a maioria da população em sociedades pós-conflitos está preocupada com a sobrevivência e com os problemas básicos do cotidiano (MAC GINTY, 2012, p. 181). Dentro da narrativa liberal de construção da paz, a exclusão política e a preocupação com os assuntos privados do cotidiano podem ser entendidos como um sinal de estabilidade social e política, passando a equivocada impressão de que a população local apóia o execução do projeto liberal (MAC GINTY, 2012, p. 181).

Com isso, as ONGs contribuem para manter uma estrutura de governança padronizada e alternativa às elites e aos governos locais, construindo burocracias com suas lógicas próprias (MAC GINTY, 2012, p. 290). Mac Ginty destaca ainda que, a paz liberal não é apenas uma estrutura, mas também um mecanismo de transmissão de ideias e práticas específicas. Deste modo, as ONGs são atores chaves, pois participam desse processo atuando como agentes que operam dentro dessa cadeia de transmissão da lógica liberal de cima para baixo (MAC GINTY, 2010, p. 396).

Utilizando as ideias de Richmond para pensar o caso da Viva Rio, percebemos que a sua atuação na MINUSTAH não pode ser medida apenas pelo desempenho de suas ações e de seus programas de mediação e resolução do conflito no curto prazo, mais importante seria pensar na sua colaboração na construção de instituições democráticas e neoliberais no Haiti no longo prazo. Além de programas com prazos de duração mais curtos, a ONG mantém uma relação de parceria com a PNH (Polícia Nacional Haitiana) mais duradoura, tentando influenciar a prática policial e de policiamento no Haiti. Já com relação as contribuições de Mac Ginty, podemos descrever a Viva Rio como um, entre outros atores “tecnocráticos” que tentam aplicar as suas experiências e conhecimento técnico na pacificação de comunidades de Porto Príncipe. A assinatura de acordos de paz entre grupos armados foi uma forma que a ONG encontrou para ajudar na construção de uma estrutura de governança através do imperativo burocrático. Além disso, a Viva Rio também pode ser considerada um ator chave

dentro dos mecanismos de transmissão de ideias e práticas específicas, tentando convencer os grupos armados que fazem uso da violência a aproveitarem os benefícios de um ambiente “estável” e de “paz”.

3. CRISE E OPORTUNIDADE NO HAITI

A difícil situação do Haiti não começou com a MINUSTAH em 2004, e tão pouco com a instabilidade provocada por disputas e conflitos políticos internos nos anos 1990. Partindo desta premissa, este capítulo pretende traçar um panorama histórico que nos permitam pensar de maneira mais amplo sobre como a situação política e social do Haiti se desenvolveu até chegar na configuração que se encontra atualmente. A questão central que norteará a reflexão deste capítulo é como o Haiti se transformou no país mais pobre das Américas e, conseqüentemente, na “República ONGs”. O caminho para responder essa questão poderia levar a vários desdobramentos, entretanto, consideramos necessário compreender o quadro de pobreza, a dinâmica da ajuda externa, as narrativas construídas em torno da ideia de crise sem solução, a crise como oportunidade para atores externos e o Haiti como laboratório para práticas e experimentos sociais.

3.1 Revolução Haitiana e Dinâmica Colonial

A Revolução Haitiana pode ser considerada um dos acontecimentos mais importantes e significativos na luta contra o colonialismo. Em 1789, antes de se iniciar o período revolucionário, o Haiti era uma das colônias mais ricas do mundo e a mais lucrativa do Caribe. Cerca de setenta e cinco por cento da produção de açúcar mundial vinha do Haiti. A chamada “pérola das Antilhas” produzia também café, tabaco, cacau, algodão e índigo, chegando a liderar a produção de cada um desses cultivos em um momento ou outro durante o século XVIII (A MULTA, 2019).

A produção dessa riqueza estava diretamente relacionada ao regime de escravidão. O final do século XVIII e início do século XIX no Haiti foram marcados por sucessivas revoltas e lutas contra a dominação colonial francesa. Após esse período de lutas intensas, a população haitiana conseguiu eliminar a escravidão, bem como conquistar a sua independência no ano de 1805, fazendo com que o passasse a ser conhecido como a “Primeira República Negra” do mundo (SEGUY, 2014, p. 131). Além da sua importância histórica para o país, esse acontecimento também ocupa um importante papel nos desdobramentos políticos do séc XIX e da dinâmica colonial no continente americano.

Os aspectos ideológicos e as narrativas sobre o processo revolucionário foram os primeiros a se espalhar para além das fronteiras da ilha caribenha. O medo de uma onda negra, ou seja, a possibilidade dos eventos ocorridos no Haiti “contaminarem” as mentes dos negros e negras em regime de escravidão no Brasil é um exemplo próximo dessa importância (DUARTE; QUEIROZ; ARGOLLO COSTA, 2016). O imaginário do medo de uma revolução escrava pairava sobre as mentalidades das elites coloniais das capitais brasileiras. Sendo que, estas elites, que prosperavam com a escravidão, estavam receosas de que uma mobilização de massa fosse capaz de produzir mudanças econômicas e sociais mais profundas nas cidades brasileiras e no modelo colonial vigente (DUARTE; QUEIROZ; ARGOLLO COSTA; 2016, p. 15).

Não só no transbordamento da ideologia se percebe os desdobramentos da revolução haitiana, mas também em eventos concretos. Ainda durante o processo revolucionário haitiano, a metrópole francesa também estava passando por um processo de turbulência revolucionária, e outros impérios coloniais como a Grã-Bretanha e a Espanha tentaram aproveitar a janela de oportunidade e intervir no Haiti. Ambos foram derrotados. (BAUER, 1970, p.407). Cerca de noventa por cento da população de quarenta mil brancos fugiram do Haiti e aproximadamente dez mil deles migraram para os Estados Unidos. O preço do açúcar subiu de 32 xelins em 1793, para o nível sem precedentes de 87 xelins em 1798, fazendo com que outras colônias caribenhas, como Cuba e Jamaica, tivessem que aumentar a sua produção em mais de cinquenta por cento para dar conta da demanda mundial da mercadoria (BAUER, 1970, p. 407).

Com o êxito da revolução feita por escravos, e consequentemente do processo de independência, o Haiti passou a representar uma ameaça ao modelo de exploração colonial vigente na época. Diante disso, a reação dos impérios coloniais foi de tentar boicotar e isolar economicamente o país do resto do mundo, não aceitando. Além de não aceitarem a emancipação haitiana, uma série de sanções foram impostas ao país, impactando gerações de haitianos e colocando as pessoas que tinham se libertado da escravidão num novo tipo de tutela, a tutela da dívida externa. Para tentar consolidar a sua autonomia política e se inserir na ordem econômica vigente, o Haiti teve que reconhecer e pagar uma dívida ao império colonial francês para poder se livrar dos embargos econômicos e ter reconhecimento internacional como país independente (SEGUY, 2014, p. 36).

Em 17 de abril de 1825, o então presidente do Haiti, Jean-Pierre Boyer, assinou um acordo com o rei Carlos X, da França. O acordo prometia ao Haiti reconhecimento diplomático pela França em troca de uma redução de cinquenta por cento das tarifas

alfandegárias às importações francesas e uma indenização de 150 milhões de francos (cerca de US\$ 21 milhões hoje), pagos em cinco parcelas (A MULTA, 2019). Apesar de ter tido sucesso no processo revolucionário e de independência, o Haiti esbarrava na ordem colonial/moderna que não apenas previa pouco espaço para sua inclusão, mas de fato, colocava entraves para a inserção internacional de uma república governada por ex-escravos negros (SEGUY, 2014, p. 37).

No século XIX, com libertação dos escravos e com a independência ficou insustentável para o Haiti manter a monocultura da cana de açúcar, que ainda era muito associada à escravidão, como principal fonte de riqueza. O plantio da cana foi sendo substituído pela agricultura de subsistência e este processo de transformação da ex-colônia resultou em declínio econômico e intensas agitações políticas. Apesar dessas dificuldades, o Haiti se manteve independente (JAMES, 2010, p. 349).

Já no século XX, apesar da dominação colonial, pelo menos formalmente, não se fazer presente no continente americano, a dinâmica de ingerência e de embargos ainda era parte da rotina do Haiti. Entre 1914 e 1934, o país caribenho foi ocupado militarmente pelos Estados Unidos. Nesse período, uma nova constituição foi redigida pessoalmente pelo então presidente americano Franklin D. Roosevelt, que entre outras coisas, abria a possibilidade para a compra e aquisição de terras haitianas por estrangeiros (SCHULLER, 2007, p. 149). Além disso, os fuzileiros navais americanos ajudaram a criar e “modernizar” o novo exército haitiano, destituindo o anterior que tinha surgido da luta contra os franceses na luta revolucionária (TROUILLOT, 1994, p. 49). Este novo exército, “moderno” e com uma estrutura mais centralizada, depois foi responsável por suprimir e aniquilar a oposição, abrindo uma brecha na política haitiana para as futuras ditaduras (SCHULLER, 2007, p. 149).

Essa brecha foi ocupada por François Duvalier, o Papa Doc em 1957. Se aproveitando dessa nova estrutura organizacional do exército haitiano, Duvalier construiu o poder mais centralizado e autoritário que o Haiti já teve (TROUILLOT, 1994, p. 49). O Haiti passou a contar um poder executivo todo poderoso e personalizado. Esse aparato estatal atacou todos os grupos e instituições da sociedade civil, que poderiam fazer algum tipo de oposição a Papa Doc. Famílias extensas, escolas, bairros inteiros, clero, imprensa, aldeias, comerciantes, sindicatos, times de futebol e até as bandas de carnaval sofreram ataques de Duvalier (TROUILLOT, 1994, p. 49).

Ao mesmo tempo em que montava essa máquina de repressão cruel e implacável internamente, no plano externo Papa Doc conseguia barganhar recursos advindos dos pedidos de ajuda externa e assistência humanitária. Instituições como Banco Mundial, ONU e a

USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) insistiam em mandar para o Haiti centenas de milhões de dólares em ajuda. A crença dessas organizações era de que os Duvalier, Papa Doc, e depois seu filho, Baby Doc, poderiam utilizar os recursos advindos dos programas de ajuda para amenizar a grave situação de pobreza e miséria pela qual passava o povo haitiano (SCHULLER, 2007, p. 149).

3.2 Neoliberalismo e Pobreza Crônica

Para entender o quadro de pobreza crônica que se mantém no Haiti é fundamental analisar o impacto do capitalismo neoliberal sobre a história recente do país. As transformações do sistema econômico internacional na década de 1980, e, principalmente, na década de 1990 remodelaram a política a nível global e local. No Haiti não poderia ser diferente. Portanto, definir, mesmo que brevemente, o termo neoliberalismo, nos ajuda a pavimentar o caminho para a compreensão dos elementos estruturais que estão por trás de alguns acontecimentos chaves na política haitiana. Para pensarmos como o Haiti se tornou a república das ONGs devemos antes dar um passo atrás e analisar também o quadro de pobreza e miséria permanente, para na sequência pensarmos o papel da ajuda externa via instituições internacionais e ONGs, que gera dependência.

Como ponto de partida para essa reflexão, consideramos pertinente um breve panorama histórico de como as ideias neoliberais ganharam o status de ideologia dominante. Neste sentido, Perry Anderson (1995), dentro uma perspectiva crítica, destaca que o neoliberalismo é uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar social que prevalecia nos países capitalistas no pós II Guerra. O “problema” central, segundo Anderson, que viria a ser atacado pelos neoliberais era a possibilidade de regulação social sobre os mercados promovido pelo estado. Para os simpatizantes, o estado de bem-estar social destruía a plena liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência da qual dependia a prosperidade de todos. A desigualdade econômica deixou de ser um problema para ter um valor positivo para os neoliberais, e, mais do que isso, passou a ser vista como uma forma de “dinamizar” e deixar a economia mais “saudável” (ANDERSON, 1995, p. 02).

No ápice do estado de bem-estar social, o ideário neoliberal ainda tinha tanto apelo social e nem nas mentalidades dos atores econômicos e políticos como ideologia dominante. Os seus principais interlocutores⁵ e simpatizantes passaram a ver uma brecha, uma falha no

⁵ Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros, expoentes do

estado de bem-estar, que permitisse a disseminação do ideário neoliberal a partir de 1973, após a crise do petróleo. De acordo com a visão dos neoliberais, as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos, do movimento operário e dos movimentos sociais “que haviam corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o estado aumentasse de tamanho cada vez mais” (ANDERSON, 1995, 02).

O remédio, então, para os neoliberais era manter um estado forte, sim, na sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e qualquer instituição capaz de exercer algum tipo de controle ou regulação sobre o dinheiro e sobre os mercados. Porém, ao mesmo tempo, o estado deveria ser fraco em todos os outros “gastos” e iniciativas sociais (ANDERSON, 1995, 03). Para Anderson, a eleição do governo Thatcher⁶ na Inglaterra representa o primeiro caso de um país avançado a conduzir o plano neoliberal na economia. As medidas inglesas envolviam por um lado um amplo programa de privatizações, contração da emissão monetária, elevação de juros, redução de impostos sobre altos rendimentos e abolição de qualquer controle sobre os fluxos financeiros. E, por outro lado, repressão as greves, criação de uma nova legislação anti-sindical, corte dos gastos sociais e ampliação da desigualdade através de uma taxa “natural” de desemprego (ANDERSON, 1995, 03).

Além de Anderson, outra contribuição importante nessa discussão sobre o capitalismo neoliberal é desenvolvida por David Harvey (2014). Harvey, também faz um esforço para compreender a emergência do neoliberalismo como fenômeno político e econômico a partir de uma perspectiva crítica que podem ser úteis ao nosso objetivo de compreender melhor o quadro de pobreza e de dependência nos países periféricos. Segundo o autor;

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2014, p. 12).

Contrariando uma visão amplamente disseminada, que acredita que o estado se retira da vida política sob o neoliberalismo, Harvey entende que o aparato estatal é necessário nesse tipo de configuração econômica e social. Para que os pressupostos neoliberais sejam alcançados é necessário ter um estado que consiga criar instituições favoráveis a acumulação

liberalismo se reuniram na Suíça em 1947 para elaborar estratégias de combate ao Keynesianismo (ANDERSON, 1995, p. 02).

⁶ Margaret Thatcher foi primeira ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.

de capital, um estado neoliberal (HARVEY, p. 2014, p. 12). As formas neoliberais de estado se espalharam pelo mundo a partir dos anos 1970 diante do alcance do poder imperial dos Estados Unidos. A mão pesada do aparelho de estado estadunidense, que para uns age no sentido de preservar e garantir as liberdades individuais, na verdade, tem como missão criar condições favoráveis à acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros (HARVEY, 2014, p. 19).

Harvey entende que, para criar essas condições, o estado neoliberal deve dispor dos meios necessários para tal, mesmo que para isso tenha que fazer uso da força e da violência (HARVEY, 2014, p. 06). Ou seja, ao mesmo tempo em que o estado cria e garante a integridade dos mercados e das instituições, também cria e estabelece estruturas e funções militares, de defesa, de polícia e legais, requeridas para garantir os direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2014).

Enquanto os EUA de Reagan⁷ e a Inglaterra de Thatcher encabeçavam a lista dos países que patrocinavam projetos os neoliberais pelo mundo, na maioria dos países desenvolvidos, partidos de direita estavam obtendo êxito na busca pelo poder. Nos anos 1980, quase todos os países da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, passaram a ter governos de direita através de vitórias pela via eleitoral. Somado a isso, um aspecto central que faz parte da narrativa neoliberal é o sentimento de completa aversão as ideias comunistas, sendo que, para os neoliberais, essa repulsa ao comunismo se manifesta de forma mais intransigente do que as outras correntes capitalistas do pós-guerra (ANDERSON, 1995, p. 04).

Esse componente anticomunista, no Haiti, ganhou um contorno mais sangrento e violento. No período de 1957–1986, estima-se que 60.000 comunistas, camponeses ou pessoas associadas à oposição ou algum ideal progressista foram assassinadas pela ditadura dos Duvaliers. Além disso, oitenta por cento da classe política haitiana teve que fugir do país para escapar da morte e da repressão violenta (EDMONDS, 2012, p. 441). Entre 1986 e 1990 o Haiti passou por cinco governos diferentes. A junta que governava o país entrou em negociações com FMI como alternativa para sair da crise e tentar desenvolver a economia em crise. Para ter acesso ao crédito, o Haiti teve que aceitar medidas de “redução de tarifas, privatização das indústrias estatais remanescentes e da implementação de uma política de

⁷ Ronald Reagan foi presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989.

redução acentuada no financiamento dos bens e serviços públicos” (EDMONDS, 2012, p. 441).

O período pós-ditadura dos Duvaliers foi marcado por crise política, vulnerabilidade econômica e dependência da ajuda externa. Em 1986, o Haiti era autossuficiente na produção de alimentos e importava apenas cerca de dezenove por cento dos alimentos que precisava. Porém, as constantes políticas de redução de tarifas sobre produtos e alimentos estrangeiros nesse período, levaram a uma situação em que os agricultores haitianos não podiam mais competir com os produtores americanos. Produtos como arroz, milho e carne entravam no mercado haitiano a preços baixos levando os agricultores das áreas rurais do Haiti a uma situação de vulnerabilidade econômica e social. Em poucos anos o Haiti, que importava dezenove por cento dos alimentos que precisava, passou a importar mais de cinquenta por cento (GALLEGO-DÍAZ, 2010).

Em 1990 Jean Bertrand Aristide⁸ venceu o ex-funcionário do Banco Mundial Marc Bazin na disputa das eleições presidenciais. Bazin recebia o apoio das instituições internacionais e dos EUA devido a sua pauta política de liberalização econômica alinhada com o capital internacional (EDMONDS, 2012, p. 441). Após eleito, na tentativa de reverter o quadro de vulnerabilidade econômica, Aristide aumentou as tarifas para proteger os agricultores haitianos garantindo o mercado interno, elevou o salário mínimo e financiou obras públicas para tentar impulsionar o desenvolvimento da economia.

Porém, alegando que Aristide era muito populista FMI, Banco Mundial e EUA patrocinaram um golpe de Estado para derrubá-lo e recolocar a junta militar no poder (EDMONDS, 2012, p. 441). Após o golpe, o exército reprimiu violentamente os apoiadores de Aristide e mais de cinco mil partidários do ex-presidente foram mortos, e cerca de oitenta mil haitianos fugiram de barco para escapar das situações de violência (EDMONDS, 2012, p. 441). Neste período, era comuns cenas de pessoas se lançando ao mar do caribe em embarcações lotadas tentando migrar para os EUA. No ano de 1993 mais de cinco mil haitianos foram devolvidos à força através de um programa de retorno de refugiados. O governo Clinton manteve um programa da administração anterior de George H. W. Bush (Bush pai) que interceptava os haitianos em alto-mar (*boat people*) que tentavam chegar aos EUA mandando-os de volta ao Haiti (SHATTUCK, 1993).

Para tentar conter esse fluxo intenso de refugiados haitianos que tentavam entrar nos EUA, bem como estabilizar o país colocando um fim na crise, o governo Clinton decidiu

⁸ Jean Bertrand Aristide é um ex-padre católico e foi eleito presidente do Haiti em 1991, porém sofreu um golpe militar e retornou ao poder em 1993.

negociar com Aristide a sua volta ao cargo de presidente do Haiti (EDMONDS, 2012, p. 441). Como condição para a retomada do poder por Aristide foi estabelecido uma política de liberalização do mercado interno haitiano, facilitando a entrada de alimentos produzidos nos pelos agricultores norte americanos no Haiti. O arroz produzido nos EUA contava com subsídios governamentais e por consequência muito mais barato que o arroz produzido no Haiti. O resultado dessa política de abertura do mercado interno levou a falência centenas de pequenos agricultores haitianos, arruinando e inviabilizando a produção local de arroz. Em 2010, o próprio Bill Clinton quando teve que relatar a sua atividade como enviado especial da ONU para o Haiti no Comitê de Relações Exteriores do Senado americano em Washington assumiu quem se beneficiou de fato com a liberalização do mercado de arroz haitiano;

Eu tenho que viver todos os dias com as consequências de uma decisão minha que foi, talvez, boa para alguns dos meus agricultores em Arkansas (estado natal de Clinton), mas isso foi um erro porque também resultou na perda da capacidade para produzir arroz do Haiti e, consequentemente, de sua capacidade de alimentar seu povo, foi o resultado de algo que eu fiz, ninguém mais (GALLEGO-DÍAZ, 2010).

Como consequência, nos anos seguintes houve um fluxo enorme de agricultores que deixaram as áreas rurais e se deslocaram para a capital Porto Príncipe em busca de sobrevivência (GALLEGO-DÍAZ, 2010).

3.3 Ajuda que Gera Dependência

Além de ser uma oportunidade para produtores de alimentos americanos, a situação haitiana também significou uma oportunidade para que atores ligados a indústria da ajuda externa exportassem os seus serviços para o país caribenho. Diante do quadro de miséria e pobreza crônico, uma série de organizações de caráter humanitário e de assistência passaram a ter como meta o desenvolvimento de programas e projetos sociais para aliviar a situação de vulnerabilidade e de sofrimento do povo haitiano. Uma significativa quantia de recursos foi remetida ao Haiti na tentativa de prover assistência nas mais diversas áreas. Tendo isso em mente, esta seção abordará a questão da ajuda. Como ela contribui para manter uma relação de dependência colonial sobre o Haiti e como esses programas ajudaram a multiplicar o número de ONGs no Haiti.

No Haiti, os programas de ajuda externa remontam ao contexto da Guerra-Fria. O país era visto como uma peça chave dentro da estratégia de política externa americana de impedir a disseminação do comunismo no Caribe, isolando Cuba e o seu ímpeto revolucionário. Nesse período, Duvalier (Papa Doc) capitalizou o medo do comunismo e conseguiu atrair fluxos significativos de assistência e de ajuda dos EUA, no entanto, seu governo ditatorial baseado em corrupção maciça, com apropriação privada dos recursos, fez com que os efeitos da ajuda fossem inexpressivos em aliviar o sofrimento do povo haitiano (RAMACHANDRAN; WALZ, 2012, p. 01). Diante disso, o presidente americano John Kennedy interrompeu a ajuda ao Haiti como forma de protestar contra a repressão de Duvalier, porém, o presidente Richard Nixon restaurou os programas de ajuda após o filho de Duvalier, Jean-Claude Duvalier, Baby Doc, tomar o poder e prometer reformas institucionais e modernizadoras no Haiti. Com o passar dos anos, Baby Doc continuou os abusos do regime de seu pai e os EUA mantiveram o fornecimento de ajuda ao Haiti, tendo-o como aliado na luta contra o comunismo (RAMACHANDRAN; WALZ, 2012, p. 01).

As transformações do sistema econômico internacional levaram a mudanças significativas nas iniciativas de ajuda humanitária e de ajuda externa. Nesse movimento de mudança, a indústria da ajuda foi se tornando cada vez mais complexa e internacionalizada. Segundo Mark Duffield (1999), a ajuda externa trata-se “de um sistema complexo, politicamente estruturado e em rede, no qual atores estratégicos e complexos políticos se unem e interagem” (DUFFIELD, 1999, tradução nossa). Diferente do período da Guerra-Fria, onde os recursos destinados à ajuda utilizavam canais oficiais, de governo para governo, a partir do neoliberalismo, os governos doadores canalizaram seus esforços cada vez mais em atores privados através de entidades da sociedade civil (HISAMOTO, 2012, p. 68).

Essa mudança na maneira de prover ajuda e assistência ocorreu de forma similar à mudança do papel do estado e dos governos ocidentais em promover funções e serviços públicos. Ou seja, a nova forma de estruturar o sistema de ajuda externa reflete a forma como os governos passaram resolver os seus problemas de carência de serviços públicos domésticos, ocorrendo uma espécie de terceirização aos serviços de assistência e de ajuda (DUFFIELD, 1997, p. 527).

No início dos anos 1990, o fluxo de ajuda para o Haiti oscilava de acordo com o ambiente político haitiano e, principalmente, com as disputas internas dentro dos EUA. Em 1991, por exemplo, o Haiti recebeu 380 milhões de dólares de ajuda externa, porém, após o golpe contra Aristide os EUA suspenderam a ajuda, promulgou um severo embargo econômico, negou vistos e congelou contas bancárias. Embora os itens básicos de alimentos

estivessem isentos dos embargos, insumos como sementes ou fertilizantes que eram essenciais para os haitianos alcançarem a segurança alimentar foram bloqueados. Entre 1992 e 1993, o produto interno bruto (PIB) caiu 20% e o desemprego aumentou para 75% (RAMACHANDRAN; WALZ, 2012, p. 02).

Em 1995, os EUA como a administração Clinton negociou com Aristide a retomada a presidência, consequentemente os programas de ajuda externa foram restabelecidos. Porém, já no ano seguinte, 1996, o partido republicano assumiu o controle do Congresso e o líder da maioria no Senado, Robert Joseph Dole, anexou ao projeto de lei de ajuda externa ao Haiti, uma emenda que bloqueava toda a ajuda ao país no ano fiscal de 1996, até que a administração Clinton certificasse que o governo Aristide não estava envolvido em casos de assassinatos políticos (RAMACHANDRAN; WALZ, 2012, p. 03). Dole argumentou, na época, que "o presidente Aristide estava bem encaminhado para consolidar um estado de partido único. Evidências confiáveis apontavam para assassinatos políticos e esquadrões da morte mantidos pelo governo haitiano". Com essa emenda do senador Dole, nenhum dinheiro de ajuda poderia ir dos EUA para o Haiti. Os casos e as denúncias de assassinato nunca foram resolvidos, apesar da ajuda do FBI na investigação (LIPPMAN, 1995).

Sobre essa dinâmica instável da ajuda externa, David Sogge (2015) adverte que os atores que participaram como doadores da indústria da ajuda acabam, na verdade, perseguindo os seus próprios interesses em detrimento dos recebedores. Para Sogge, as recompensas aos doadores explicam o porquê de o sistema de ajuda continuar a crescer, apesar da sua falta de "sucesso" na promoção de objetivos claros, tais como o crescimento equitativo e a melhora de governança. Através da ideia de condicionantes, os doadores garantem que o dinheiro investido em programas de ajuda retorne as suas mãos por várias portas (SOGGE, 2015).

Um relatório da organização Global Financial Integrity (GFI)⁹ também destacou as vantagens de ser doador no sistema de ajuda. Só no ano de 2012, por exemplo, os países em desenvolvimento receberam um total de US\$ 1,3 trilhões de dólares dos países ricos, incluindo todo tipo de ajuda, contudo, nesse mesmo ano, US\$ 3,3 trilhões vazaram para fora desses mesmos países em desenvolvimento para os países ricos. Ou seja, o fluxo total do dinheiro nos mostra que a quantia que vai dos países ricos para os países pobres torna-se irrisória quando comparada ao fluxo que ocorre na direção contrária.

⁹ Disponível em: <<https://www.gfintegrity.org/press-release/new-report-on-unrecorded-capital-flight-finds-developing-countries-are-net-creditors-to-the-rest-of-the-world/>>. Acesso em: 08 jan. 2019

Depois do terremoto de 2010, o Haiti recebeu uma quantidade sem precedentes de ajuda externa. Nas primeiras cinco semanas as doações privadas chegaram a US\$ 3,1 bilhões e indivíduos americanos doaram US\$ 774 milhões. De acordo com o relatório *Has Aid Changed*, esse volume de dinheiro representou uma triplicação dos fluxos de ajuda entre os anos de 2009 e 2010. Em 2010, a ajuda de doadores oficiais foi equivalente a 400% da receita interna do governo haitiano. Das ajudas de emergência, cometidas ou desembolsadas, sessenta por cento estavam na forma de subsídios, enquanto quarenta na forma de bens e serviços em espécie (RAMACHANDRAN; WALZ, 2012, p. 04). A maior parte do dinheiro foi para entidades privadas como ONGs, empresas privadas e outros prestadores de serviços ligados à ajuda humanitária. “Antes do terremoto de 2010, o Haiti já tinha o setor de serviços sociais mais privatizado das Américas, com mais de oitenta por cento dos serviços básicos sendo prestados por ONGs” (EDMONDS, 2012, p. 440). Menos de 1% do dinheiro da ajuda foi para o governo haitiano, sendo que, os programas voltados para situações de emergência tiveram prioridade, enquanto projetos de mais de longo prazo foram negligenciados (RAMACHANDRAN; WALZ, 2012, p. 08).

3.4 Narrativas da Crise Haitiana

Neste tópico será abordado o papel das narrativas construídas em torno da ideia de crise permanente no Haiti. Entendemos que as narrativas construídas de que o Haiti vive uma crise sem solução cumprem um papel legitimador importante nos processos de intervenção, de maneira geral, e no caso da MINUSTAH, mais especificamente. Duffield (2001) aponta que “é da natureza do discurso selecionar algumas verdades e negligenciar outras, e retrabalhar aquelas que foram adotadas em uma visão de mundo coerente e funcional” (DUFFIELD, 2001, p. 108). Mesmo que a intenção seja informar e ajudar a opinião pública a compreender o que se passa nas situações de conflito, o principal efeito de algumas análises e narrativas é aprofundar a dinâmica da intervenção externa e vender as redes de governança como solução para as constantes crises nos países do Terceiro Mundo (DUFFIELD, 2001, p. 108).

No caso da participação brasileira na MINUSTAH, era necessário descrever a crise haitiana dentro de uma racionalidade política capaz de explicar e dar um sentido para aquilo que veio a ser a maior empreitada militar das Forças Armadas brasileira desde a Segunda Guerra Mundial. Com base na difícil situação do Haiti, envolvendo trocas sucessivas no poder político, somada ao quadro crônico de miséria, bem como a dependência econômica estrangeira, foi construída uma narrativa em torno da ideia, de território ingovernável e

inseguro, produzindo um senso de urgência e emergência na comunidade internacional, bem como, na opinião pública brasileira, compartilhando da visão de que uma intervenção militar acompanhada de iniciativas voltadas para a reconstrução e desenvolvimento eram as únicas alternativas possíveis para amenizar a crise do Haiti.

Seitenfus, por exemplo, caracterizou a crise haitiana (2008) da seguinte maneira:

“a crise haitiana arrasta-se por duas décadas, embora suas motivações tenham origem essencialmente interna – luta pelo poder, desrespeito aos princípios básicos da democracia representativa e do Estado de Direito, violência política e mafiosa, recorrente crise econômica –, suas repercussões transversais provocaram um aumento de fragilidade do tecido social que poderia desembocar em guerra civil e desestabilizar o conjunto da bacia do Bacia do Caribe” (SEITENFUS, 2008, p. 08).

Esse raciocínio colabora com a ideia de que o Haiti deveria ser entendido como um país inviável, falido ou incapaz de resolver os seus próprios problemas. Ao afirmar que a crise tem origem “essencialmente interna”, Seitenfus desconsidera toda a dinâmica de fatores econômicos e de política internacional que como vimos no tópico anterior, impactam diretamente na manutenção do quadro de miséria no Haiti. Além de considerar a crise como “essencialmente interna”, ao mesmo tempo ela pode ter uma de se espalhar e “desestabilizar” todos os outros países do caribe. Esse receio de que o Haiti poderia “desembocar em guerra civil faz com que o discurso de intervenção militar estrangeira se tornasse uma alternativa bem menos dolorida para amenizar a “crise”.

Bracey (2010) também descreve a crise haitiana destacando a situação de “falência” institucional e seus efeitos na segurança. Do mesmo modo que Seitenfus, Bracey também considera que a crise tem uma origem interna advinda “dos resultados controversos das eleições de 2000, que levaram Aristide ao poder pela segunda vez em um clima de intensa disputa”. O Conselho de Segurança da ONU autorizou a missão em resposta ao “colapso institucional” que se seguiu à renúncia de Jean Bertrand Aristide e resultando em aumento das tensões sociais, conflitos civis e a “falência do estado” (BRACEY, 2011, p. 323). Nesta visão percebe-se mais uma vez que o aspecto binário desse tipo de análise, que trata o problema haitiano como algo interno e solução para a crise como algo externo.

Em publicação da Fundação Alexandre Gusmão (Funag), que é vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, Valler Filho (2007) destaca que a situação urbana em Porto Príncipe, deteriorada pelo crescimento das favelas e pela inexistência de serviços básicos, como coleta de lixo, por exemplo, representava um caráter de “urgência” por estar

relacionado a problemas de saúde pública e violência (VALLER FILHO, 2007, p. 159). O autor ainda ressalta que “o cenário haitiano, degradado, política e socialmente, só poderia ser revertido a partir da contínua presença de quadros técnicos externos e apoio financeiro”. Para o autor, pouco ou nada poderia ser feito sem um mínimo de ordem pública (VALLER FILHO, 2007, p. 159).

Marcondes Neto (2012) aponta para o receio dos membros do Conselho de Segurança da ONU acerca dos acontecimentos no Haiti. Segundo o autor, os:

“possíveis efeitos desestabilizadores para a região, bem como a preocupação de que as divergências políticas, o aumento da violência e a quebra da lei e da ordem pudessem levar a um banho de sangue. O Conselho alegou que iria considerar o seu possível envolvimento na crise, inclusive por meio de uma força internacional” (MARCONDES NETO, 2012, p. 249).

Esse tipo de raciocínio enfatiza a noção de urgência e emergência em relação à situação haitiana. Segundo Duffield (2007), uma das principais características das narrativas que envolvem os processos de intervenção é a ideia de que o conflito está sendo substituído pela de “instabilidade” (DUFFIELD, 2007, p. 161). Essa instabilidade desafia a capacidade do ocidente de alcançar seus interesses estratégicos, incluindo a manutenção de um sistema de consumo de massa, levando à necessidade de reconstruir os estados “instáveis” de modo mais “eficaz” (DUFFIELD, 2007, p. 161). Independente das “boas” intenções dos seus formuladores, o efeito dessas narrativas é a legitimação do uso da força e da violência por atores externos contra aquela população que não consegue construir um estado “eficaz”, ou se autogovernar.

A intervenção externa aparece, intuitivamente, como solução, uma espécie de remédio para evitar o mal maior, que seria o “banho de sangue” de pessoas inocentes. No caso do Haiti é como se o país não tivesse as condições de se recuperar sozinho. Esse diagnóstico trata as crises como algo excepcional, que abala a normalidade social e política do Haiti, excluindo a possibilidade de pensar a situação haitiana como um tipo de ordem, uma maneira de administrar e controlar a sociedade civil.

3.5 Crise como Oportunidade

O foco desta seção é pensar como a crise haitiana pode ser entendida, também, como oportunidade para um conjunto de atores que participaram da tentativa de reconstrução do

país. Trabalhar no Haiti se tornou uma oportunidade de melhorar e agregar experiência para os membros da MINUSTAH, governos, agências estatais e internacionais, ONGs, entidades filantrópicas e religiosas, pesquisadores, especialistas civis e militares. Trabalhar e adquirir experiência no Haiti representou uma oportunidade concreta para subir de patamar nas suas respectivas trajetórias profissionais.

Para os militares brasileiros, por exemplo, a oportunidade de acrescentar uma remuneração de dólares americanos ao salário em reais é algo que deve ser levado em consideração. Uma parte do salário era financiado pela ONU e isso triplicava os rendimentos dos militares que trabalharam no Haiti. Em 2010, um soldado era remunerado com 972 dólares mensais, sendo que, no Brasil, esse salário não passava de 1.340 reais. A remuneração de um coronel que servia no Haiti chegava a 4.500 dólares a mais no contracheque. Em 13 anos de missão, um total de 37,5 mil militares brasileiros passaram pelo Haiti. "Um médico estuda seis anos para operar, mas ele tem que ter um paciente ou vai ficar frustrado. Um militar do Exército tem que ir para o conflito. Além disso, no Haiti você ganha o triplo do seu salário", disse o major reformado Néelson Ricardo Fernandes, que serviu no Haiti em 2005 (KAWAGUTI; ZANINI, 2010).

Conhecimento e prática se tornaram um recurso explicativo que apareceu com frequência quando se analisa a participação brasileira no Haiti. A ideia de colocar em prática os ensinamentos para os quais os soldados foram a vida inteira treinados era um ponto de convergência entre Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa quando se tratava de participar de operações de paz de maneira geral (MIYAMOTO, 2008, p. 365). No Haiti, especificamente, o *know-how* brasileiro e o “sucesso na pacificação” de regiões violentas da capital haitiana fizeram com que estrangeiros, principalmente norte-americanos e europeus, procurassem o Exército brasileiro para intercâmbio de informações. Segundo o tenente-coronel Novaes, a participação na missão da ONU significou um grande aprendizado no desenvolvimento de líderes, que, ao viverem situações de confronto e pressão 24 horas por dia, têm de manter o controle psicológico dos comandados e tomar decisões importantes (STOCHERO, 2007).

Não só o aumento salarial, mas também a projeção política foram aspectos importantes para a elite dos oficiais que trabalharam no Haiti. Alguns desses oficiais estão compondo o gabinete do atual governo Bolsonaro. O general *Augusto Heleno*, indicado para comandar o Gabinete de Segurança Institucional desde 1º de janeiro de 2019, foi comandante das forças da MINUSTAH em 2004 e 2005; o general *Fernando Azevedo e Silva*, indicado para chefiar o Ministério da Defesa, foi chefe de operações do contingente brasileiro na

MINUSTAH em 2004 e 2005; o general *Carlos Alberto dos Santos Cruz*, indicado para comandar a Secretaria de Governo, foi comandante das tropas da MINUSTAH, de 2006 a 2009, e das tropas da ONU no Congo, de 2013 a 2015; e o capitão *Tarcísio Gomes de Freitas*, indicado para comandar o Ministério da Infraestrutura foi chefe da seção técnica da Companhia de Engenharia do Brasil na missão do Haiti, em 2005 e 2006 (CHARLEAUX, 2018).

Além de uma demanda por militares especializados e preparados havia também uma demanda por civis, de diversas áreas, que tivessem “íntimo conhecimento do conflito, incluindo suas causas, a história e a cultura de seu povo, e as necessidades do[s] Estado[s] onde o mesmo desenrola e da sua população” (AGUILAR, 2015, p. 136). Aproveitando a oportunidade conjuntural, *think thanks* surgiram, expandiram-se e produziram um farto material sobre a MINUSTAH. O caso mais expressivo é o do Instituto Igarapé. Fundado por Ilona Szabó de Carvalho¹⁰ e Robert Muggah, esse instituto produz pesquisas e análises nas áreas de segurança, justiça e desenvolvimento¹¹.

Em 2015, o Instituto Igarapé, em parceria com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), publicou um caderno intitulado; *Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos de missão de paz e o futuro da cooperação pós-2016*, sendo composto por uma coletânea de artigos, que traziam uma “perspectiva brasileira sobre as oportunidades e desafios que confrontam o Haiti”. Em 2017, foi publicado outro caderno; *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*, fazendo um balanço da experiência brasileira no Haiti. Nesse segundo caderno, dos treze artigos, nove são escritos por militares. Um espaço para militares comentarem a sua própria atuação. Além de elaborar publicações, o Instituto também organizou seminários, em universidades, para fomentar a experiência das tropas brasileiras na ilha caribenha (NO RIO, 2017).

A crise do Haiti fez surgir um novo ramo de atividade econômica, o turismo voluntário. Um exemplo, é o da ONG Volunteer Vacations que em parceria com a ONG Viva Rio, oferece a oportunidade de “qualquer pessoa” realizar um trabalho voluntário de uma semana no Haiti a partir do pagamento de 693 dólares. Mariana Serra, formada em Relações Internacionais, foi a fundadora e idealizadora dos projetos da ONG¹². O trabalho voluntário é

¹⁰ Ilona Szabó de carvalho trabalhou na ONG Viva Rio de 2003 a 2004 e coordenou as ações da ONG durante a campanha pelo desarmamento.

¹¹ Disponível em: <<https://igarape.org.br/sobre/sobre-o-igarape/>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

¹² Disponível em: <<https://volunteervacations.com.br/projetos/semana-vv-haiti-janeiro-2019>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

de uma semana e envolve uma rotina de cuidados básicos às crianças haitianas que vivem em orfanatos nos arredores da cidade de Porto Príncipe. A logística é organizada da seguinte forma: A Viva Rio recebe os voluntários e oferece alimentação, bem como, transporte local e a Volunteer Vacations é a responsável pela capacitação dos voluntários, bem como, o cronograma de atividades. Depois de uma semana de trabalho cuidando das crianças haitianas, o voluntário pode decidir se tem interesse num passeio turístico nas praias do caribenhas do Haiti¹³.

Esse tipo de iniciativa, de turistas e trabalhadores humanitários tem também uma função estratégica de enriquecer o currículo profissional, principalmente para jovens com pouca ou nenhuma experiência profissional. Esse tipo de iniciativa vem sendo estimuladas por grandes empresas e por diretores de recurso humanos como forma de selecionar pessoas no mercado de trabalho (GARONE, 2014). Deste modo, Augusto Lepre de Souza que trabalhou na Viva Rio no Haiti de janeiro de 2014 até julho 2015 disse que;

“trabalhar na Viva Rio e no Haiti foi importante para construir contatos a partir da experiência. Muito do que eu aprendi lá no Haiti eu uso como referência no meu trabalho. No Haiti eu aprendi muito. Meu atual chefe (..) disse que o fato de eu ter trabalhado no Haiti era um diferencial no meu currículo e proporcionou uma bagagem diferente.” (DE SOUZA, 2018).

Em 2018, Rubem César Fernandes, ex-diretor executivo da Viva Rio, se filiou ao Partido Popular Socialista (PPS), mesmo partido do, então, ministro de Segurança Pública, Raul Jungmann. A iniciativa visava articular sua candidatura ao governo do estado do Rio de Janeiro, porém, no desenrolar da campanha, Rubem César desistiu da candidatura e passou a apoiar o ex-prefeito Eduardo Paes. Esse movimento político estava dentro de uma possível aliança regional do PPS com o Democratas (DEM). Segundo sua assessoria de imprensa, Rubem César deveria atuar como um consultor especial sobre segurança e inclusão social em um eventual governo de Paes e ocuparia uma secretaria especial. "Concordei com o PPS em retirar minha pré-candidatura para juntar forças com Eduardo Paes. Eu não sou político, nunca fui. Meu trabalho na Viva Rio foi principalmente para diminuir a violência e reduzir a desigualdade que alimenta a violência", disse César (GRILLO, 2018).

¹³ Disponível em: <<https://volunteervacations.com.br/projetos/semana-vv-haiti-janeiro-2019>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

3.6 Haiti como Laboratório

Nesta seção será abordado como a ideia de laboratório passou a fazer parte do discurso e da rotina dos membros da MINUSTAH. Com essa noção, podemos compreender como algumas ações sociais e medidas na área de segurança foram, mais tarde, implementadas na cidade do Rio de Janeiro. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) são um exemplo dessa dinâmica de via de mão dupla de testes e experimentos que foram desenvolvidos e aprimorados em solo haitiano. Entretanto, entendemos que além de detalhar a prática de laboratório, também é importante dar um tratamento diferente ao seu entendimento. Os participantes da MINUSTAH utilizavam a palavra laboratório como um recurso explicativo e retórico para endossar as práticas e os experimentos sociais feitos no Haiti. Essa visão, porém, esconde as relações sociais que se estabeleceram entre os atores da MINUSTAH e a população.

Usar o Haiti como palco para experiências sociais não chega a ser uma novidade. No verão de 1919, o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos usou o avião pela primeira vez para combater insurgentes haitianos (MÜLLER, 2016). Ao desenvolver o “bombardeio de mergulho” como uma técnica de combate de precisão, os militares americanos estavam contribuindo para o aprimoramento de uma técnica contrarrevolucionária que seria exportada, posteriormente, para outros países, como a Nicarágua por exemplo (MÜLLER, 2016). Nesse sentido, o Haiti já era pensado como um palco para experimentos de técnicas e práticas de luta contra populações insurgentes desde o início do século XX.

Sobre isso, Müller argumenta que:

“o Haiti pode ser classificado como um “laboratório” de guerra contra insurgente. Tais laboratórios, geralmente (pós) colônias, servem como verdadeiras oficinas para poderes intervenientes nos quais eles experimentam, refinam e depois (re)exportam práticas coercitivas, tecnologias e formas de conhecimento relacionadas ao policiamento produzido em casa ou em outros contextos de intervenção, ocupação ou colonização.” (MÜLLER, 2016, tradução nossa).

Outra perspectiva, mas que dialoga com essa ideia de laboratório como forma de produzir conhecimento e tecnologias relacionadas a controle da população insurgente é desenvolvida por Stephen Graham (2016). Pensando numa via de mão dupla entre práticas e técnicas, que partem da colônia para a metrópole, nos conflitos contemporâneos e no novo urbanismo militar, Graham utiliza o conceito de efeito bumerangue. Elaborado por Michel

Foucault para pensar a dinâmica colonial, o efeito bumerangue possibilita compreender como as “técnicas e tecnologias de repressão e guerra colonial urbana fazem um percurso de mão dupla entre fronteiras coloniais e centros urbanos” (GRAHAM, 2016, p. 61). “Experimentos espaciais testados no laboratório da cidade colonial muitas vezes preparam o terreno para o planejamento da metrópole colonial” (GRAHAM, 2016, p. 62).

Assim, trazendo essa contribuição para pensarmos a participação brasileira na MINUSTAH, percebemos que a ideia de laboratório foi amplamente utilizada pelos atores que integravam a missão, não só como justificativa, mas também como uma oportunidade para que os seus membros adquirissem experiências e aprendizado. O capitão do Exército brasileiro Luciano Moreira, depois de passar seis meses no Haiti, entre 2005 e 2006, afirmou que:

(...) nós ajudamos muito o Haiti, mas com certeza o Haiti nos ajudou muito mais a crescer. (...). É necessário ocupar o vazio de liderança existente nas favelas, onde o Estado não consegue prover o mínimo para a vida das pessoas. A questão da segurança é apenas uma condição básica para o início do processo de desenvolvimento de uma comunidade¹⁴.

Essa ideia de “ocupar o vazio”, apontada pelo capitão Luciano, foi um dos fundamentos da criação das UPPs nas favelas do Rio de Janeiro. Do ponto de vista operacional, a estratégia montada para pacificar as favelas no Haiti era idêntica à estratégia aplicada no Complexo do Alemão (ARAÚJO, 2011) e no Complexo da Maré. Esse último assemelha-se à maior favela de Porto Príncipe, Cité Soleil. Ambas são grandes e horizontais, com poucas elevações. No Haiti, era preciso ocupar os “pontos fortes”, que são elevações e prédios com dominância, e controlar entradas e saídas, com pontos de bloqueio nas principais vias. O objetivo disso era saturar as comunidades com militares, patrulhando becos e vielas (GOMIDE, 2014).

Especialistas de diversas áreas e militares viram na missão do Haiti uma chance para o Exército brasileiro treinar e aprimorar, em campo, esse conceito de pontos fortes. Essa estratégia, que tinha como fundamento a realização de enclaves localizados no coração da área mais perigosa, foi extraída das operações de ocupação e contenção de distúrbios urbanos em Cité Soleil e, posteriormente, Cité Militaire, em 2007 (GOMBATA, 2014). A ocupação de “áreas críticas, nas quais as patrulhas eram lançadas, caracterizou a presença permanente na

¹⁴ Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org.br/pt-br/MATERIA-o-haiti-nos-ajudou-a-crescer>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

zona de ação e permitiu o total controle do terreno e da população, criando vínculos permanentes entre o cidadão haitiano e o soldado brasileiro” (NOVAES, 2017, p. 57).

Do ponto de vista operacional, a primeira tropa a entrar nos complexos da Penha e do Alemão foi a Brigada de Infantaria Paraquedista, que tinha sido empregada em ações de combate na MINUSTAH (RODRIGUES, 2016, p. 72). A preparação das tropas e da brigada teve que considerar “não só os propósitos gerais das operações de paz, mas também se condicionar a táticas e estratégias específicas de guerra urbana e alta interação em combate com a população local” (RODRIGUES, 2016, p. 72).

Segundo Müller, essas estratégias de pacificação estão longe de representar um projeto de “policiamento comunitário” democrático e voltado para manter a “paz” nas comunidades. Na verdade, as UPPs trouxeram as práticas liberais de contra insurgência que haviam sido testadas nos bairros de Porto Príncipe através de intervenções armadas em comunidades urbanas marginalizadas (MÜLLER, 2016). Miguel Borba de Sá, Magnólia Said e Rosilene Wansetto, advertem que não há uma relação de causalidade clara entre a ordem das experiências envolvendo Porto Príncipe e Rio de Janeiro. Segundo eles, o discurso das experiências pela via da militarização, tem uma lógica circular e que acaba reforçando a intervenção. Ora se afirma que a MINUSTAH aprendeu com as experiências das UPPs no Rio de Janeiro, ora se afirma o contrário, que as UPPs desfrutaram dos ensinamentos trazidos pela participação brasileira nas favelas do Haiti (BORBA de SA; SAID; WANSETTO, 2017).

Com a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, que teve início em 16 de fevereiro de 2018, as comparações entre Rio de Janeiro e Porto Príncipe ficaram ainda mais evidentes e a ideia de laboratório associado às experiências advindas do Haiti ganharam mais destaque. Declarações de algumas autoridades apontavam nessa direção.

O uso de mandatos coletivos e uma regra de engajamento mais flexível foram defendidos como medidas “essenciais” para os militares atuarem na segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Segundo o general da reserva Augusto Heleno, o mandato coletivo visa “permitir que operações custosas, que às vezes levam meses para acontecer, atrás de um chefe de quadrilha, acabem esbarrando em um empecilho jurídico que pode perfeitamente ser autorizado lá na hora, no Haiti já aconteceu (KAWAGUTI; BIANCHI).” Já em relação à regra de engajamento, Heleno defende que seja altamente flexível para os militares envolvidos na segurança pública do Rio de Janeiro, de maneira que as Forças Armadas tenham o poder de ferir, até mesmo de forma letal, aquele sujeito que tivesse ato ou intenção hostil. Em uma situação hipotética, o general afirma que: “um sujeito armado de fuzil,

assaltando, roubando carga, ele passa a ser um alvo e, a partir daí eu posso eliminá-lo (...). E quem fizer essa ação está isento de responsabilidade jurídica” (CHARLEAUX, 2018).

A palavra laboratório caiu no gosto das forças de segurança, pois passou a ser entendida como um adjetivo para qualificar o trabalho de “treinamento” e “intercâmbio”. Graham destaca que muitas das técnicas usadas para fortalecer enclaves ou confinar permanentemente civis em áreas coloniais, depois, são vendidas mundo afora como “soluções de segurança” de ponta pelo simples fato de serem técnicas/soluções que já tiveram sua “eficácia” comprovadas em batalha (GRAHAM, 2016, p. 32). Após treze anos de ocupação brasileira no Haiti, o Exército brasileiro se tornou uma das referências mundiais no quesito “pacificação” de regiões urbanas violentas. Em 2012, 139 militares estrangeiros foram treinados por militares brasileiros a partir dos conhecimentos adquiridos nos “laboratórios” Porto Príncipe e Rio de Janeiro (MISSÃO, 2014).

Nesse sentido, participar da MINUSTAH parecia ser mais importante devido à experimentação militar das forças de segurança do que pela transformação do Haiti. Depois de mais de treze anos de missão, a taxa de analfabetismo no país é de quarenta por cento. Cinquenta por cento da população vive abaixo da linha da pobreza e 28% na pobreza extrema. Apenas 12,2% da população haitiana têm acesso a serviços de Internet, vinte e cinco por cento desfrutam de saneamento básico e 50% têm acesso à água potável (HIRST, 2018, p. 222).

Através da noção de laboratório, também podemos perceber que as ações militares e de segurança caminhavam, lado a lado, com os projetos e serviços sociais. Pacificar exigia que as ações militares e de repressão fossem combinadas com ações sociais que simbolizassem uma perspectiva de “futuro melhor” para a população (FERNANDES, p. 114, 2017). Nesse sentido, as ações cívicas e sociais da tropa brasileira também entraram na dinâmica de experiências e laboratório.

“Esse laboratório doutrinário militar sempre foi claro para o Exército, agora, essa parte de ações civis sociais eu diria que não era assim no começo, mas ficou mais claro depois do terremoto. Depois do terremoto tudo foi novidade para gente, tudo foi inédito, pois não havia treinamento para aquele tipo de situação. Intensificamos a parte humanitária distribuindo alimentos, distribuindo medicamentos, ajudando a remover escombros. Nas primeiras 24 horas a nossa base virou um hospital de campanha. Foi uma experiência totalmente inédita, não estávamos preparados para aquilo, mas foi um laboratório muito interessante, pois desenvolvemos muita *expertise* durante a missão dessa parte civil militar” (LIMA, 2018).

Nessa área de prestação de serviços e iniciativas sociais, as organizações não governamentais também viram no trabalho desenvolvido no Haiti a oportunidade para criar e refinar conceitos. Segundo Rubem César Fernandes, ex-diretor da ONG Viva Rio:

“onde o Haiti se apresenta como laboratório para nós é na criação de conceitos-chave. A dificuldade é colocar em prática, por exemplo, a estratégia progressiva de ocupação e desenvolvimento. Como foi no bairro de Bel Air, depois em Cité Militaire e, por último, em Cité Soleil. Cada passo foi uma progressiva ocupação¹⁵”.

Um aspecto relevante que contribui para essa dinâmica de laboratório e de experimentos é o fato de o Haiti ser considerado um espaço para o desenvolvimento de projetos considerados como pilotos. Os chamados *projetos pilotos* são iniciativas ou ações temporárias empreendidas para testar a viabilidade de uma solução para um problema pontual. É através de um projeto piloto que as novas ideias são testadas e experimentadas. No caso das ONGs, desenvolver um projeto piloto significa experimentar novos processos e novas ferramentas para prover os serviços e os programas sociais. “Sobre os projetos pilotos, a gente se permitia errar”, disse Augusto Lupre, que trabalhou na Viva Rio no Haiti entre 2014 e 2015 (DE SOUZA, 2018).

Nessa dinâmica de tentativa e erro, os projetos e serviços vão sendo implementados por diversas organizações no Haiti. Do mesmo modo que os militares foram testando doutrinas e refinando conceitos de segurança, as ONGs e os prestadores de serviços sociais também utilizam a população haitiana como uma espécie de cobaia para o desenvolvimento de projetos pilotos, que podem ser “bem-sucedidos” ou, só mais uma tentativa de resolver um problema pontual que não deu certo.

¹⁵ Disponível em: <<https://aloisiomilani.wordpress.com/2008/03/23/haiti-laboratorio-para-a-estrategiamilitar/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

4 - HISTÓRICO E CRESCIMENTO DA VIVA RIO

O presente capítulo tem como objetivo compreender como a Viva Rio passou de um movimento social em torno do tema da segurança e violência urbana para, em pouco mais de vinte anos, se tornar uma ONG de grande porte, atuando em diversas áreas. Consideramos relevante compreender como a ONG Viva Rio cresceu e se desenvolveu ao longo do tempo e pensar não apenas na sua função social na prestação de serviços, mas também no seu papel como ator político. Para esse fim, o capítulo será dividido em três partes. Na primeira, será traçada uma trajetória histórica da organização, no qual será examinado o seu crescimento e das suas atividades no Rio de Janeiro ao longo de sua existência. A segunda parte deslinda a perspectiva histórica das atividades da ONG no contexto haitiano. Em seguida, através de uma abordagem descritiva, objetiva-se explorar como a ONG se desenvolveu até chegar ao estágio que está hoje. Para isso, é necessário compreender suas especialidades, principais missões e funções e como ela cresceu mantendo uma relação “amigável” de parceria com o Estado e com seus financiadores.

4.1 Fundação, Crescimento e Relação “Amigável” com o Estado e com o Capital

A Viva Rio foi fundada em 1993 diante do quadro de crise e violência urbana que assolava a cidade Rio de Janeiro¹⁶, onde uma série de eventos violentos mobilizaram as temáticas da segurança e da violência como questões centrais da sociedade carioca. Um desses eventos foi a chacina da Candelária, em 23 de julho de 1993, no centro da cidade, em que oito jovens sem teto foram brutalmente assassinados por policiais militares. Pouco mais de um mês depois, em 29 de agosto de 1993, outra chacina, a de Vigário Geral, na favela de mesmo nome, culminou com a morte 21 moradores da comunidade (NOTA, 2013) e colocou de vez o tema da violência e da segurança no centro de debate público. Tais acontecimentos foram fundamentais para que atores como a Viva Rio ganhassem espaço nas agendas de combate à violência e de denúncia aos abusos das autoridades.

Somado a esses eventos trágicos, nesse mesmo período, as praias da zona Sul começaram a presenciar casos de tumulto e de arrastões. Nos domingos de sol e de praias lotadas, cenas de correria e tumulto passaram a fazer parte da rotina daqueles espaços

¹⁶ Segundo a narrativa dos seus idealizadores, no início, era muito mais um movimento social do que uma ONG.

considerados cartões-postais da cidade. Além disso, só no ano de “1992 foram registrados 424 homicídios dolosos contra menores no estado do Rio de Janeiro. Fazendo um recorte somente dos meses de janeiro a julho de 1993, foram 348 menores assassinados no estado” (CAÇADOR, 2016, p. 19).

Na sequência desses acontecimentos, uma movimentação enorme da opinião pública e da sociedade carioca demandava diagnósticos e tentativas de compreensão sobre os motivos, bem como, as condições sociais que poderiam gerar o quadro de violência. Algumas análises apontavam que as mazelas da violência seriam fruto de uma cidade, historicamente, marcada pela exclusão, uma “cidade partida”, com duas dimensões que se opunham e se chocavam cotidianamente. Ou seja, havia uma cidade conhecida mundialmente pelo turismo, pela beleza e pela alegria que se chocava com outra cidade, onde os escondidos pela pobreza e pelo abandono do poder público tentavam encontrar os meios de sobrevivência (CAÇADOR, 2016, p. 19). Em síntese, havia a cidade do morro e a cidade do asfalto.

Foi nesse contexto que o sociólogo e ativista da área de direitos humanos Herbert de Souza, o Betinho¹⁷, e o antropólogo Rubem César Fernandes decidiram articular um movimento amplo capaz de responder à onda de violência. O objetivo era, através da participação de diversos setores da sociedade carioca, como intelectuais, empresários, jornalistas, lideranças comunitárias e artistas, idealizar estratégias que mobilizassem a sociedade civil e o Estado (BERGIER, 2015) e criar uma cultura de paz que fosse capaz de superar a cultura do medo e do conflito. Assim, a Viva Rio nascia como um movimento social que tentava mobilizar e articular diferentes grupos e atores sociais em torno do problema da violência e da segurança.

Nos anos seguintes, a Viva Rio tentava se consolidar quanto organização. As iniciativas concentravam-se em manifestações e atos públicos, como, por exemplo, as passeatas pela paz nas ruas do Rio de Janeiro. Em 1994, o movimento ainda era diverso e desarticulado, tendo apenas uma funcionária contratada que trabalhava por meio período. As

¹⁷ Betinho, Herbert José de Souza, foi sociólogo e ativista de direitos humanos. Sua militância começou na adolescência, na Ação Católica, em Belo Horizonte. Na UFMG, foi um dos fundadores da Ação Popular (AP). Depois de formado, engajou-se na luta pelas reformas de base do governo João Goulart. Betinho resistiu ao golpe de 1964 e à ditadura que se instalou no Brasil. Partiu para o exílio, em 1971, quando a repressão se intensificou. Morou no Chile, no Canadá e no México. No fim dos anos 1970, a volta de Betinho, irmão do Henfil, virou marca da campanha da anistia por causa da música “O bêbado e a equilibrista”, de Aldir Blanc e João Bosco. Betinho retornou ao Brasil em 1979 e criou, dois anos depois, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Seu trabalho de maior destaque foi o projeto Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Betinho e seus irmãos, o cartunista Henfil e o músico Chico Mário, eram hemofílicos, doença herdada da mãe. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/betinho/index.html>> Acesso em: 07 fev. 2019.

atividades e ações sociais eram feitas, quase que exclusivamente, por voluntários. Algumas campanhas, como *Policimento Comunitário em Copacabana* e o *Desarme Rio*, foram empreendidas na tentativa de consolidar a Viva Rio como ator importante na cena pública da cidade (VIVA RIO).

O quadro começou a mudar em 1995. Numa apresentação com a presença de cerca de 80 empresários, a Viva Rio aproveitou para lançar um logotipo novo e tentar marcar uma posição de relevância através da ampliação de suas bandeiras para além das questões de segurança e violência (VIVA RIO). É importante destacar que, nesse período, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-2003, foram concebidas uma série de legislações para facilitar a criação de ONGs no Brasil. Programas de transferência de dinheiro público e facilidades para captação de recursos com o setor privado foram desenvolvidos no intuito de estimular o crescimento do terceiro setor. Com o argumento de que algumas ONGs podiam ser consideradas como entidades de interesse social, a transferência de recursos públicos foi fomentada através de “parcerias” do estado com organizações da sociedade civil. Nesse período, em alguns casos, os processos de transferência de recursos eram feitos até sem licitação (MONTANO, 2014, p. 85).

A partir disso, a bandeira da cidadania começou a fazer parte do vocabulário da ONG, levando à expansão de sua agenda e de suas atividades. Programas como o *Rio Limpo*, voltada para limpeza urbana e coleta de lixo e que mobilizou voluntários para limpar as ruas da cidade, e a *Comunidade Solidária*, iniciativa do governo federal com objetivo de construir uma rede de proteção social, mobilizando pessoas e recursos para o desenvolvimento social de áreas carentes, são exemplos de como a Viva Rio, rapidamente, ampliou os seus compromissos (VIVA RIO). No tema da segurança, foi organizado o protesto chamado de *Reage Rio*, que se tratava de uma caminhada da Candelária à Cinelândia, cujo objetivo era chamar atenção para os altos índices de violência e os casos de sequestros que causavam medo na população mais rica e na classe média (FILHO, 2018).

A Viva Rio, que, no início era caracterizada mais como um movimento social, continuou ampliando os seus projetos se institucionalizando, passando a ser reconhecida como organização não governamental e uma entidade sem fins lucrativos. Em pouco mais de cinco anos de atividades, a Viva Rio já contava com vários projetos e parceiros poderosos no campo político e empresarial. A rede de lojas C&A, a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Coca Cola, o Instituto Unibanco, o Instituto Ayrton Senna, a UNESCO, o Ministério da Justiça, entre outras organizações se tornaram parceiras e colaboradores dos projetos da ONG (VIVA RIO).

Internacionalmente, a Viva Rio também buscou formas de atuação. O primeiro passo para isso foi ampliar a sua rede de contatos com o intuito de se inserir nesse meio de agentes promotores de ações sociais e desenvolvimento para identificar oportunidades de trabalho. Em 1998, a ONG ajudou a fundar a Rede Internacional sobre Armas Pequenas e Leves (*International Action Network for Small Arms – IANSA*), que tinha por objetivo fortalecer os processos de controle de armas no mundo. Além disso, nesse mesmo ano, a Viva Rio participou ativamente de debates na ONU sobre o tema da violência e lançou a sua primeira campanha pelo desarmamento e em prol da restrição do comércio de armas leves no Brasil (VIVA RIO).

O desarmamento foi uma bandeira marcante no início da trajetória da Viva Rio. A sequência de ações da ONG com outros grupos da sociedade civil resultou em um “referendo nacional, ocorrido em 23 de outubro de 2005, sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no Brasil. O foco era o Estatuto do Desarmamento” (CAÇADOR, 2016, p. 27). Depois do episódio conhecido como sequestro do ônibus 174, que foi transmitido ao vivo pelas redes de televisão, a Viva Rio constituiu, em parceria com outras organizações civis, a campanha *Basta! Eu quero Paz*. A campanha aproveitou o clima de comoção em torno deste acontecimento e mobilizou ações populares em torno da agenda de uma segurança pública mais “humana e eficiente” (VIVA RIO). Ao mesmo tempo, a ONG crescia institucionalmente através dos seus pragmatismo e parcerias, bem como por meio do bom relacionamento com as instâncias de poder na sociedade. A Viva Rio não cresceu se aproveitando da mobilização popular para fazer o enfrentamento de questões sensíveis à ordem social vigente, mas sim fazendo amigos.

No período de 2000 até 2004¹⁸, a ONG continuou com uma agenda de ampliações de programas e projetos. As ações foram expandidas para abranger outras áreas de atuação como meio ambiente, saúde, educação, combate à dengue e até a criação de uma rádio comunitária. Em 2002, articulou uma parceria com a polícia militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ), que objetivava oferecer qualificação continuada ao efetivo policial, visando humanizar o serviço prestado pela corporação. Essa estratégia de parceria e proximidade com a polícia militar permanece até hoje. Nesse mesmo período, a Viva Rio passou a integrar o Children in Organised Armed Violence (COAV), que tem por fim identificar crianças e jovens envolvidos em grupos armados.

¹⁸ O ano de 2004 marca o início dos trabalhos da Viva Rio no Haiti. Pensando numa estrutura de exposição do texto que facilitasse a leitura, adotamos a estratégia de dividir essa parte do histórico da ONG entre os trabalhos no Brasil e os trabalhos no Haiti. Desse modo, o período de 2004 aparece com mais destaque, posteriormente no texto, porém já no Haiti.

O ano seguinte, 2005, foi importante para a ONG devido ao seu esforço, empreendido no referendo nacional para a proibição de venda de armas e munições a civis. A Viva Rio foi uma das principais interlocutoras a favor da adoção de um controle maior sobre a venda de armas no Brasil. Apesar do engajamento da ONG, a proibição da venda de armas não foi aprovada, pois 63% dos votantes no referendo foram favoráveis ao comércio de arma (MACEDO, 2015). A política de parceria e de aproximação com as forças de segurança, bem como com o Estado ganhou uma nova roupagem. Programas como o *Gestão do Policiamento*, *Policiamento Comunitário* e *A Polícia que Queremos* tinham o objetivo, segundo a ONG, de ajudar a reformar e modernizar a Polícia Militar. Em 2006, a ONG Viva Rio já era considerada “expert” nessas questões e prestava assessoria relacionada ao tema da segurança, para os governos da província de Buenos Aires, Moçambique, El Salvador e Angola (VIVA RIO).

A política de parceria era uma questão de sobrevivência. Manter uma boa relação com órgãos da burocracia estatal, com atores políticos e com empresas foi crucial para o crescimento da ONG. Segundo Montano (2014), esse ponto é importante não só para a Viva Rio, mas também para qualquer outra organização não governamental. Por não terem capacidade de gerar os próprios recursos, a relação amigável e de parceria com o estado e com o mercado acaba sendo uma forma de suprir essas necessidades. No universo das ONGs (2014), a palavra parceria, na verdade significa estratégia de captação de recursos (MONTANO, 2014). Em 2008, A Viva Rio promoveu um curso de pós-graduação lato sensu em segurança pública e cidadania a partir de uma parceria com a FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e com a RENAESp (Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública). Essa ação, segundo a ONG, faz parte do já mencionado propósito de formação de quadros, com uma visão de uma polícia mais moderna, eficiente e cidadã.

Em 2009, a Viva Rio inicia um novo ciclo de crescimento e expansão. A ONG encontrou na área da saúde um novo nicho de mercado e de oportunidade de atuação. Por meio das OSS¹⁹ (Organizações Sociais de Saúde), a Viva Rio passou a assumir a gestão de unidades de saúde em algumas regiões da cidade. Em 2010, já administrava 49 unidades de atenção primária e 198 equipes ESF (Estratégia Saúde da Família), em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Esse número só vem crescendo desde então.

¹⁹ Organizações sociais ou O.S. é um tipo de associação privada, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que recebe subvenção do Estado para prestar serviços de interesse público. A expressão "organização social" designa um título de qualificação que se outorga a uma entidade privada, para que ela esteja apta a receber determinados benefícios do poder público, tais como dotações orçamentárias, isenções fiscais ou mesmo subvenção direta, para a realização de seus fins.

Já em 2018, a Viva Rio administrava 73 unidades de atenção primária e 440 equipes de ESF. Bairros como Bonsucesso, Brás de Pina, Complexo do Alemão, Cordovil, Ilha do Governador, Jardim América, Manguinhos, Complexo da Maré, Olaria, Parada de Lucas, Penha Circular, Penha, Ramos e Vigário Geral possuem unidades de saúde geridas pela ONG. Além dessas unidades, o hospital municipal de Paraty, o pronto-socorro municipal de Pinheiral e cidades do sul do Estado do Rio de Janeiro também contam com postos de saúde administrados pela Viva Rio (VIVA RIO). Com o aumento da sua presença no setor de saúde pública, a organização tornou-se um braço importante destes governos municipais na administração burocrática e na gestão da saúde.

Apesar do forte crescimento da ONG na administração da saúde pública, é relevante mencionar que, em 2016, com a crise no estado do Rio de Janeiro, a Viva Rio junto com mais oito OSS passou a ser investigadas pelo Ministério Público do estado. A investigação envolvia suspeita de irregularidades, que vão desde a falta de condições adequadas aos pacientes, até casos de supostos desvios de recursos públicos. Nos últimos cinco anos, o orçamento destinado pelo município do Rio de Janeiro às OSS aumentou à medida que novas parcerias surgiram. Quase quarenta por cento do orçamento do município destinado à saúde foram repassados às organizações sociais de saúde, sendo que as oito investigadas receberam aproximadamente seis bilhões de reais. No orçamento de 2016, as OSS tinham previsão de receber R\$ 1,9 bilhões dos recursos da saúde. Vale dizer que esse valor era maior do que a maioria dos orçamentos previstos para os 32 órgãos do Poder Executivo (BOTTARI; WERNECK, 2016).

Além da prestação de serviços e recebimento de doações, a Viva Rio também viu no mercado financeiro uma forma de diversificar suas fontes de financiamento. Junto com a Oceana, que é uma empresa especializada na gestão de fundos de investimentos com foco em ações, a ONG lançou em setembro de 2013 o Fundo *Viva Rio FIC FIM*²⁰. Os recursos totais acumulados sob gestão do fundo são de 1,1 bilhão de reais. A ideia é combinar uma fonte de receita para a Viva Rio e, ao mesmo tempo, oferecer aos investidores retornos e oportunidades de ganhos. Segundo informações do prospecto do fundo, "ao invés de realizar doações diretamente a ONG, os investidores podem aplicar os seus recursos no fundo, e o gestor, a Oceana Investimentos, doará parte relevante da receita líquida proveniente das taxas de administração e performance ao Viva Rio. Investidores recebem integralmente a

²⁰ Disponível em: <http://www.vivario.oceanainvestimentos.com.br/site/arq/FactSheet.pdf> Acesso em: 24 Fev. 2019

rentabilidade gerada pelo fundo (...) mas também estão gerando impacto social efetivo através das Operações do Viva Rio²¹.”

4. 2 Chegada e Ascensão no Haiti

Os anos de 2004 e 2005 foram muito violentos²² no Haiti. Diante do cenário de violência e instabilidade política, as lideranças da MINUSTAH e da ONU decidiram que era necessário mudar os rumos e a dinâmica da missão. O caminho escolhido para tal mudança foi a adoção do programa DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração) que já tinha sido utilizado em outras missões de paz e de estabilização. A ideia era que uma vez estabelecida a missão, de acordo com os quadros que compunham o programa DDR seria necessário estabelecer canais de diálogo entre as organizações civis e os grupos armados. O intuito de implementar tal programa, era poder sentar com as partes em conflito para negociar o fim das hostilidades e, em troca, ajudar na reintegração e reinserção dos ex-combatentes na sociedade (BRAUM, 2018).

A constatação, por parte da DDR, era que os conflitos armados que agitavam o Haiti possuíam características diferentes daqueles que a ONU estava acostumada a lidar, sobretudo nos Balcãs. No caso do Haiti, e particularmente em algumas áreas de Porto Príncipe, a ONU e o programa DDR chegaram à conclusão que, mais do que uma guerra civil clássica, a dinâmica da violência no país, principalmente em Porto Príncipe, contava com componentes de conflito aberto entre vários bandos armados e com elementos de banditismo. Dentro dessa visão, o quadro de violência no Haiti parecia se assemelhar mais ao que ocorria nas favelas da América Latina, especialmente nas do Rio de Janeiro, do que em outras situações no qual a ONU e a DDR já tinham experiência. (BRAUM, 2014, p. 403).

Justamente diante desse diagnóstico é que foi feito o convite para a Viva Rio participar da MINUSTAH. Segundo a ONG, a experiência adquirida em mediação de conflitos nas favelas do Rio de Janeiro habilitou a organização a trabalhar no Haiti. Notadamente, os primeiros trabalhos da Viva Rio foram feitos em parceria com o programa DDR, sendo que, entre 2005 e 2006, a ONG trabalhou na realização de consultorias e pesquisas, que tinham como foco compreender a “racionalidade” envolvida no uso da violência dos chamados “bandos armados”. A equipe de trabalho era formada por brasileiros e pessoas indicadas pelas

²¹ Disponível em: <http://www.vivario.oceanainvestimentos.com.br/site/conteudo/index.php> Acesso em: 12 fev 2019

²² Sobre a dinâmica de violência será mais detalhada no capítulo 4. Entrevista realizada com Pedro Braum.

agências da ONU, sobretudo aquelas que financiaram os projetos de desarmamento, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (BRAUM, 2014, p. 404).

Em julho de 2006, A Viva Rio fez parte do grupo de ONGs presentes nas discussões da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, na Suíça. Por iniciativa do governo suíço e do PNUD, o objetivo do evento era identificar estratégias de controle e de redução da violência armada, como forma de potencializar o desenvolvimento sustentável ao redor do mundo. A participação de dirigentes da Viva Rio nesses espaços foi crucial, pois foi ali que surgiu a oportunidade da ONG expandir suas fronteiras (CAÇADOR, 2016, p. 38). Eventos como esse, representavam para a Viva Rio uma oportunidade concreta de se manter próxima às elites da indústria de ajuda externa e humanitária. Para entrar no circuito dessas organizações, pressupõe-se a manutenção de um contato frequente com entidades como a ONU, com doadores, agências estatais, empresas, entre outras.

O passo seguinte seria pensar em estratégias de atuação e marcar sua posição dentro da MINUSTAH. Em 2006, a Viva Rio realizou uma pesquisa e um censo em Bel Air, para conhecer melhor as características demográficas do bairro e identificar, segundo a opinião dos seus moradores, quais eram os principais problemas da região. A partir dos resultados da pesquisa, a ONG elaborou um amplo projeto com foco em “segurança e desenvolvimento”. O foco na segurança compreendia prioritariamente a redução das taxas de homicídios. Já o foco no desenvolvimento compreendia a reabilitação da infraestrutura da região, notadamente, para aquelas áreas consideradas deficitárias quanto ao acesso à água e a coleta de lixo (BRAUM, 2014, p. 404).

Já com o financiamento dos governos canadense e norueguês “a Viva Rio iniciou oficialmente suas atividades em Grande Bel Air, por meio de três programas principais. Os programas foram batizados de *Água, Mulher e Saúde*, o *Lixo Não Tem Pé* e o *Tambor da Paz*²³”. Essas iniciativas faziam parte de um projeto guarda-chuva maior chamado *Honra e Respeito por Bel Air*. O segundo programa, por exemplo, tratava da coleta de resíduos sólidos, limpeza dos canais por onde escoavam as águas das chuvas e de esgoto e foi o projeto que mais gerou empregos para a população. No seu auge foram contratadas mais de duzentas pessoas para ficarem responsáveis pela limpeza dos canais, coleta de lixo, colocação e recolhimento de caçambas dos caminhões de lixo (BRAUM, 2014, p. 404).

Uma estratégia usada pela ONG foi fomentar a aproximação com a população local. Pensando nisso, em 2007 a Viva Rio construiu sua sede em Bel Air, nomeando-a de Kay Nou,

²³ Esse programa será analisado com mais detalhes no capítulo 4.

que em créole significa “Nossa Casa”. No espaço, foi montado um centro comunitário com atividades para os moradores do bairro. A ideia era, por meio de atividades culturais, pouco a pouco ir conquistando a confiança da população, e consolidar a posição da ONG no bairro. Segundo a Viva Rio, seria possível adentrar no interior do território, junto ao público-alvo e aos moradores através das trocas culturais. Autoridades governamentais ou da MINUSTAH que visitavam Bel Air, passaram a identificar a ONG como um ator atuante importante no bairro (FERNANDES, 2017, p. 114). O resultado desse processo de aproximação é que a Viva Rio passou a ser percebida como um “guardião” para a implementação de projetos sociais em Bel Air. Uma frase que ilustra essa influência na gestão social do bairro é: “Se você quer entrar em Bel Air, precisa antes passar pela Viva Rio” (MOSTUE e MUGGAH, 2009, p. 93).

Nessa área de Bel Air dificilmente poderia ser feito alguma coisa sem a parceria da Viva Rio. Ela já estava lá há alguns anos, ela já conhecia muita gente, ela exercia um protagonismo nos trazendo essas demandas. Algumas coisas ela mesmo já fazia. Fazia capacitações de trabalho, oficina de capoeira, ela tinha as iniciativas dela, mas algumas coisas ela não tinha capacidade, aí ela pedia apoio e ajuda do exército (LIMA, 2018).

As iniciativas sociais da ONG combinadas com as medidas de segurança das tropas da MINUSTAH pareciam caminhar positivamente, dentro de uma visão liberal da construção da paz. Rubem César Fernandes afirmou que, o período entre 2007 e 2009 foi o mais feliz da missão. Em outubro de 2009, o ex-presidente dos EUA Bill Clinton organizou uma conferência, com diversos empresários em Porto Príncipe tendo como tema: “Como investir e ganhar dinheiro no Haiti” (FERNANDES, p. 115, 2017). Nesta conferência, a primeira-ministra, Michèle Duvivier Pierre-Louis, afirmou que o “Haiti está aberto para fazer negócios. Nós do governo estamos cumprindo a nossa parte. Estamos dispostos a trabalhar com todos vocês para alcançar o sucesso” (INVESTIDORES, 2009). A realização da conferência com empresários haitianos e estrangeiros era um indicativo de que a missão estava progredindo, e a pacificação do Haiti construiria um ambiente seguro e estável aos negócios e à iniciativa privada.

4.3 Terremoto, Mudança e Perda de Protagonismo

O clima de otimismo tomava conta dos membros da Viva Rio antes do terremoto de janeiro de 2010. A taxa de homicídio no bairro de Bel Air tinha caído de 26 mortos a cada 100 mil habitantes, entre 2006 e 2007, para o número de 17 mortos entre 2008 e 2009. Nos relatórios da ONG havia relatos de que as comunidades vizinhas, como Cité Soleil, pressionavam a organização para expandir os seus projetos sociais (SCHMITZ, 2013, p 98).

Entretanto, o cenário mudou drasticamente. No terremoto de 7,0 graus de magnitude, pelo menos duzentas mil pessoas morreram, trezentas mil ficaram feridas, quatro mil tiveram as pernas ou os braços amputados, e mais de um milhão de desabrigados (COBERTURA, 2010). Além do abalo sísmico houve também uma forte sacudida na dinâmica de trabalho da Viva Rio, sobretudo na sua estratégia em aproximar-se das lideranças comunitárias. Segundo a ONG, a história dos trabalhos no Haiti se divide em antes e depois do terremoto. Para Rubem César Fernandes (2017), antes havia progresso e sinergia, depois restou a resiliência e a capacidade de resistir às adversidades (FERNANDES, p.115, 2017).

O terremoto despertou a atenção da mídia e dos organismos de ajuda internacional. Longas horas de cobertura da imprensa mundial, após o evento, somada as manchetes dos principais jornais do mundo estampando a catástrofe haitiana, contribuíram para a produção de um clima de comoção global em torno da situação do Haiti. Governos anunciaram doações e empréstimos a fundos perdidos diante da permanência do país no centro dos noticiários internacionais por semanas (BRAUM, 2014, p. 60).

A rotina de trabalho da Viva Rio e de toda MINUSTAH mudou de forma significativa devido ao terremoto. Num primeiro momento tiveram de ser construídos campos de desabrigados, com barracas e lonas, para acolher os quase um milhão de deslocados, por conta da grande quantidade de pessoas que perderam suas casas. Organismos de ajuda internacional, muitos dos quais já atuantes no país, se mobilizaram e enviaram mais pessoas ao Haiti. “Um sem número de ONGs e agências variadas como a Cruz Vermelha, a própria ONU, os Médicos Sem Fronteiras, apenas para citar alguns, se movimentaram para enviar ajuda” (BRAUM, 2014, p. 60).

Nos primeiros dois meses, o foco dos militares brasileiros passou a ser a garantia da segurança e ordem nesses campos de desabrigados. O objetivo era evitar situações de violência, principalmente, diante da necessidade de se organizar a distribuição de alimentos. Nesse momento, além da preocupação com distribuição de comida e água, havia também uma atenção especial em relação às questões sanitárias e transmissões de doenças. Muitas pessoas se deslocaram para o interior do país fazendo com que todos os participantes da MINUSTAH tivessem que aprender rapidamente a lidar com essa nova realidade (LIMA, 2018).

Nesse contexto, o bairro Bel Air foi uma região extremamente afetada, e a sede da Viva Rio virou um campo de deslocados e desabrigados por noventa dias depois do terremoto (FERNANDES, 2017 p. 115). Para a ONG e para a continuidade dos seus projetos foi um período difícil, pois diante da desorganização que havia na sociedade, o cenário para as organizações não governamentais, agências de ajuda e outros membros da MINUSTAH mudou sensivelmente. Essa nova realidade fez com que mudasse as prioridades da missão. “Muita gente da comunidade morreu, muita gente perdeu sua casa; pessoas amputadas, crianças sem os pais eram algumas das situações que agora tinham que lidar” (LIMA, 2018).

Três meses depois, eu reencontrei o pessoal da Viva Rio num novo treinamento de brigadas comunitárias, mas eu percebi que as atividades da ONG estavam enfraquecidas. Antes do terremoto, a preocupação era melhorar a educação, inserção profissional etc., depois, o foco foi todo direcionado para as questões e as necessidades emergenciais. Dentro das minhas limitações, entendo que a Viva Rio perdeu um pouco o brilho devido a essa enxurrada de apoios externos. Eu não diria nem ONGs necessariamente, mas das agências voltadas para ajuda em situações de emergência. Muita gente da Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras, etc... (LIMA, 2018).

Nas semanas seguintes houve um fluxo enorme de ativistas se deslocando para o Haiti. Diversos organismos de ajuda internacional e de socorro emergencial passaram a prestar socorro às vítimas. Com isso a tropa brasileira teve de priorizar a segurança dessas equipes, principalmente, realizando a escolta desse pessoal na organização e na distribuição de alimentos. Havia muito mais pessoas ligadas às ONGs, de vários países, sendo que muitos destes socorristas tiveram de ficar acampados no aeroporto. Por pelo menos três meses, a situação e a dinâmica da missão ficou concentrada em iniciativas emergenciais, de socorro e distribuição de alimentos (LIMA, 2018).

Essa mudança de cenário obrigou a ONG Viva Rio a encontrar um outro sentido para as suas atividades (LIMA, 2018). Entre as primeiras iniciativas da ONG destaca-se a implantação de sistemas de distribuição e purificação de água, construção de toaletes, coleta de lixo, distribuição de barracas e, num segundo momento, doação de comida (BRAUM, 2014, p. 67). Nesse período, um dos focos da Viva Rio eram as ações que envolvia a distribuição de água e alimentos, com o apoio de segurança e logística da tropa da MINUSTAH. A tarefa consistia, essencialmente, em organizar a atividade, pois segundo a ONG, algumas operações, sobretudo envolvendo ativistas estrangeiros, resultavam em tumulto e confusão (MARKEY; ZENGERLE).

O exército brasileiro e a Viva Rio perceberam que havia uma relação entre segurança e ajuda humanitária e decidiram pensar numa operação conjunta para garantir a distribuição de comida de forma ordeira e pacífica. No dia anterior, eram fornecidas senhas para as mulheres, e no dia do evento, a tropa ficava em toda região do bairro fazendo o patrulhamento e isolando a área em cerca de 2 km. Além disso, havia carros de som avisando aos moradores, panfletos eram distribuídos, e todo um trabalho de organizar a fila era pensado para garantir que a comida fosse entregue em segurança. Segundo Lima²⁴, o diagnóstico era de que a forma como o Brasil distribuía comida e planejava as ações humanitárias era um sucesso.

Passado o choque inicial do terremoto, o período seguinte foi marcado por discussões em torno de como seria a reconstrução do país. No dia 31 de março de 2010, em Nova York, foi realizada a Conferência dos Doadores por um Novo Futuro do Haiti e foi definida uma quantia de 11 bilhões de dólares destinados a reconstrução (FERNANDES, 2017, p. 116). Segundo a Viva Rio, os procedimentos burocráticos para a elaboração e análise dos projetos de reconstrução tinham uma dinâmica morosa e ineficiente. Os gestores responsáveis por selecionar e avaliar as ações e os serviços prestados pelas ONGs ficavam pouco tempo no cargo. Para se ter uma ideia, os programas destinados a fazer a limpeza e a retirada dos escombros e do entulho levaram quase dois anos para serem iniciados (FERNANDES, 2017, p. 116).

A reconstrução pós-terremoto reforçou o envolvimento e a participação de ONGs e entidades privadas na rotina de prestação de serviços no Haiti. Entretanto ocorreu uma mudança sutil. As organizações que tiveram mais destaque e relevância nesse processo foram as ONGs ligadas à ajuda humanitária, voltadas para situações de emergência, adaptadas a situações que exigem respostas rápidas para problemas urgentes. Não era esse o caso da Viva Rio. A sua estratégia e os seus projetos eram baseados na ideia de construção da paz e de desenvolvimento em longo prazo.

Uma das características da dinâmica do trabalho das ONGs é a sua instabilidade. Essas organizações sobrevivem por meio de projetos, sendo que, o fluxo de dinheiro destinado a estes projetos é instável, bem como, as fontes de financiamento também o são.

O dinheiro caminha para as situações de emergências humanitárias. Por exemplo: Tem o terremoto no Haiti, aí o dinheiro e consequentemente muitos projetos vão para o Haiti, mas pode acontecer de ter um tsunami em algum lugar na Ásia, aí o dinheiro vai todo para lá. Neste sentido, o quadro de funcionários muda muito de

²⁴ Entrevista realizada no dia 05 de setembro de 2019.

tempos em tempos. Teve época, no pós-terremoto de 2010, por exemplo, de ter muito projeto e muito dinheiro” (DE SOUZA, 2018).

Uma das iniciativas de reconstrução foi a parceria do PNUD com algumas ONGs. Para tentar aliviar o quadro precário da infraestrutura e ao mesmo tempo gerar algum tipo de renda aos moradores, desenvolveram o programa *Cash for Work*. O programa consistia em iniciativas de “limpeza das ruas ou a remoção de escombros, e que empregavam o maior número possível de pessoas por um salário baixo e por pouco tempo, para que em seguida outras pessoas fossem contratadas” (BRAUM, 2014, p. 73). O principal objetivo era a geração de empregos e a injeção de dinheiro na economia de Porto Príncipe. A Viva Rio administrou as duas modalidades de projetos, uma para a limpeza dos canais na área de Cité Soleil e o outro para limpeza das vias em Grande Bel Air.

O cenário nas questões de segurança e violência, que sempre foi um ponto fundamental para o trabalho da Viva Rio, também sofreu mudanças. Embora o crime violento tenha diminuído desde o seu auge em 2005, o terremoto criou novas vulnerabilidades e fomentou um aumento da criminalidade em relação aos anos anteriores (BERG, 2010). Entre 2010, 2011 e 2012, a região de Bel Air testemunhou a eclosão de uma série de guerras entre suas bases, contribuindo significativamente para o crescimento da taxa de homicídios e para o incremento de assaltos na região (BRAUM, 2014, p. 222).

Segundo dados do relatório *Haiti's Urban Crime Wave?* desenvolvido pelo Instituto Igarapé entre 2011 e 2012, as articulações da ONG Viva Rio com as lideranças locais não estavam surtindo efeito na redução da violência. Apesar de destacar que não exista um fator único, que possa explicar o aumento dos índices de violência, o relatório chama atenção para a flutuação dos fluxos de recursos que entravam nas áreas populares de Porto Príncipe, pelas organizações internacionais com pouca experiência, e isso alterava as formas tradicionais de se relacionar com as lideranças comunitárias (KOLBE E MUGGAH, 2012, p. 9).

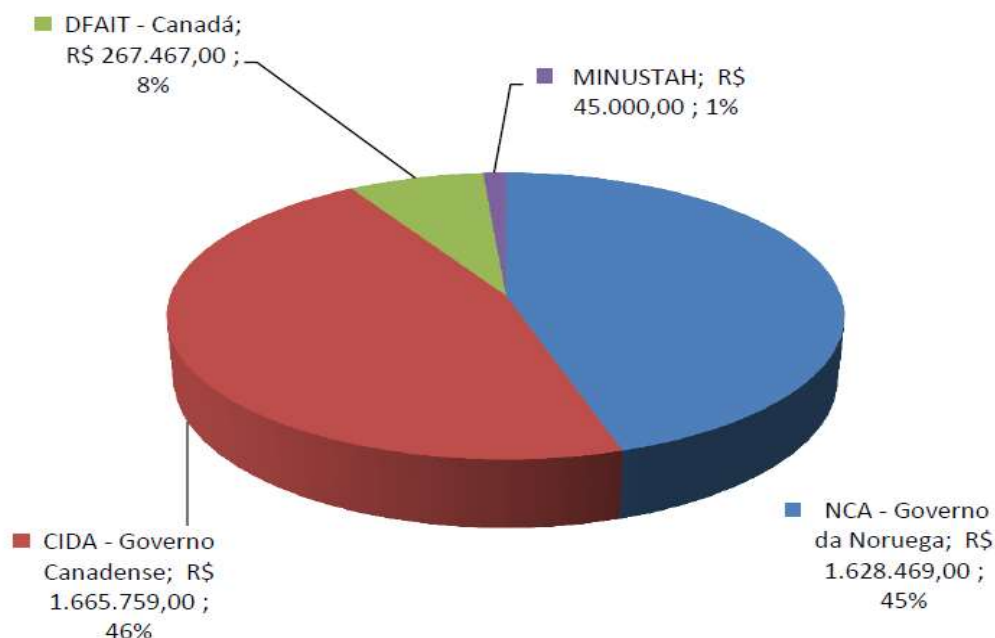
É quase impossível para ONGs ou atores externos obter acesso seguro às comunidades de Porto Príncipe. Para não colocar em risco a vida das equipes e dos trabalhadores humanitários, as ONGs frequentemente se encontram em situações nas quais pagavam quantias em dinheiro para as lideranças dos grupos armados, a fim de garantir a segurança de seus funcionários e poder executar os seus projetos sociais dentro das comunidades (SCHUBERTH, 2016, p. 95). No período pós-terremoto, os fluxos de recursos somado ao excesso de atores alteraram bruscamente as relações sociais entre os grupos armados e as

ONGs. Os grupos sabiam que com o aumento do trânsito de ONGs e de projetos, também aumentavam o trânsito de dinheiro e recursos.

4.4 Canadá, Noruega e Segurança Humana

A Viva Rio tem uma relação histórica de parceria com a Noruega e com o Canadá e o aspecto central desse vínculo é a convergência de ideias em relação ao tema da segurança (DE SOUZA, 2018). Como já mencionado, o início das atividades da ONG no Haiti se deu por meio do financiamento do governo desses dois países. A partir dessa parceria, a Viva Rio pôde iniciar oficialmente suas atividades no bairro de Bel Air, bem como, avançar nos seus projetos e missões, contribuindo mais ativamente com a MINUSTAH, para além de ações em consultoria.

Relatório Financeiro da Viva Rio 2008-2009 demonstra a importância da parceria com os governos do Canadá e da Noruega no orçamento da ONG.



Relatório Financeiro da ONG Viva Rio 2008-2009. Elaborado por (SCHMITZ, 2014, p. 91).

A parceria da Viva Rio com o governo da Noruega é cultivada desde o começo dos anos 2000, antes mesmo da sua presença no Haiti. Por intermédio da Norwegian Church Aid

(NCA), essa parceria já se manifestava através de programas e projetos sociais desenvolvidos nas comunidades cariocas. Em 2003, por exemplo, durante a visita do rei e da rainha da Noruega ao Brasil, fazia parte do roteiro oficial da viagem do casal real visitar uma favela na cidade do Rio de Janeiro, para acompanhar uma apresentação de dança de um dos projetos desenvolvidos em parceria com a ONG Viva Rio (COELHO, 2003).

Mas foi no Haiti que essa parceria se fortaleceu. Nos primeiros dias pós-terremoto, uma equipe de resgate norueguesa especializada em situações de emergência acompanhou o então diretor da ONG, Rubem César Fernandes, a cidade de Porto Príncipe. Além disso, um avião do governo norueguês com mais de 45 toneladas de equipamentos, incluindo dois purificadores de água móveis e quinhentas tendas com capacidade para abrigar dez pessoas em cada uma, seguiram para o Haiti. Com a ajuda do governo da Noruega, as doações eram levadas até a sede da Viva Rio, para a partir de lá, a ONG administrar a distribuição e organização da ajuda, não apenas ao bairro de Bel Air, mas em toda a capital haitiana (HAITI, 2010).

No mês de abril de 2010, uma comitiva norueguesa formada pela direção da NCA, representantes de governo e o ministro norueguês de ajuda internacional foram até a sede da Viva Rio em Bel Air. O objetivo da visita era para acompanhar o andamento das atividades da ONG. Esse contato estreito com os noruegueses era considerado fundamental pela Viva Rio para a manutenção do seu próprio financiamento (BRAUM, 2014, p. 87). Como resultado, em apenas um programa, essa parceria rendeu cerca de 3,3 milhões de dólares para projetos de reabilitação urbana no bairro de Bel Air. Segundo o Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD)²⁵, “diferentemente de outros doadores, e de maneira interessante para o Viva Rio, a Noruega não destinou seu apoio a componentes específicos, mas manteve atitudes mais abrangente de apoio aos diversos componentes do programa” (GUIMARÃES, 2011, p. 167).

Já em relação ao Canadá, a parceria tinha como preocupação central o tema da segurança no Haiti. Em novembro de 2017, a Viva Rio lançou junto à polícia nacional haitiana o projeto *Blue, Red and Green*, que buscava aproximar a população das forças de segurança. Com financiamento do governo canadense, o objetivo desse projeto era engajar as pessoas das comunidades de áreas pobres e violentas nas ações e decisões das forças policiais. Os policiais haitianos também recebiam treinamento para recepcionar os moradores da melhor

²⁵ A Norad (Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento) é uma diretoria do Ministério de Relações Exteriores da Noruega que trata das questões referentes a ajuda externa. A Norad financia ONGs e também faz suas próprias pesquisas e projetos em diversas áreas ligadas ao desenvolvimento.

maneira possível. A expectativa era que através dessas iniciativas abrisse um canal de diálogo positivo entre a polícia e a comunidade (NOVOS, 2017).

A parceria contava com orçamento total de US\$1.532.898 dólares e possibilitou o desenvolvimento de outros programas na área de segurança pública no Haiti. Nesse diagnóstico, para aumentar a segurança e a estabilidade do país era preciso aprimorar a capacidade das organizações da sociedade civil, como a Viva Rio, bem como, a polícia nacional haitiana, para gerenciar os desafios na tentativa de estabelecer a paz e a segurança. Para tal iniciativa se concretizar seria necessário espaços e atividades que possibilitassem a conexão entre a juventude, a comunidade e a polícia num esforço conjunto para reduzir a desconfiança e, conseqüentemente, a violência²⁶.

Diante de tal conexão da ONG Viva Rio com esses dois países, o passo seguinte na nossa investigação é questionar o porquê do Canadá e a Noruega investirem e apoiarem tantas iniciativas da ONG Viva Rio na área de segurança no Haiti. Qual seria o sentido e as motivações por trás dessa relação amigável? Uma explicação pode ser encontrada na noção de segurança humana. Tanto o Canadá quanto a Noruega são fortes defensores de uma orientação política voltada ao indivíduo como centro das preocupações da cena internacional. Ambos os governos justificam a ajuda a organizações, como a Viva Rio, dentro de estratégias mais amplas de manutenção e construção da paz, fundamentadas na noção de que a segurança internacional deve ter como foco a segurança das pessoas e dos indivíduos.

As discussões sobre segurança humana começaram logo após o fim da Guerra Fria, em meio à crescente onda de violência e desagregação social na Europa Oriental e na África. Paralelamente ao surgimento dessa noção de segurança humana, a noção de estabilização também surgia como doutrina militar entre os países ocidentais, a qual contempla a necessidade de incorporar medidas socioeconômicas em ambientes afetados por conflitos. Através desse novo paradigma, o setor de ajuda externa e de ajuda humanitária ganhou destaque na política internacional por ser o setor capaz de prover o desenvolvimento humano sustentável (SOGGE, 2013, p. 01).

Além de países como Canadá e Noruega, a ideia de segurança humana foi amplamente fomentada por atores e agências de ajuda ligadas à ONU, e ao PNUD, mais especificamente. Somado a isso, *think tanks* da área de segurança, como o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) e da acadêmica como Barry Buzan e Ken Booth somaram esforços na tentativa de ampliar o alcance da ideia de segurança humana. Assim,

²⁶ Disponível em: <https://w05.international.gc.ca/projectbrowser-banqueprojets/project-projet/details/D004422001> Acesso em: 25 fev. 2019

surgiu o argumento de que a paz poderia ser melhor promovida garantindo mais a segurança social e econômica dos indivíduos do que pelo reforço do aparelho de segurança dos Estados. Nestes termos, a estabilização de configurações problemáticas requer menos jatos e mais empregos, menos armas e mais manteiga (SOGGE, 2013, p. 01).

Um dos motivos para esse fomento da noção de segurança humana por parte do Canadá e da Noruega podem ser encontrados nas suas estratégias de inserção internacional. Os dois países são considerados como potências médias pelas suas posições no sistema internacional; a adoção dos princípios de segurança também é amplamente convergente com os seus interesses nacionais imediatos (MCDONALD, 2002, p. 282). Não só pelo conceito ser extremamente maleável, mas também pelo fato tanto do Canadá quanto da Noruega gozarem de uma imagem de “bons cidadãos da política internacional”, possibilita a instrumentalização da noção de segurança humana, de acordo com a estratégia de política externa dos dois estados (NEWMAN, 2001, p. 88).

Nesse debate sobre segurança humana, Duffield (2007) entende que o conceito pode ser entendido como uma tecnologia de governança liberal. Essa preocupação com a segurança das pessoas, mais do que com a segurança dos estados, levou ao desenvolvimento de um aparato institucional, acompanhado de um número crescente de redes de atores governamentais, ONGs, profissionais especializados, acadêmicos, centros universitários, cursos e iniciativas de pesquisa, publicações, relatórios oficiais e comissões internacionais, voltados para implementar os objetivos da segurança humana. Segundo Duffield, a responsabilidade de proteger as pessoas abriu um caminho para a responsabilidade de reconstruir um ambiente seguro e estável (DUFFIELD, 2007, p. 112).

Deste modo, entendemos que a ONG Viva Rio encontrou o seu espaço nessa complexa rede de atores. Obteve êxito na sua articulação com a ONU, com os governos canadense, norueguês e brasileiro, além das agências de ajuda. Essa conexão permite materializar os ideais de segurança humana no terreno, nas comunidades de Porto Príncipe. Para que o ideal de segurança humana se concretize são necessárias pessoas e organizações dispostas a transformar o conflito e a situação de violência. A Viva Rio faz parte dessa cadeia de relações, um ator intermediário que tenta conectar uma dinâmica global, no caso a demanda de segurança humana, com um contexto local.

5 - PREMIAÇÕES E RECOMPENSAS: COMO A VIVA RIO PACIFICA COMUNIDADES

A questão central para esse capítulo é mostrar como foi o trabalho da ONG Viva Rio para pacificar comunidades e mediar conflitos no Haiti. A hipótese que pretende ser defendida nesta investigação é de que a atuação da Viva Rio contribui para manter e reproduzir uma lógica de governança, que tem como principal objetivo administrar a sociedade civil e controlar a população das regiões pobres. Argumentamos que, a Viva Rio, através de projetos sociais e da prestação de serviços, atua de forma complementar a uma série de instituições como os militares, policiais, as bases, a ONU, e entre outras, na construção de um tipo de paz que assegure o desenvolvimento de uma sociedade liberal de mercado. Por meio da análise do programa Tambor da Paz, procuramos mostrar como as ações e iniciativas de pacificação e mediação de conflitos da ONG, podem ser entendidas dentro dessa lógica.

Além disso, a segunda parte do capítulo será dedicada a problematizar e questionar alguns conceitos consolidados na literatura acadêmica que trata da participação brasileira na MINUSTAH. O intuito é utilizar o caso da Viva Rio como uma porta de entrada, fornecendo uma base prática, de um caso concreto no aspecto micro, para, a partir daí, avançarmos na reflexão dos aspectos mais gerais da participação brasileira na MINUSTAH, de maneira mais ampla.

5.1 O Local: Bel Air

O foco do trabalho da Viva Rio no Haiti é na região conhecida como Grande Bel Air. A área é um conjunto de bairros populares e guetos, localizada entre a zona norte de Porto Príncipe e as partes mais baixas da cidade. De acordo com o censo realizado pela Viva Rio em 2006²⁷ havia cerca de 120 mil habitantes vivendo na localidade (BRAUM, 2014, p. 18). Bel Air é um bairro que tem um nível de politização elevada (BRAUM, 2018), sendo que, historicamente, foi constituído como moradia de uma classe média urbana, de comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e artistas. No entanto, a partir da década de 1970,

²⁷ A dificuldade em encontrar fontes confiáveis é uma característica do Haiti. Passados mais de treze anos da realização do censo e de eventos de grande magnitude como o terremoto, não podemos afirmar precisamente o número de habitantes no bairro.

o seu contorno social e geográfico começou a mudar acentuadamente (NEIBURG, NICAISE e BRAUM, p. 03, 2011).

Devido, entre outros fatores, à crise no modelo de agricultura tradicional, chegaram à cidade de Porto Príncipe milhares de imigrantes vindos do interior do país. Esse deslocamento causou um aumento na densidade demográfica, bem como o declínio da já precária infraestrutura urbana, acarretando no surgimento de novos assentamentos como La Saline, Forturon, Fort Dimanche, Pont Rouge e Warf Jeremie, unindo, numa única mancha urbana, toda essa região da capital com a prefeitura de Cité Soleil (NEIBURG, NICAISE e BRAUM, p. 03, 2011). Assim, Bel Air se tornou uma área densamente povoada.

Devido a precariedade estrutural das condições econômicas no Haiti, as relações de trabalho e emprego na região são marcadas pela falta de vínculos formais. A taxa de desemprego, em 2006, chegava a 80% dos residentes do bairro (BRAUM, 2014, p. 132). Deste modo, os moradores buscam em atividades inconstantes como “bicos, ou dinheiro enviado por parentes que moram no estrangeiro, a abertura de um negócio, projetos de desenvolvimento do governo, agências da cooperação internacional ou de organizações locais, entre outras” alternativas de renda e sobrevivência (BRAUM, 2014, p. 19).

No segundo mandato de Jean Bertrand Aristide (2001 - 2004), uma das estratégias políticas do ex-padre era usar os recursos do governo haitiano para gerar empregos a população do bairro. Muitos moradores de Bel Air foram admitidos como funcionários de entidades estatais ligadas ao governo. Figuras importantes da militância, das organizações populares e das bases, passaram a ocupar cargos de nível técnico como eletricitista, mecânico, carpinteiro, operador de máquinas, despachantes, segurança, entre outros. O plano de Aristide era desenvolver uma nova classe média no Haiti a partir do gueto e isso o levou a colocar muita gente do bairro dentro do governo (BRAUM, 2014, p. 376). A implementação dessa política contribuiu para fazer da região de Bel Air uma das principais bases de apoio popular de Aristide.

Em 2004, após o golpe de Estado contra Aristide e com a chegada da MINUSTAH, o novo governo haitiano iniciou um processo de demissão de muitos desses trabalhadores que haviam sido contratados no período anterior. Como muitos demitidos eram figuras importantes da militância e das bases, a região de Bel Air passou a ser um dos centros de descontentamento popular e da resistência armada que exigiam o retorno de Aristide ao poder (BRAUM, 2014, p. 376).

Nesse contexto, não é por acaso que Bel Air foi escolhido como o local das primeiras ações militares das tropas estrangeiras em solo haitiano após o golpe contra Aristide. Em 29

de fevereiro de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas definiu que enquanto uma nova missão de paz não desembarcasse no Haiti, os EUA, França e Canadá enviariam tropas ao país para garantir a segurança da população e criar as bases de um futuro novo governo (BRAUM, 2014, p. 375). Os efetivos militares se instalaram no centro de Porto Príncipe para facilitar as operações e incursões nas ruas e estradas que davam acesso ao território dos bairros e guetos como Martissan, Grande Bel Air e Cité Soleil. Não obstante, os mesmos locais das bases e das organizações populares que apoiavam e davam sustentação política a Aristide (BRAUM, 2014, p. 375).

5.2 A Bases

Uma vez definido o local de trabalho pela Viva Rio e pela MINUSTAH, o passo seguinte seria definir quem/quais seriam as pessoas e organizações que estariam presentes no território. O antropólogo e coordenador de segurança da Viva Rio no Haiti, Pedro Braum, realizou um exercício etnográfico entre 2008 e 2013 para compreender como se dá esse universo político e social em torno das bases de Bel Air. Segundo Braum (2014), as bases podem ser descritas como formas sociais coletivas vinculadas a algum território e que enfatizam aqueles vínculos de confiança mútua, interdependência, proximidade, afeto e proteção, comuns à região de guetos da Grande Bel Air. Para o autor, as bases podem corresponder a variadas configurações sendo importantes espaços das sociabilidades locais. “Elas costumam se dedicar às atividades chamadas pelos moradores da área de “política”, “desenvolvimento”, “cultura” e “violência”, cujas iniciativas articulam o associativismo local, movimentos políticos nacionais e as agências de cooperação internacional” (BRAUM, 2014).

As bases são atores políticos fundamentais na cidade de Porto Príncipe. Deste modo, a questão que se colocava, não só para a Viva Rio, mas para as demais organizações, entidades de ajuda e a tropa da MINUSTAH era como lidar e se relacionar com esses grupos. Diante dessa complexidade, no início da missão, algumas versões e narrativas foram construídas por observadores estrangeiros e, sobretudo, pelas tropas da MINUSTAH tentando caracterizar todas as bases de Porto Príncipe como gangues, vinculadas a algum tipo de atividade criminosa.

As narrativas dominantes fazem uma caricatura das bases, tratando-as como gangues criminosas responsáveis por derrubar governos, aterrorizar a população local através de sequestro e envolvimento com o tráfico de drogas. No entanto, esses estereótipos negativos nem sempre correspondem a maneira

pela qual todas as bases/gangues são vistas pela população. (ERICKSON, 2014, 26).

Outro aspecto relevante é que as bases se apresentam para a população, como defensora e protetora da sua comunidade e do território em relação às ameaças externas. Essas ameaças podem ser desde a MINUSTAH, do estado haitiano, ou até mesmo uma base considerada rival. Como o seu repertório envolve ações violentas vinculadas a um viés social e político, com o início da MINUSTAH, algumas ações violentas, que antes poderiam ser consideradas como meio de ação política passaram a ser classificadas como ações criminosas (NEIBURG, NICAISE, BRAUM, 2011, p 46). Não chega a ser uma novidade, que os líderes políticos haitianos utilizam as bases para impor sua vontade em Porto Príncipe desde a fundação do país, fazendo com que a história da capital Porto Príncipe, seja a história dos desdobramentos dos conflitos entre esses grupos (DEIBERT, 2015).

Como os locais que mais precisavam de ajuda e de assistência humanitária eram áreas controladas por essas bases, as ONGs e organizações de ajuda se viam diante da necessidade de estabelecer algum tipo de articulação e contato com esses grupos. “Antes de entrar nos bairros é preciso conhecer as bases” (SCHUBERTH, 2017, p. 430). Além de poder realizar os seus projetos e as suas ações sociais no local, a preocupação com a segurança dos seus trabalhadores é a principal justificativa que as ONGs e organizações humanitárias utilizam para se relacionar com as bases.

Diante disso, uma estratégia adotada pelas ONGs é o pagamento direto aos líderes das bases. Para os críticos dessa estratégia, essa prática pode ser descrita como uma espécie de suborno. Segundo Schubert (2017), algumas ONGs internacionais pagam uma certa quantia em dinheiro para os líderes das bases com o objetivo de garantir a segurança e poder executar os seus projetos sem sofrer incômodo dentro dos territórios das bases (SCHUBERTH, 2017, p. 432). Um gestor de projetos da ONG Concern Worldwide disse que “quando você trabalha nestes bairros, você é abordado diretamente por membros de gangues que pedem dinheiro ou qualquer coisa para permitir que você implemente o seu projeto”(SCHUBERTH, 2017, p. 432).

5.3 Tambor da Paz: Pacificação e Mediação de conflitos

Nesse contexto, a Viva Rio tenta implementar os seus programas de pacificação e mediação de conflitos em Bel Air. Como estratégia, a Viva Rio procurou se estabelecer como

um intermediário indispensável no local. Diferente de outras ONGs que entram no território, realizam o seu projeto e depois saem da comunidade, a Viva Rio tem como objetivo ficar no local, criar vínculos com a comunidade (SANTOS, 2019). Segundo os seus dirigentes, essa estratégia permite ganhar a confiança da população através de uma abordagem que baseada na ideia de que é possível estabelecer uma lógica cooperativa como forma de resolução do conflito. O foco é no trabalho de mediação, diálogo e comunicação com os atores chaves da comunidade, buscando neutralizar os preconceitos e julgamentos errados, que na visão da Viva Rio, são muitas vezes a fonte de conflitos (SCHUBERTH, 2017, p. 436).

Antes de entrar especificamente nos detalhes e nas práticas do programa Tambor da Paz implementado nas comunidades de Porto Príncipe, consideramos pertinente passar por um caso em que a ONG Viva Rio foi chamada para pacificar e fazer a mediação numa comunidade da cidade de Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Como já mencionado, a experiência adquirida nos programas de mediação de conflitos nas favelas da cidade carioca oferece um saber, uma técnica, uma capacidade operacional sobre como pacificar comunidades. Entendemos que o caso de Itaboraí não deve ser negligenciado nesta reflexão por ser ilustrativo de como a dinâmica de pacificação e mediação de conflitos ocorre na prática.

Em 2014, a Viva Rio foi demandada pela empresa de energia Ampla²⁸ para fazer uma parceria e desenvolver um trabalho de pacificação numa comunidade chamada Reta, na cidade de Itaboraí no estado do Rio de Janeiro. A iniciativa por pacificar a comunidade surgiu devido a impossibilidade de a empresa entrar na comunidade. Diante de tal impedimento, o problema que se colocava para a Ampla era o fato de a comunidade da Reta ter cerca de 85% da sua energia consumida pelos moradores de maneira considerada ilícita, através de roubo de energia, chamado popularmente de “gato”. Inicialmente, a suspeita da empresa e da ONG era de que os traficantes de drogas, que exerciam certa influência na comunidade estavam se beneficiando dessa ilegalidade e, de alguma forma, lucravam com a situação (SANTOS, 2019).

Diante disso, a empresa entrou em contato com a Viva Rio para elaborar um plano de pacificação da comunidade. O objetivo era através da mediação de conflitos possibilitar a entrada da Ampla no local, para poder realizar a manutenção das redes de energia, a instalação de novos equipamentos, atender as solicitações de novos clientes e, principalmente reverter o problema do roubo de energia. Dentro da sua estratégia de criar vínculos com as

²⁸ A Ampla é uma empresa de distribuição de energia elétrica com atuação no estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói.

pessoas do local, a Viva Rio fez uma reunião com algumas lideranças da comunidade, pastores de igrejas, entre outros, e decidiu construir uma sede própria da ONG na comunidade da Reta (SANTOS, 2019).

Uma vez dentro da comunidade e com a sua sede construída, a Viva Rio começou a promover as suas ações sociais aos moradores da comunidade da Reta por meio de programas voltados principalmente para a juventude, na área de educação e esportes. Na sequência, a Viva Rio organizou campeonatos de futebol, cursos de artesanato, informática, pintura, ensino médio e ensino fundamental, entre outras atividades. Na medida em que, a ONG trabalhava na comunidade e os programas iam sendo implementados, a confiança dos moradores foi sendo conquistada, e assim, a Viva Rio pôde perceber que as pessoas ligadas ao tráfico de drogas não eram os responsáveis pelo impedimento da Ampla entrar na comunidade e nem pelo roubo de energia. Os traficantes não estavam se beneficiando da ilegalidade, mas sim as pessoas ligadas à associação de moradores de bairro da comunidade. Depois disso, a Viva Rio também percebeu que o tráfico não era um obstáculo para a sua atuação na comunidade, pelo contrário, na verdade até apoiavam as iniciativas e os programas sociais da ONG (SANTOS, 2019).

O passo seguinte foi fazer a articulação com os atores chaves da comunidade para garantir que a empresa pudesse entrar no local com segurança e reverter a ilegalidade, o “gato”. Em dois anos de participação na comunidade da Reta, o resultado foi a troca de praticamente toda infraestrutura da rede elétrica, bem como a diminuição nos casos de roubo de energia, que antes da Viva Rio era de cerca de 85% e foi reduzido para cerca de 5% (SANTOS, 2019). De janeiro a dezembro de 2015 o orçamento dos programas da Viva Rio financiados pela Ampla em Itaboraí foi de R\$ 766.060,88²⁹. Apesar das realidades diferentes entre a comunidade da Reta em Itaboraí e o bairro de Bel Air em Porto Príncipe, a dinâmica de trabalho da ONG segue uma lógica parecida. O fundamento das ações é entrar na comunidade, oferecer serviços e programas sociais e, por meio deles, ganhar a confiança da população, conquistando os “corações e mentes” dos moradores da comunidade.

Já no Haiti, o Tambor da Paz (*Tanbou Lapè*) foi o principal programa desenvolvido pela ONG na tentativa de pacificar e mediar os conflitos em Bel Air. Considerado pela Viva Rio como uma medida inovadora na redução da dinâmica de violência, o programa teve início no começo de 2007 e tinha como objetivo estabelecer uma relação de confiança com as

²⁹ Segundo o relatório anual de atividades do ano de 2015. Disponível em: <http://www.vivario.org.br/app/prestacao/uploads/Atividades/CEBAS%202015.pdf> Acesso em: 28 Fev. 2019

peessoas da comunidade por meio de um sistema de premiação por bom comportamento dos moradores, bem como, das lideranças das bases. O ponto de partida era traçar um diagnóstico das estruturas de poder local das bases para posteriormente negociar os acordos de paz entre as lideranças comunitárias popularmente reconhecidas (MOSTUE, MUGGAH, 2009, p. 93).

Os acordos estabeleciam, basicamente, que a cada mês sem conflitos coletivos com mortes, premiava-se algum membro da comunidade. Essas premiações costumavam ser de bolsas de estudos para as crianças dos bairros com idade escolar. A ONG organizava festas e shows com artistas locais e nacionais para sortear os prêmios e celebrar os acordos. A condição colocada pela Viva Rio era de que, para o sorteio das bolsas e os shows acontecerem, as taxas de homicídios deveriam apresentar trajetória de queda, e todos os quarteirões do bairro tinham que passar um mês sem mortes violentas para terem direito aos prêmios (BRAUM, 2014, p. 405). O diretor da ONG na época, Rubem César Fernandes (2010) defendeu o programa argumentando que “quando não há conflito, todos no bairro ganham, mas na violência, todos perdem, não importa onde, por quem e por que ela começou” (FERNANDES, 2010, p. 7).

Como forma de encorajar a participação entre os líderes comunitários, em 2008 também foram integrados aos prêmios motocicletas e laptops. Para a ONG, os prêmios eram uma forma de incentivar as lideranças das bases a serem corresponsáveis pelo desenvolvimento e difusão de uma cultura de não violência nos moradores do bairro. Além das festas, eram realizadas também reuniões mensais com os líderes da comunidade, com a Polícia Nacional Haitiana, com autoridades da MINUSTAH e com os representantes da Viva Rio, para discutir a situação e a frequência dos casos de violência na região (MOSTUE, MUGGAH, 2009, 93).

Um aspecto importante no funcionamento do programa Tambor da Paz era a necessidade de identificar as lideranças comunitárias que poderiam fazer o papel de articulador entre a Viva Rio e as pessoas da comunidade. O líder comunitário é a pessoa no qual a ONG fará o primeiro contato dentro da comunidade (OLIVEIRA, 2015, p. 51). Através da aproximação com essa liderança é que se define o diagnóstico da situação do local, com o intuito de organizar e planejar a melhor forma de atuar no território. Deste modo, o líder comunitário acaba fazendo um papel de articulador e mediador entre a inserção das ações da ONG, a comunidade, bem como os atores que compõem aquele espaço (OLIVEIRA, 2015, p. 51).

Idealmente, o líder comunitário deve ser morador da comunidade ou pelo menos ter familiaridade e disponibilidade para atuar no território. O perfil ideal é de um morador ou

moradora que pertença a sua base e seja por ela reconhecido como líder, ao mesmo tempo que também seja identificado por entidades no plano da política nacional e das organizações internacionais, como uma pessoa que consiga mobilizar os moradores do bairro para reuniões, assembleias ou atividades de grupo. Além disso, a Viva Rio entende que o líder deve ter outras qualidades como capacidade de diálogo, construção de redes de relação, sensibilidade, estabelecimento de uma relação de confiança com os interlocutores e integração (NEIBURG, NICAISE, BRAUM, 2011 p. 14).

Neiburg, Nicaise e Braum (2011) destacaram que, na figura dos líderes comunitários de Bel Air, está vinculada as seguintes características: *a)* a maior parte deles têm entre 20 e 40 anos; em geral as pessoas tornam-se líderes quando estão na faixa dos 20 anos de idade; *b)* tradicionalmente, as lideranças sempre foram do sexo masculino, entretanto, começa a haver lideranças do sexo feminino, em geral, com diplomas técnicos ou universitários e conhecimento de idiomas; *c)* todos possuem uma formação escolar bem acima da média, independentemente da geração, do gênero e do perfil da liderança - tanto aquelas próximas às ações armadas quanto aquelas que, por exemplo, se orientam “ao desenvolvimento”; *d)* os líderes têm uma origem familiar socialmente superior às famílias de menores recursos da região, sendo que a maior parte das mães das lideranças é comerciante, alguns dos pais foram empregados do governo, membros do exército e exerceram atividades remuneradas (NEIBURG, NICAISE, BRAUM, 2011, p. 43).

No ano de 2011, 105 líderes comunitários das regiões de Bel Air, Delmas 2, Fort National, Bastia, Fort Touron, La Saline, Solino, Pont Rouge, Wharf Jérémie, Fort Dimanche e St Martin, assinaram um acordo de paz articulado pela ONG Viva Rio. Neste acordo estava previsto o sorteio de 51 bolsas de estudos para crianças em idade escolar da região, 17 bolsas de treinamento profissional oferecido aos músicos de rara e 1 motocicleta para alguma liderança comunitária. Como já mencionado, os sorteios desses prêmios para as pessoas estavam condicionados ao comportamento da comunidade e da redução dos índices de violência.

5.4 Pacificação, Violência e Prestação de Serviços: Analisando o Trabalho da Viva Rio no Haiti

Nesta seção, iremos abordar um aspecto que passa quase despercebido quando se analisa o programa Tambor da Paz, mais especificamente, e as ações sociais da ONG de maneira geral. No nosso entendimento, há uma relação entre o programa de pacificação e mediação de conflitos da Viva Rio, com o uso da força e da violência estatal por parte das tropas brasileiras da MINUSTAH. Para avançarmos nessa discussão, partiremos de trechos escritos pelo próprio Rubem César Fernandes que ao fazer uma síntese de como o programa Tambor da Paz funcionava afirmou o seguinte:

Em resumo, funcionava assim: 1- os militares apertavam os líderes em conflito; 2- a Viva Rio conversava com as partes e propunha medidas de reconciliação (...); 3- apertados pelo Exército e estimulados pelos benefícios da pacificação, os líderes em conflito negociavam a sua adesão ao acordo; e 4- o acordo era celebrado formalmente pela CNDDR, órgão do Governo, com a presença dos líderes em conflito, outros líderes comunitários como testemunhas, representantes do Exército Brasileiro, da Polícia Nacional do Haiti, do DDR da MINUSTAH (depois “Redução da Violência Comunitária” - RVC) e do Viva Rio (FERNANDES, p. 114, 2017).

Percebe-se que na ordem das ações o “aperto” dos militares em relação aos líderes do conflito acontecia antes das iniciativas da ONG de diálogo e mediação. Na sequência do argumento, Fernandes nos oferece mais pistas do que seria esse “aperto”. Segundo ele, o programa Tambor da Paz “combinava a repressão severa às forças em conflito, com a abertura de um caminho de pacificação que era pavimentado pela adesão formal das lideranças comunitárias e por benefícios sociais mesmo que modestos” (FERNANDES, p. 114, 2017). Deste modo, o “aperto” dos militares é na verdade um conjunto de medidas militares de repressão severa. No caso da pacificação de Bel Air, tratava-se do uso da violência por parte da tropa brasileira empregada contra as bases do bairro.

Dando sequência na sua argumentação, Fernandes faz uma analogia e defende que o programa Tambor da Paz representa “um resultado consistente com a doutrina do exército brasileiro de “braço forte, mão amiga”. Nessa perspectiva, o braço forte seria as ações militares de uso da força e da violência e, a mão amiga seria os serviços e os programas sociais da ONG Viva Rio. Combinando essas duas medidas, ações militares com ações sociais, seria pavimentado o caminho da pacificação de Bel Air” (FERNANDES, p. 114, 2017).

Para avançarmos na nossa interpretação sobre o programa Tambor da Paz, bem como, na forma como a ONG atua na pacificação e mediação de conflitos, consideramos pertinente

utilizar algumas referências teóricas e analíticas do conceito de pacificação desenvolvido por Mark Neocleous e George Rigakos. Argumentamos que o conceito de pacificação nos oferece instrumentos analíticos que ampliam a reflexão e a capacidade de explicar a atuação da ONG Viva Rio no Haiti. Deste modo, podemos pensar as ações sociais da ONG em outras categorias, para além dos princípios de solidariedade, afinidade cultural, cooperação e singularidade do modelo brasileiro de construção da paz. Para isso, será abordado nos parágrafos seguintes alguns pontos relevantes do conceito e, mais importante, como ele nos ajuda a entender o caso da Viva Rio.

Do ponto de vista histórico, pacificação é entendida como um conceito de origem militar-colonial e foi usada pela primeira vez nos Editos de Pacificação de 1563 e 1570, bem como nos Editos de Nantes de 1598. Nesse período, o uso do termo pacificação fazia referência a um tipo de "ordem ou decreto promulgado por um monarca ou estado para pôr fim a conflitos e/ou descontentamentos" ou "uma instância para alcançar ou restaurar a paz; uma reconciliação, uma trégua; um tratado de paz" (OZCAN e RIGAKOS, 2014, p. 1). Ou seja, na origem do termo pacificar está a ideia de acabar com os descontentamentos e estabelecer a paz por decreto.

Considerando o contexto da expansão colonial do século XVI e XVII, o termo pacificação surgiu para substituir a ideia de "conquista". As preocupações dos impérios coloniais, sobretudo Portugal e Espanha, foram se deslocando de um objetivo e de uma ambição territorial, passando a se concentrar em formas de ganhar os corações e mentes das populações "conquistadas" (OZCAN e RIGAKOS, 2014, p. 1). Em um dos seus discursos oficiais, em 1573, o rei Espanhol Felipe II defendeu essa ideia ao afirmar que "todas as extensões adicionais do império deveriam ser chamadas de pacificações e não de conquistas" (OZCAN e RIGAKOS, 2014, p. 1). Além disso, o monarca defendia que era importante para as forças espanholas incluir na sua estratégia de guerra uma espécie de "cooperação com os senhores e nobres que pareciam ser mais úteis para a pacificação da terra, recolhendo informações sobre as várias tribos, línguas e divisões dos índios na província, "buscando" a amizade com eles através do comércio e trocas, mostrando-lhes grande amor e ternura e dando-lhes objetos aos quais terão gosto" (OZCAN; RIGAKOS, 2014, p. 1). Através do conceito de pacificação percebemos que a dinâmica do conflito e da guerra é muito mais ampla e complexa do que simplesmente questões militares e de uso da força.

Trazendo essa abordagem para pensar as iniciativas de cooperação, no qual a atuação da Viva Rio no Haiti é citada, percebe-se que tais ações são na verdade um processo de estreitamento de laços entre diversas instituições estrangeiras que compõem a missão,

alimentando e reforçando interesses mútuos. A Viva Rio encontrou o seu espaço dentro da MINUSTAH estabelecendo parcerias com entidades como a ONU, o exército brasileiro, os doadores, entre outras organizações. Entretanto, o ponto de convergência dessa parceria não são as iniciativas de cooperação voltadas para o desenvolvimento da população e do bem comum, mas sim, a tentativa de conquistar a confiança da população na construção de um tipo de paz que seja capaz de garantir a segurança do capital e de instituições pró-mercado.

Segundo Mark Neocleous, a pacificação trabalha em duas frentes; inicialmente, usa-se a força bruta no combate ao inimigo e, posteriormente, na forma de polícia, através de um projeto de segurança voltado à construção de um novo tipo ordem no local. Por isso, o autor afirma que pacificação é um movimento muito mais próximo à (re)construção do que a destruição, podendo ser entendida como uma grande engenharia social para (re)construir uma ordem social burguesa (NEOCLEOUS, 2000). Essa concepção nos ajuda a entender as constantes "guerras" declaradas e as várias lógicas de violência do Estado contra inimigos não-estatais, da guerra contra as drogas à guerra ao terror; é um conceito crucial para entendermos a segurança, tanto na esfera doméstica quanto internacional (NEOCLEOUS, 2011, p. 191).

A construção da paz pressupõe um papel produtivo para assegurar o capital e fabricar a ordem capitalista. Desta forma, para Neocleous, destruir e reconstruir são faces da mesma moeda. Destruir seria uma referência a ação de tipo militar e dos poderes estatais para aniquilar o inimigo, e construir seria “construir a paz”, organizar a população, persuadir o povo “mediante o recurso da educação” para fabricar e estabelecer um novo tipo de ordem social (NEOCLEOUS, 2016, p.10).

Seguindo no argumento, as medidas policiais devem ser pensadas como um conjunto de tecnologias e dispositivos de poder utilizados para garantir a manutenção da ordem social capitalista (NEOCLEOUS, 2000, p.92). Sendo que, um desses dispositivos utilizados pela polícia é a sua capacidade de atuar na prestação de serviços. Ou seja, tão importante quanto usar a força é a capacidade de prover os serviços considerados essenciais na administração da sociedade civil. Tanto a ideia de “serviço policial” como de “força policial” servem para a manutenção da ordem social, sendo que prover os serviços também é prover um tipo de ordem. Os dois mandatos, o do poder/força e dos serviços fazem parte do mandato de manutenção da ordem que favorece a acumulação capitalista (NEOCLEOUS, 2000, p. 94).

Deste modo, utilizando as contribuições analíticas do conceito de pacificação, bem como de serviços policiais, podemos dar um direcionamento mais preciso na compreensão das ações sociais da Viva Rio no Haiti. Os projetos e programas sociais auxiliam na construção da

paz pela via prestação de serviços, sendo que, o mandato de prestador de serviços da ONG está diretamente relacionado com o mandato de uso da força por parte das tropas da MINUSTAH. Acreditamos que as ações sociais da ONG não devem ser vistas como antagônicas a ação dos militares, mas pelo contrário, as duas organizações trabalham de forma complementar. A capacidade de prover os serviços, bem como, prover um tipo de ordem em Bel Air era um aspecto crucial para os objetivos da Viva Rio e da MINUSTAH de pacificar o Haiti.

A parceria entre a Viva Rio e os órgãos de repressão é uma relação amigável, de proximidade e complementaridade, tanto no Rio de Janeiro quanto no Haiti. Para estabilizar e garantir a segurança em Porto Príncipe era preciso gerenciar a comunidade de Bel Air através dessa técnica de engenharia social.

5.5 - A Viva Rio e a Participação Brasileira na MINUSTAH: Testando os conceitos

Nesta seção, pretendemos utilizar o caso da Viva Rio para repensar e problematizar alguns conceitos que foram elaborados para explicar a participação brasileira na MINUSTAH. Nessa parte do texto, pretendemos avançar no objetivo traçado na introdução de que os conceitos desenvolvidos para explicar a participação brasileira no Haiti, como cooperação sul-sul, cooperação civil militar, afinidade cultural e singularidade do modelo brasileiro de construção da paz, precisam ser trazidos para o terreno, e a partir disso, testados e verificados. Sendo assim, como ponto de partida, consideramos oportuno problematizar a ideia de que os programas e projetos sociais da ONG Viva Rio seriam parte de um conjunto mais amplo de iniciativas brasileiras implementadas dentro de uma lógica de cooperação. Como vimos no primeiro capítulo, as ações da Viva Rio no Haiti, costumam ser analisadas na literatura sobre a MINUSTAH, dentro de uma perspectiva de cooperação sul-sul (SCHMITZ, 2013; HIRST, 2012; HIRST, 2017) ou na perspectiva de cooperação civil-militar (KENKEL, 2010).

Entretanto, julgamos relevante pontuar nesse debate a ausência de um elemento central quando se analisa o papel político da ONG Viva Rio, que é de humanizar um processo de ocupação militar estrangeira no Haiti. No nosso entendimento, o fenômeno descrito como cooperação ou processo de estreitamento de laços, de parcerias com as instituições estatais, demonstram na verdade uma convergência entre a ONG e o estado brasileiro na execução de um projeto liberal de sociedade no Haiti, tendo no uso da força o seu elemento constitutivo. O papel da ONG Viva Rio no Haiti não pode ser resumido a ações pontuais de cooperação voltadas para o bem comum. Ao não considerar o aspecto político dessa relação de

“cooperação”- que é relação de poder e de pacificar o local - o conceito de cooperação sul-sul, assim como, de cooperação civil-militar se mostram insuficientes para auxiliar na compreensão do caso da Viva Rio. Acreditamos ser mais proveitoso utilizar a perspectiva adotada por Müller (2016), de que a Viva Rio trabalha em regime de colaboração com as forças de segurança ganhando a confiança da população para “ganhar corações e mentes” com o objetivo de administrá-la.

Além da cooperação, outro ponto que merece ser criticado é a narrativa que utiliza a Viva Rio como exemplo para ilustrar que o engajamento brasileiro em “estados frágeis”, como o Haiti, “baseiam-se, fundamentalmente, em princípios de solidariedade, afinidades culturais” (CARVALHO; MUGGAH, 2011). De acordo com essa visão, a “abordagem brasileira oferece uma alternativa promissora, pelo fato do Brasil, diferente dos países da OCDE, não carregar o peso de um passado colonial”. Deste modo, espera-se que o engajamento brasileiro seja guiado, menos por fortes interesses econômicos e mais por valores compartilhados, como democracia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, princípios de solidariedade e afinidades culturais (CARVALHO; MUGGAH, 2011, p. 172).

Contudo, ao analisar o caso da ONG Viva Rio percebe-se a fragilidade desse argumento. Essa narrativa foi uma saída encontrada pelo estado brasileiro para construir uma percepção de que, mediante as iniciativas de cooperação técnica e de desenvolvimento, a participação brasileira no Haiti se distinguiria das outras missões e tentativas de reconstrução da paz (SIMAN GOMES, 2014, p. 73). A Viva Rio foi uma peça chave nessa construção discursiva. A presença de um ator da sociedade civil com certo prestígio diante da opinião pública e “comprometido” com o tema do desenvolvimento e das pessoas demonstra que o Brasil tinha a sensibilidade de entender o problema haitiano a partir de uma visão multidimensional.

Esses discursos e práticas de cooperação produzidos pelo Brasil tendem a envolver uma aproximação intensa, bem como, parcerias com organizações não governamentais e atores da sociedade civil, tal como a Viva Rio, para poder legitimar as ações do governo e das forças armadas brasileiras (SIMAN GOMES, 2014, 216). Porém, ao mesmo tempo, omitem aspectos centrais de como uma missão de paz opera no terreno. No ano de 2005 e 2006, já sob a liderança do exército brasileiro, mais de oito mil pessoas foram mortas na cidade de Porto de Príncipe, sendo a maior parte dessas mortes apoiadores do ex-presidente Aristide (SILVA, 2017).

Um desses aspectos que consideramos relevantes da participação brasileira na MINUSTAH é entender a Viva Rio como uma das organizações que contribui para construir e

aprimorar um sistema de governança que administra a sociedade civil e controlar a população haitiana. A ideia de transferir tecnologias sociais desenvolvidas nas favelas brasileiras é um exemplo disso. As tecnologias sociais que foram levadas para o Haiti são, na prática, técnicas de gestão de território e de pessoas que têm como objetivo pacificar regiões consideradas insurgentes.

Outro tema que devemos considerar é o papel de mediador de conflitos assumido pela ONG. Os locais de conflitos, bem como, das tensões sociais são basicamente comunidades pobres, marginalizadas, com questões estruturais pendentes. Nesse sentido, algumas questões sobre as ações da Viva Rio precisam ser colocadas: esses conflitos podem ser superados por meio de instituição mediadora exógena? Em que medida esses acordos auxiliam de fato para a superação da dinâmica de violência existente no Haiti? Mediação de conflitos resolve um problema estrutural das sociedades capitalistas?

Nessa linha, entendemos que por mais que a Viva Rio seja considerada uma organização da sociedade civil, quando olhamos suas práticas, nota-se que ela age não apenas em colaboração com o estado, mas como se fosse um braço do Estado brasileiro no Haiti. Isso não quer dizer que a ONG Viva Rio e o estado brasileiro são a mesma coisa, mas sim que trabalham de forma articulada e politicamente alinhada, convergindo no objetivo que é administrar a sociedade civil e trabalhar em conjunto na “construção da paz”. Se tem uma coisa com qual a Viva Rio coopera é com o estado na construção e manutenção da ordem social liberal. A mediação de conflitos não resolve as questões estruturais, pois as raízes da exploração capitalista, que se arrasta desde a colonização, e a contradição entre capital e trabalho estão na base dessas comunidades pobres no qual a Viva Rio está inserida.

Ao pacificar as comunidades marcadas pela pobreza, a Viva Rio transforma-se em agente de proteção das elites e da classe média contra a população marginalizada. A ONG não busca fazer o enfrentamento das questões estruturais que alimentam a dinâmica da violência, pelo contrário, o fundamento das suas práticas reforça um modelo neoliberal de capitalismo e instituições que tentam impor um modelo de sociedade pró-mercado. Esse modelo foi exportado ao Haiti pelos diversos atores que participaram da missão. A MINUSTAH, nesse sentido, não difere das intervenções e ocupações anteriores no Haiti.

As experiências político-econômicas exportadas ao Haiti são mais extremas do que as iniciativas e políticas que os países exportadores aplicam internamente nas suas próprias sociedades, ou seja, o país caribenho transformou-se num grande laboratório de teste para o receituário neoliberal, bem como, de doutrinas militares. O aspecto que torna a situação haitiana trágica é que não há nenhum limite e constrangimentos para uso dessas experiências.

Neste contexto, a atuação da ONG Viva Rio, apesar da narrativa e das tentativas de se dissociar das demais ONGs internacionais, dizendo que há um jeito próprio de atuar no terreno, pouco difere da lógica de administrar a sociedade pela via dos serviços. Além disso, a presença no Haiti e na MINUSTAH deu visibilidade para os projetos da ONG e colocou a Viva Rio numa espécie de vitrine. Foi uma oportunidade de projetar os trabalhos da ONG mundialmente e colocá-la em outro patamar. A estratégia de pacificação, mediação e articulação com as lideranças comunitárias não se mostram sustentáveis, pois ao fazer a mediação de conflitos, a Viva Rio não resolve as contendas e os problemas estruturais existentes na sociedade haitiana, pelo contrário, muitas das vezes, como já foi analisado, contribui para a sua manutenção e reprodução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se preocupou em investigar a atuação da ONG Viva Rio no Haiti, por entender que a análise desse caso é capaz de oferecer elementos para pensar dinâmicas e tendências que impactam, não apenas a ONG especificamente, mas também a participação brasileira na MINUSTAH. Não se trata de utilizar o caso do Viva Rio para estabelecer conclusões generalistas, isso acarretaria num problema de imprecisão analítica. Entretanto, detalhar esse caso nos permite ter mais clareza sobre algumas práticas e rotinas da missão, colocar os conceitos à prova, testando-os como recursos explicativos. Dito isto, existem dois conjuntos de resultados possíveis a partir deste esforço de pesquisa. O primeiro diz respeito às descobertas aqui apresentadas sobre a atuação do Viva Rio no Haiti, bem como a forma como ele trabalha para pacificar as comunidades de Porto Príncipe. Já o segundo conjunto de resultados aproveita a análise sobre o caso do Viva Rio para pensar na participação brasileira na MINUSTAH.

Primeiramente, será apresentado as descobertas relativas ao caso específico. A ONG Viva Rio surgiu em 1993 como um movimento que fosse capaz de mobilizar e articular diferentes grupos e atores sociais em torno do problema da violência urbana que assolava a cidade do Rio de Janeiro. Em pouco mais de uma década de atividades, o Viva Rio já desenvolvia inúmeros projetos em diversas regiões da cidade, bem como o estabelecimento de relações e parcerias com atores poderosos do campo político e empresarial carioca. Nesse movimento, a ONG passou a incluir, entre as suas bandeiras, outros temas ligados à cidadania, saúde, meio ambiente, educação, esportes, entre outros, expandindo assim os seus projetos, assim como as possibilidades de atuação.

Atuar internacionalmente foi uma parte importante desse processo e a possibilidade de trabalhar no Haiti deu visibilidade aos projetos da ONG, colocando-a numa espécie de vitrine. Conforme discutido no primeiro capítulo, a compreensão do papel do Viva Rio no país passa por uma compreensão da participação brasileira na MINUSTAH. Nesse sentido, destacamos que a participação brasileira no Haiti impulsionou uma agenda de pesquisas, bem como, a produção de um conhecimento especializado sobre o tema das operações de paz e o papel do Brasil na construção dela. Vimos também que, apesar da insuficiência de trabalhos que tratam especificamente da participação da ONG no local, ela é mencionada num conjunto amplo de obras que se dedicam ao tema da MINUSTAH. Deste modo, percebemos que essas menções ao trabalho do Viva Rio se concentravam dentro de um repertório conceitual descrito como:

cooperação sul-sul, cooperação civil militar, afinidade cultural entre Brasil e Haiti e singularidade do modelo brasileiro de construção da paz.

Argumentamos que, segundo essas menções, os programas sociais que a ONG empreendia no Haiti estavam inseridas dentro uma abordagem mais ampla que se baseava em reduzir a necessidade de uso da força por parte dos militares brasileiros. Isso contribuiu para construir uma percepção de que, mediante essas iniciativas, a participação brasileira no Haiti se distinguiria das outras missões e tentativas de construção da paz. Assim, a abordagem brasileira de pacificação enxergava, na capacidade de manter um contato próximo e contínuo com a população, o seu elemento singular.

Entretanto, como mostramos no capítulo 4, as ações sociais do Viva Rio não podem ser compreendidas e pensadas de forma separada das ações militares da tropa brasileira na MINUSTAH. Ao analisarmos o programa Tambor da Paz, que foi o principal programa desenvolvido pela ONG para pacificar a comunidade de Bel Air, identificamos que a “funcionalidade” do programa estava diretamente relacionada com o uso da força e da violência por parte das tropas da MINUSTAH. Como descrito pelo ex-diretor da ONG, Rubem César Fernandes, o Tambor da Paz foi o resultado consistente de ações “que combinavam a repressão severa às forças em conflito, com a abertura de um caminho de pacificação”.

Mostramos que o programa Tambor da Paz consistia num sistema de premiações e recompensas aos membros e às lideranças das bases do bairro de Bel Air, mediante bom comportamento. A cada mês sem conflitos coletivos com mortes, premiava-se algum membro da comunidade, sendo que essas premiações costumavam ser de bolsas de estudos para as crianças dos bairros com idade escolar ou motocicletas e laptops para as lideranças das bases. Eram organizados festas e shows para sortear os prêmios e celebrar os acordos de paz entre as bases. A condição que o Viva Rio colocava era de que as taxas de homicídios deveriam apresentar trajetória de queda e todos os quarteirões do bairro tinham que passar um mês sem mortes violentas.

Argumentamos que além do Tambor da Paz, os projetos e programas sociais auxiliam na construção da paz pela via da prestação de serviços. Sendo que, o mandato de prestador de serviços da ONG está diretamente relacionado com o mandato de uso da força por parte das tropas da MINUSTAH. Deste modo, as ações sociais da ONG não devem ser vistas como antagônicas à ação dos militares, pelo contrário, as duas organizações trabalham e planejam as suas iniciativas e incursões, nas comunidades de Porto Príncipe, de forma complementares. A

capacidade de prover os serviços, bem como prover um tipo de ordem em Bel Air, era um aspecto crucial para os objetivos do Viva Rio e da MINUSTAH de pacificar o Haiti.

No capítulo 2, procuramos mostrar que a difícil situação do Haiti não começou com o golpe ao Aristide em 2004 e nem com o terremoto em 2010. Partindo desse pressuposto, nos colocamos a compreender como o Haiti se tornou o país mais pobre do continente americano e, conseqüentemente, passou a ser considerado a “República das ONGs”. Estimativas apontam que mais de dez mil organizações não governamentais trabalham ou desenvolvem algum tipo de projeto social no Haiti, tornando-o o segundo país com o maior número de ONGs per capita no mundo. Junto com o excesso de ONGs, o caminho escolhido foi o de fazer uma reconstituição histórica de acontecimentos marcantes na história do país.

Iniciamos a análise pela revolução e independência haitiana, pois consideramos um evento marcante na luta contra o modelo de exploração colonial vigente na época. Num contexto de grandes impérios coloniais, a possibilidade de sofrer uma intervenção estrangeira era parte da rotina política haitiana no período pós independência. No século XX, o Haiti foi ocupado militarmente pelo Estados Unidos entre os anos de 1914 e 1934 e sofreu com a severa ditadura dos Duvaliers de 1957 a 1986. Frequentes crises econômicas associadas às instabilidades políticas tornaram a população haitiana cada vez mais vulnerável e dependente da ajuda externa. Diante do quadro de miséria e pobreza, uma indústria vinculada aos serviços de ajuda e assistência passou a ver na situação haitiana uma grande oportunidade para exportar os seus serviços. Entretanto, o fluxo da ajuda para o Haiti oscilava de acordo com o ambiente político haitiano e com as disputas internas dentro dos EUA, sendo que essa dinâmica instável se deve ao fato de que os atores que participam como doadores da indústria da ajuda acabam, na verdade, perseguindo os seus próprios interesses.

Através da ideia de condicionantes, os doadores garantem que o dinheiro investido em programas de ajuda retorne depois por várias portas. Em 1993, numa tentativa de estabilizar o país, colocando um fim na crise, Bill Clinton negociou com Aristide a volta deste ao cargo de presidente do Haiti, porém, como condição, foi estabelecido a liberalização do mercado interno haitiano para os produtores de alimentos norte-americanos. Como arroz produzido nos EUA contava com subsídios governamentais e, por consequência, era muito mais barato que o arroz produzido no Haiti, o resultado dessa medida levou a falência de centenas de pequenos agricultores haitianos, arruinando e inviabilizando a produção local do arroz. O próprio Bill Clinton, anos depois, assumiu que quem se beneficiou de fato com a liberalização do mercado de arroz haitiano foram os “seus” agricultores de Arkansas.

De 1993 até o início da MINUSTAH, em 2004, num intervalo de apenas 11 anos, o Haiti já passou por 4 missões de paz diferentes. Na história recente do país, a intervenção externa é sempre aplicada como se fosse um remédio para tirar o país da crise. Apesar do interesse acadêmico e da mídia brasileira pelo Haiti ter se ampliado a partir de 2004, não se deve perder de vista que as intervenções externas fazem parte da dinâmica política haitiana. Ao expandir esse horizonte analítico, percebemos que a narrativa em torno da ideia de “crise” serve para manter o Haiti na condição de país colonizado. Apesar de uma situação política e social difícil e complexa, com trocas sucessivas no poder, quadro de miséria crônico, dependência econômica estrangeira, entre outros problemas, a narrativa em torno da ideia de crise sem solução é uma das marcas na história haitiana.

No caso do envolvimento brasileiro, essa ideia transformou o Haiti num território ingovernável e instável acabou por produzir um senso de urgência na comunidade internacional, bem como na opinião pública brasileira, no qual uma intervenção militar acompanhada de iniciativas voltadas para a reconstrução eram as únicas alternativas possíveis para amenizar o problema do Haiti. Somado a isso, também era necessário construir uma percepção de que o Brasil seria capaz de (re)construir o país de maneira diferente, bem como fazer aquilo que as outras intervenções recentes não fizeram.

Para isso, foram elaboradas iniciativas políticas pensadas dentro de uma lógica na qual o Brasil levaria ao Haiti mais desenvolvimento social e menos força militar. Neste quadro, conceitos como o da cooperação sul-sul ganharam destaque como referencial analítico na tentativa de explicar as ações sociais promovidas tanto pelo governo brasileiro quanto por atores não estatais, como a Viva Rio, empreendidas no Haiti. Mostramos que a ONG Viva Rio foi uma peça-chave nessa construção discursiva, isso porque a presença de um ator da sociedade civil, com prestígio diante da opinião pública e “comprometido” com o tema do desenvolvimento e das pessoas, demonstra que o Brasil tinha a sensibilidade de entender o problema haitiano a partir de uma visão multidimensional.

Como foi possível perceber, essa visão exclui das análises um elemento central quando se analisa o papel político da ONG Viva Rio, que é de humanizar um processo de ocupação militar estrangeira no Haiti. Entendemos que o fenômeno descrito como cooperação, ou processo de estreitamento de laços, de atores privados com as instituições estatais demonstram, na verdade, uma convergência entre a Viva Rio e o Exército brasileiro na execução de um projeto liberal de sociedade no Haiti. Esse projeto tem no uso da força e da violência o seu elemento constitutivo. Argumentamos que é mais proveitoso, analiticamente, utilizar a perspectiva adotada por Muller (2016), de que a Viva Rio trabalha

em regime de colaboração com as forças de segurança, ganhando a confiança da população para conquistar corações e mentes com o objetivo de administrá-la.

No ano de 2005 e 2006, já sob a liderança do Exército brasileiro, mais de oito mil pessoas foram mortas na cidade de Porto de Príncipe, sendo que a maior parte dessas mortes eram apoiadores do ex-presidente Aristide. Assim, observa-se que, do ponto de vista de político, a Viva Rio atua como uma das organizações privadas que contribui para construir e aprimorar um sistema de governança que administra a sociedade civil e controlar a população haitiana. As tecnologias sociais desenvolvidas no Rio de Janeiro e que foram levadas para o Haiti são, na prática, técnicas de gestão de território e de pessoas, tendo como objetivo pacificar regiões consideradas insurgentes, como era considerado o bairro de Bel Air.

Ao traçar a conclusão desta pesquisa, argumentamos que a Viva Rio trabalha mais como um agente de proteção das elites e da classe média, administrando a população das regiões marginalizadas. A ONG não busca fazer o enfrentamento das questões estruturais que alimentam a dinâmica da violência e exploração das comunidades onde atua, pelo contrário, o fundamento das suas práticas reforça um sistema neoliberal de capitalismo e instituições que tentam impor um modelo de sociedade pró-mercado. É esse modelo que foi exportado ao Haiti pelos diversos atores que participaram da missão. A MINUSTAH e o jeito brasileiro de construir a paz, nesse sentido, não foi muito diferente das intervenções e ocupações anteriores no Haiti.

REFERÊNCIAS

A MULTA astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência. **BBC**. 06 de janeiro de 2019. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129?ocid=socialflow_facebook
Acesso em: 07 jan. 2019.

ABDENUR, Adriana Erthal; KUELE, Giovanna; FOLLY, Maiara; MACEDO, Gustavo. O Brasil e a MINUSTAH: Lições a Partir da Literatura Acadêmica. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. **A participação do Brasil na MINUSTAH 2004-2017: Percepções, Lições e Práticas Relevantes para Futuras Missões**. 2017, p. 101-111. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AE-MINUSTAH-2017.pdf> Acesso em: 03 mar. 2018.

ABDENUR, Adriana Erthal; CALL, Charles T. A “Brazilian way”? Brazil’s approach to peacebuilding. Order from Chaos. **Foreign Policy in a Troubled World. Geoeconomics and Global Issues**. 2017. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/03/lai_20170228_brazilian_way_peacebuilding1.pdf Acesso em: 02 jan. 2019.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A Participação do Brasil em Operações de Paz: passado, presente, futuro. **Brasiliiana**. 2015, v. 3, p. 113-141.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em:
<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ARAÚJO, Vera. Militares brasileiros enfrentam no Haiti situações semelhantes às vividas nos complexos de favelas cariocas. **Extra**. 14 de março de 2011. Disponível em:
<https://extra.globo.com/noticias/rio/militares-brasileiros-enfrentam-no-haiti-situacoes-semelhantes-as-vividas-nos-complexos-de-favelas-cariocas-1276957.html> Acesso em: 10 jan. 2019.

BACHEGA, Hugo. Dez anos no Haiti: a missão militar ajudou a projetar o Brasil no mundo?. **BBC**. 30 de maio de 2014. Disponível em:
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140526_brasil_haiti_analise_hb Acesso em: 20 abr. 2019.

BAUR, John E. International Repercussions of the Haitian Revolution. **The Americas**. 1970, vol. 26, nº 4. p. 394-418. Disponível em:
<https://www.cambridge.org/core/journals/americas/article/international-repercussions-of-the-haitian-revolution/B10B7DF2103E658E02C8C10DCA00313C>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool - Strategies for Social Inquiry**. Cambridge. 2014. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/books/process-tracing/5BBC24CBF2E89114817741D0476C07A9>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BERG, Louis-Alexandre. Crime, Politics and Violence in Post-Earthquake Haiti. **United States Institute of Peace**. 2010. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/PB%2058%20-%20Crime%20Politics%20and%20Violence%20in%20Post-Earthquake%20Haiti.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.

BERGIER, Carolina. O Viva Rio inova há 20 anos, quando juntou intelectuais e lideranças comunitárias contra a violência no Rio. **Projeto Draft**. 18 de maio de 2015. Disponível em: <http://projetodraft.com/o-viva-rio-inova-ha-20-anos-quando-juntou-intelectuais-e-liderancas-comunitarias-contr-a-violencia-no-rio/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BORBA de SA, Miguel; SAID, Magnólia; WANSETTO, Rosilene. Militarização tipo exportação: o perigo da indústria humanitária brasileira. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 04 de maio de 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/militarizacao-tipo-exportacao-o-perigo-da-industria-humanitaria-brasileira/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

BOTTARI, Elenilce; WERNECK, Antônio. Das dez OSs que operam no município, oito estão sob investigação. **O Globo**. 18 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/das-dez-oss-que-operam-no-municipio-oito-estao-sob-investigacao-18494571> Acesso em: 22 abr. 2016.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto Internacional**. 2011. vol. 33, n. 2. p. 315-331. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. O Brasil na MINUSTAH (Haiti). 2017. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-naminustahhaiti> Acesso em: 12 jul. 2017.

BRAUM, Pedro. **Rat pa kaka: Política, Desenvolvimento e Violência no Coração de Porto Príncipe**. Orientador: Federico Guillermo Neiburg. 2014. 462 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRJ, Museu Nacional - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

CAÇADOR, Caroline Carvalho. **A Trajetória Social do Viva Rio e suas mais Variadas Transmutações**. Orientador: Fernando Guilherme Tenório. 2016. (Mestrado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

CHANDLER, David. **Constructing Global Civil: Society Morality and Power in International Relations**. Basingstok. Palgrave Macmillan. 2004.

CHANDLER, David. The Responsibility to Protect? Imposing the 'Liberal Peace'. **International Peacekeeping**. 2004. vol. 11, n.º1. p 59-81. Disponível em: <http://www.iilj.org/wp-content/uploads/2016/08/Chandler-The-Responsibility-to-Protect.-Imposing-a-%E2%80%98Liberal-Peace%E2%80%99-2004.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CHARLEAUX, João Paulo. Qual o peso da missão do Haiti no gabinete de Bolsonaro. **Nexo Jornal**. 30 novembro 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/30/Qual-o-peso-da-miss%C3%A3o-do-Haiti-no-gabinete-de-Bolsonaro> Acesso em: 03 jan. 2019.

CHARLEAUX, João Paulo. O que é ‘regra de engajamento’. E como ela difere no Rio e no Haiti. **Nexo Jornal**. 19 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/19/O-que-%C3%A9-%E2%80%98regra-de-engajamento%E2%80%99.-E-como-ela-difere-no-Rio-e-no-Haiti> Acesso em: 26 jan. 2018.

CHESTERMAN, Simon. How “Public” is Public International Law? Towards a Typology of NGOs and Civil Society Actors. **NUS Law Working Paper Series**. 2018. Disponível em: <http://law.nus.edu.sg/wps>. Acesso em: 15 set. 2018.

COBERTURA completa: terremoto no Haiti. **G1**. 14 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1446514-5602,00-COBERTURA+COMPLETA+TERREMOTO+NO+HAITI.html> Acesso em: 23 abr. 2019.

COELHO, Luciana. Visita do rei da Noruega ao Brasil inclui passeio em favela. **Folha de São Paulo**. 31 de agosto de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u62436.shtml> Acesso em: 19 fev. 2019.

DEIBERT, Michael. Could the gangs of Port-au-Prince form a pact to revitalise Haiti's capital?. **The Guardian**. 14 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2015/jul/14/gangs-port-au-prince-haiti-capital-armed-groups-communities> Acesso em: 27 fev. 2019.

DESDE 2004 no Haiti, Viva Rio realiza várias ações de cidadania no país. **Ação – Rede Globo**. 20 de outubro de 2012. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2012/10/desde-2004-no-haiti-viva-rio-realiza-varias-acoes-de-cidadania-no-pais.html> Acesso em: 07 mar. 2019.

DUFFIELD, Mark. NGO relief in war zones: towards an analysis of the new aid paradigm. **Third World Quarterly**. 1997. vol 18, nº 3, p 527-542.

DUFFIELD, Mark. NGOs, Permanent Emergency and Decolonization. **Development, Security and Unending War - Governing the World of Peoples**. Cambridge. Polity Press. 2007.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars - The Merging of Development and Security**. Londres. Zed Books Ltd. 2001.

DUFFIELD, Mark. Globalization and War Economies: Promoting Order or the Return of History?. **Fletcher Forum of World Affairs**. 1999. vol 23, p. 21-36. Disponível em: <https://dl.tufts.edu/concern/pdfs/bv73cb536>. Acesso em: 28 mar. 2019.

DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; ARGOLO COSTA, Pedro. A Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a Modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre Racismo e Sistema Penal. **Universitas Jus**. 2016. vol. 27, p. 01-31.

Disponível em: <file:///D:/Users/Alunos05/Downloads/4196-19457-2-PB.pdf> Acesso em: 27 mar. 2019.

EDMONDS, Kevin. Beyond Good Intentions: The Structural Limitations of NGOs in Haiti. **Critical Sociology**. 2012. n° 3, vol, 3, p. 439–452. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0896920512437053> Acesso em: 28 mar. 2019.

ERICKSON, Amy. Exploiting inequalities: conflict and power relations in Bel Air. **Norwegian Church Aid**. 2014. Disponível em: https://www.kirkensnodhjelp.no/contentassets/ee77fa84ec654fb2a01ac3ea8f72bd98/belair_conflictpowerrelations_nca_final_2014.pdf Acesso em: 25 abr. 2019.

FERNANDES, Rubem César. Viva Rio no Haiti: Lições Aprendidas, Pelo Sim, Pelo Não e Pelo Talvez. In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org). **Brasil e Haiti: Reflexões Sobre os 10 Anos da Missão de Paz e o Futuro da Cooperação após 2016**. 2015. Instituto Igarapé. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-estrategico-13-Minustah-issn.pdf>. Acesso em 29 mar. 2019.

FERNANDES, Rubem César. Respeito e Honra ao Haiti. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. **A participação do Brasil na MINUSTAH 2004-2017: Percepções, Lições e Práticas Relevantes para Futuras Missões**. 2017. p. 112-117. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AE-MINUSTAH-2017.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

FILHO, William Helal. Rotina de sequestros no Rio marcou anos 90 e mudou hábitos dos mais ricos. 29 de maio de 2018. **O Globo**. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rotina-de-sequestros-no-rio-marcou-anos-90-mudou-habitos-dos-mais-ricos-22730742> Acesso em: 22 abr. 2019.

GALLEGO-DIAZ, Soledad. La confesión de Clinton. **El País**. 11 de abril de 2010. Disponível em: https://elpais.com/diario/2010/04/11/domingo/1270956636_850215.html Acesso em: 18 abr 2019.

GARONE, Elizabeth. Trabalho voluntário: quando e como incluir no seu currículo. **BBC**. 09 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141203_vert_cap_voluntario_dg Acesso em: 04 abr. 2019.

GOMBATA, Masilia. Haiti serviu como laboratório para a política de UPPs. **América Latina em Movimento**. 06 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/node/102292> Acesso em: 18 abr. 2019.

GOMIDE, Raphael. A estratégia de ocupação do Complexo da Maré. **Revista Época**. 16 de abril de 2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/04/estrategia-de-ocupacao-do-bcomplexo-da-mareb.html> Acesso em: 10 jan. 2019.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: O Novo Urbanismo Militar**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo. Boitempo. 2016.

GRILLO, Marco. PPS desiste da candidatura de Rubem César e deve apoiar Eduardo Paes. **O Globo**. 31 de julho de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pps-desiste-da-candidatura-de-rubem-cesar-deve-apoiar-eduardo-paes-22935391> Acesso em: 22 abr. 2019.

GUIMARÃES, Paulo Roberto Ribeiro. Brasil - Noruega: Construção de Parcerias em Áreas de Importância Estratégica. Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão**. 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/867-Brasil_-_Noruega_construcao_de_parcerias_em_areas_de_importancia_estrategica_Brasil.pdf Acesso em: 29 mar. 2019.

HAITI: diretor da ONG Viva Rio leva especialistas em emergências. **Terra**. 17 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/haiti-diretor-da-ong-viva-rio-leva-especialistas-em-emergencias,0e496355ccaea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html> Acesso em: 19 fev. 2019.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. Edições Loyola, São Paulo, 2014.

HIRST, Monica. Aspectos Conceituais e Práticos da Atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: Os Casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. **IPEA**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1065> Acesso em: 01 dez. 2018.

HIRST, Monica. Latin American armed humanitarianism in Haiti and beyond. Dossier: Desafíos a la Seguridad y la Defensa en el siglo XXI. **Relaciones Internacionales**. 2018. n° 55, p. 213-226. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/5574-Texto%20del%20art%C3%ADculo-17395-1-10-20181218.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HIRST, Monica. Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no contexto da securitização global. **Estudios Internacionales**. 2017. p. 143-178. Instituto de Estudios Internacionales - Universidad de Chile. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rei/v49nspe/0719-3769-rei-49-00143.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HIRST, Monica; NASSER, Reginaldo Mattar. Brazil's Involvement in Peacekeeping Operations: the new defence-security-foreign policy nexus. **Norwegian Peacebuilding Resource Centre**. 2014. Disponível em: <http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Hirst-e-Nasser.pdf> Acesso em: 10 ago. 2017.

HISAMOTO, Bruno Heilton Toledo. **A prática humanitária em situações de conflito no pós-Guerra Fria: os dilemas da politização e os desafios da neutralidade**. Orientador: Peter Robert Demant. 2012. (Mestrado em Relações Internacionais). 215 f. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

INVESTIDORES estrangeiros reúnem-se no Haiti para explorar novas oportunidades de negócios. **BID**. 01 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/investidores-estrangeiros-reunem-se-no-haiti-para-explorar-novas-oportunidades-de-negocios> Acesso em: 23 abr. 2019.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingo**. São Paulo. Boi Tempo. 2010.

KAWAGUTI, Luis; BIANCHI, Paula. Ex-comandante no Haiti sugere levar juízes em operações no Rio. **UOL Notícias**. 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/21/ex-comandante-no-haiti-sugere-levar-juizes-em-operacoes-de-seguranca-no-rio.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 18 abr. 2019.

KAWAGUTI, Luis; ZANINI, Fabio. Ideais e salário atraem brasileiros a missão. **Folha de São Paulo**. 15 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1501201016.htm> Acesso em: 03 jan. 2019.

KENKEL, Kai Michael. Operações de Paz e Controle Civil. In: Reginaldo Mattar Nasser. (Org.). **Novas perspectivas sobre os conflitos internacionais**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 89-98.

KENKEL, Kai Michael. Brazil. In: Alex J. Bellamy e Paul D. Willians (Org). Providing Peacekeepers. **the Politics, Challenges, and Future of United Nations Peacekeeping Contributions**. 2013, p. 335-354.

KENKEL, Kai Michael. Interesse e Identidade na Participação do Brasil em Operações de Paz. **Revista Tempo do Mundo**. v. 3, n. 2. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/120822_rtmv3_portugues02_cap3.pdf . Acesso em: 20 fev. 2019.

KOLBE, Athena R; MUGGAH, Robert. Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Household Surveys. **Strategic Note**. 2012. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Haitis-Urban-Crime-Wave.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

LIMA, José Roberto Pinho de Andrade. Entrevista concedida ao autor em 05 de setembro de 2018.

LIPPMAN, Thomas W. Gop Maneuvers Delay Money for Haiti Elections. **The Washington Post**. 8 de outubro de 1995. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1995/10/08/gop-maneuvers-delay-money-for-haiti-elections/b1187be3-8909-4708-b76f-9bc47e72426c/?noredirect=on&utm_term=.607f68426a70 Acesso em 30 dez. 2018

MACEDO, Aline. Em 2005, 63% dos brasileiros votam em referendo a favor do comércio de armas. **O Globo**. 15 de outubro de 2015. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-2005-63-dos-brasileiros-votam-em-referendo-favor-do-comercio-de-armas-17786376> Acesso em: 22 abr. 2019.

MCDONALD, Matt. Human Security and the Construction of Security. **Global Society**. vol. 16, nº 3. 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09537320220148076>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MARKEY, Patrick; ZENGERLE, Patricia. ONU reage contra caos em distribuição de alimentos no Haiti. **O Globo**. 26 de janeiro de 2010. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/onu-reage-contra-caos-em-distribuicao-de-alimentos-no-haiti-3063506> Acesso em: 19 de fev. 2019.

MARCONDES NETO, Danilo. O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012, vol. 1, p. 243-267.

MAC GINTY, Roger. Routine Peace: Technocracy and Peacebuilding. **Cooperation and Conflict**. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010836712444825>. Acesso em: 27 mar. 2019.

MISSÃO no Haiti torna Brasil referência em treinamento de forças de paz. **Deutsche Welle**. 23 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/miss%C3%A3o-no-haiti-torna-brasil-refer%C3%A2ncia-em-treinamento-de-for%C3%A7as-de-paz/a-18141833>. Acesso em: 09 nov. 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa brasileira e as operações de paz. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, vol. 98, pp. 361-394, 2008.

MIRANDA, André Luis Novaes. A pacificação de Bel Air. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. **A participação do Brasil na MINUSTAH 2004-2017: Percepções, Lições e Práticas Relevantes para Futuras Missões**. 2017, p. 51-57. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AE-MINUSTAH-2017.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MOESTUE, Helen.; MUGGAH, Robert. Integração social, ergo, estabilização: avaliando o programa de segurança e desenvolvimento do Viva Rio em Porto Príncipe. **Viva Rio**. 2009. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/E-Co-Publications/SAS-VIVA%20RIO-2009-Port-au-Prince.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MONTAÑO, Carlos. O lugar histórico e o papel político das ONGs. In: MONTAÑO, Carlos. (Org.). **O Canto da Sereia. Crítica à Ideologia e aos Projetos do "Terceiro Setor"**. São Paulo: Cortez Editora, 2014, v. 1, p. 53-95.

MÜLLER, Markus-Michael. Entangled Pacifications: Peacekeeping, Counterinsurgency and Policing in Port-au-Prince and Rio de Janeiro. **The Global Making of Policing Postcolonial Perspectives**. 2016.

MÜLLER, Markus-Michael. Policing as Pacification: Postcolonial Legacies, Transnational Connections, and the Militarization of Urban Security in Democratic Brazil. In: BONNER, Michelle D.; SERI, Guillermina; KUBAL, Mary Rose; KEMPA, Michael (Org). **Police Abuse in Contemporary Democracies**. Palgrave Macmillan. Cham. 2018.

NAPOLEÃO, Thomaz; KALIL, Mariana. Stabilization as the securitization of peacebuilding? The experience of Brazil and MINUSTAH in Haiti. **Brasiliana, Journal for Brazilian Studies**. vol. 3, n.2. mar, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/19998-Article%20Text-46950-1-10-20150406%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/19998-Article%20Text-46950-1-10-20150406%20(1).pdf). Acesso em: 20 fev. 2019.

NEOCLEOUS, Mark. **The Fabrication of Social Order: A Critical Theory of Police Power**. Londres: Pluto Press. 2000.

NEOCLEOUS, Mark. **Critique of Security**. Edimburgo: Edinburgh University Press. 2008.

NEOCLEOUS, Mark. Security as Pacification. In: NEOCLEOUS, Mark; RIGAKOS, George S. (org). **Anti- Security**. Ottawa. Red Quill Books, 2011 p. 23-56.

NEOCLEOUS, Mark. A Brighter and Nicer New Life: Security as Pacification. **Social & Legal Studies**, p. 191-208. 2011. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0964663910395816> Acesso em: 09 mai. 2019.

NEOCLEOUS, Mark. The Dream of Pacification: Accumulation, Class War, and the Hunt.

Socialist Studies/Études socialistes. p. 07-31. 2013. Disponível em:

<https://socialiststudies.com/index.php/sss/issue/view/1641> Acesso em: 09 mai. 2019.

NEOCLEOUS, Mark. La lógica de la pacificación: Guerra-Polícia - Acumulación. **Athenea**

Digital. p. 09-22. 2016. Disponível em: [https://atheneadigital.net/article/view/v16-n1-](https://atheneadigital.net/article/view/v16-n1-neocleous/1738-pdf-es)

[neocleous/1738-pdf-es](https://atheneadigital.net/article/view/v16-n1-neocleous/1738-pdf-es) Acesso em: 09 mai. 2019.

NEWMAN, Edward. Critical human security studies. **Review of International Studies**. n°

36, p. 77-94. 2010. Disponível em: [https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-](https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/S0260210509990519)

[core/content/view/S0260210509990519](https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/S0260210509990519). Acesso em: 29 mar. 2019.

NO RIO, último comandante da MINUSTAH fala sobre experiência brasileira no Haiti.

ONU. 22 de novembro de 2017. Disponível em: [https://nacoesunidas.org/no-rio-ultimo-](https://nacoesunidas.org/no-rio-ultimo-comandante-minustah-fala-sobre-experiencia-brasileira-no-haiti/)

[comandante-minustah-fala-sobre-experiencia-brasileira-no-haiti/](https://nacoesunidas.org/no-rio-ultimo-comandante-minustah-fala-sobre-experiencia-brasileira-no-haiti/) Acesso em: 18 abr.

2019.

NOTA pública: 20 anos da chacina da Candelária – Não vamos esquecer!. **Anistia**

Internacional. 18 de julho de 2013. Disponível em: [https://anistia.org.br/noticias/nota-](https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-20-anos-da-chacina-da-candelaria-nao-vamos-esquecer/)

[publica-20-anos-da-chacina-da-candelaria-nao-vamos-esquecer/](https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-20-anos-da-chacina-da-candelaria-nao-vamos-esquecer/) Acesso em: 22 abr. 2019.

NOVOS Horizontes no Haiti. **Viva Rio**. 04 de dezembro de 2017. Disponível em:

<http://www.vivario.org.br/novos-horizontes-no-haiti/> Acesso em: 19 fev. 2019.

OLIVEIRA, Renata de Almeida. Articulação Comunitária e Mediação de Conflitos: A

experiência do Viva Rio como Estudo de Caso. **Relatórios Viva Rio**. 2015. p. 50-59.

Disponível em: [http://www.vivario.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/07/Cadernos-](http://www.vivario.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/07/Cadernos-Viva-Rio-1-2015.pdf)

[Viva-Rio-1-2015.pdf](http://www.vivario.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/07/Cadernos-Viva-Rio-1-2015.pdf) Acesso em: 25 abr. 2019.

OZCAN, Gulden; RIGAKOS, George S. Pacification. **The Wiley-Blackwell Encyclopedia**

of Globalization. 2014. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/9780470670590.wbeog621>. Acesso em: 31

mar. 2019.

PARIS, Roland. International Peacebuilding and the 'Mission Civilisatrice'. **Review of**

International Studies, vol. 28, n° 4, p. 637-656. 2002. Disponível em:

http://aix1.uottawa.ca/~rparis/RIS_Oct_2002.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

PARIS, Roland. Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism. **International**

Security, vol. 22, n°. 2. p. 54-89. 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539367>.

Acesso em: 15 mar. 2019.

PUGH, Michael. The Political Economy of Peacebuilding: a Critical Perspective. **Journal of**

Peace Studies, vol. 10, n° 2, p. 23-42. 2005. Disponível em:

http://www.gmu.edu/programs/icar/ijps/vol10_2/wPugh10n2IJPS.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

PUGH, Michael. Peacekeeping and Critical Theory. **International Peacekeeping**. p. 39-58. 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1353331042000228445>. Acesso em: 20 mar. 2019.

RAMACHANDRAN, Vijaya; WALZ, Julie. Haiti: Where has all the Money Gone?. **Washington, D.C. Center for Global Development**. 2012. Disponível em: https://www.cgdev.org/sites/default/files/1426185_file_Ramachandran_Walz_haiti_FINAL_0.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

RICHMOND, Oliver. Para Além da Paz Liberal? Respostas ao “Retrocesso”. **Contexto Internacional**. Vol, 32, nº 2, 2009. Artigo traduzido por Victor Coutinho. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a02.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

RICHMOND, Oliver. Introduction: Ngos, Peace and Human Security. **International Peacekeeping**. vol. 10. 2003. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714002400>. Acesso em: 27 mar. 2019.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico, Militarização e Pacificações: novas securitizações no Brasil. In; DOS PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes; FUCCILLE, Alexandre (org) **Visões do Sul. Crise e transformações do sistema internacional**. Marília: Cultura acadêmica, 2016.

SANTOS, Sebastião. **Entrevista concedida ao autor em 20 de fevereiro de 2019.**

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira. **A Sociedade Civil Brasileira e a Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: Estudo de Caso do Viva Rio no Haiti**. Orientador: Cristina Yumie Aoki. (Mestrado em Relações Internacionais). 2013. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

SCHUBERTH, Moritz. Growing the Grassroots or Backing Bandits? Dilemmas of Donor Support for Haiti’s (UN)Civil Society. **Journal of Peacebuilding and Development**. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15423166.2016.1146565>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SCHULLER, Mark. Disarmament, Demobilization and Reintegration in Unconventional Settings: The Case of MINUSTAH’s Community Violence Reduction. **International Peacekeeping**. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13533312.2016.1277145>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SCHULLER, Mark. To Engage or not to Engage Haiti’s Urban Armed Groups? Safe Access in Disaster-Stricken and Conflict-Affected Cities. **International Institute for Environment and Development**. 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0956247817716398>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SCHULLER, Mark. Haiti’s 200-Year Ménage-à-Trois: Globalization, the State, and Civil Society. **Caribbean Studies**, vol. 35, núm. 1, pp. 141-179. 2007. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/25613094?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 27 mar. 2019.

SCHULLER, Mark. Gluing Globalization: NGOs as Intermediaries in Haiti. **Political and Legal Anthropology Review**, vol. 32. 2009. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24497527?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 27 mar. 2019.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “internacional comunitária” e a recolonização do Haiti**. Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes. 2014. 399 f. (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2014.

SEITENFUS, Ricardo. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz. In: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. (Org.). **O Brasil e a ONU**. Brasília. 2008, p. 39-58. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/477-brasil_e_a_onu.pdf. Acesso em 28 mar. 2019.

SHATTUCK, John. For a Humane Haitian Refugee Policy. **The New York Times**. 21 de dezembro de 1993. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/12/21/opinion/l-for-a-humane-haitian-refugee-policy-627493.html> Acesso em: 28 dez. 2018.

SILVA, Vanessa Martina. Estupros, cólera e 30 mil mortos: conheça o legado da Minustah no Haiti. **Brasil de Fato**. 01 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti/> Acesso em: 10 mar. 2019

SIMAN GOMES, Maíra. **A “pacificação” como prática de “política externa” de (re) produção do self estatal: reescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)**. Orientadora: Monica Herz. 2014. 271 f. (Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOGGE, David. The War of Ideas Continues. **The Broker connecting worlds of knowledge**. 2013. Disponível em: <http://www.thebrokeronline.eu/Articles/The-War-of-Ideas-Continues>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SOGGE, David. Doadores se Ajudando. **Revista Tempo do Mundo**. vol, 3. p. 09-48. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7379> Acesso em: 28 mar. 2019.

STOCHERO, Tahiane. Experiência no Haiti dá know-how militar ao Brasil. **Estadão**. 17 de agosto de 2007. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,experiencia-no-haiti-da-know-how-militar-ao-brasil,36534> Acesso em: 03 jan. 2019.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Haiti's Nightmare and the Lessons of History. **NACLA Report on the Americas**. p. 46-51. 1994

VALLER FILHO, Wladimir. O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. **Brasília: FUNAG**. 2007. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/11-aprovadas-cae/3300-o-brasil-e-a-crise-haitiana-a-cooperacao-tecnica-como-instrumento-de-solidariedade-e-de-acao-diplomatica> Acesso em: 28 mar. 2019.

VIOLÊNCIA urbana às vezes mata mais do que guerra, diz fundador do Viva Rio. **Deutsche Welle**. 2014. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/viol%C3%Aancia-urbana-%C3%A0s-vezes-mata-mais-do-que-guerra-diz-fundador-do-viva-rio/a-17807702> Acesso em: 12 jul. 2017.

ANEXO A – ENTREVISTA COM JOSÉ ROBERTO PINHO DE ANDRADE LIMA – TEN CEL – VETERINÁRIO DO EXÉRCITO

Você poderia comentar como surgiu a oportunidade de ir para o Haiti? Como era o seu trabalho, suas atividades?

“Eu sou veterinário do Exército Brasileiro e em 2004, quando começou a MINUSTAH, eu estava na Escola de Administração do Exército (EsAEx) em Salvador como instrutor na área de veterinária. Eu tinha retornado para Salvador, não fazia muito tempo, pois trabalhei até 2002 no Rio de Janeiro. Em 2000, eu concluí o mestrado pelo Exército no Canadá, onde tinha me habilitado nos idiomas francês e inglês. Quando surgiu a missão, e eu sabendo que era no Haiti, num ambiente francófono, isso me despertou o interesse de participar, não só como intérprete, mas principalmente como veterinário, pois seria uma coisa inovadora. A minha formação é de médico veterinário e sou concursado como médico veterinário do Exército. Eu estava na escola formando os novos veterinários do Exército. Eu era instrutor da parte específica, mostrando como o veterinário deve trabalhar no Exército, as principais demandas, as principais legislações, entre outras atividades.

Nesse contexto, começamos a pensar no apoio ao Haiti. Chegamos a produzir alguns documentos e traduzir outros documentos, particularmente nos aspectos do veterinário, essa parte de saúde pública, controle de vetores, controle de água e alimentos, o veterinário trabalha muito com essa parte sanitária nas forças armadas. Aí quando em 2008, junto com os alunos, nós elaboramos um trabalho que era uma proposta de intervenção no Haiti voltada para a parte de vigilância sanitária e com esse trabalho surgiu a oportunidade de ir para lá. Eu fui sondado e convidado, e como não havia uma vaga específica de veterinário no contingente, não havia uma vaga de um oficial sanitarista digamos assim, mas havia a vaga do oficial intérprete em francês e esse oficial não precisava ser necessariamente professor de língua francesa, porque o Exército tem pouquíssimos oficiais habilitados em francês. Como eu estava habilitado no cadastro de militares para a vaga de intérprete, aí eu fui sondado para a vaga de intérprete. Fiz todo o processo de seleção e, no início de 2009, eu fui para o CCOPAB (Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil) para ir na condição de chefe da seção de intérpretes no Haiti Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz - 11º contingente (BRABAT 11).

Fiz o treinamento junto com eles para ir para lá e então partimos em junho de 2009 ficando até Julho de 2010. Neste período exerci duas funções, a de chefe de intérpretes e de veterinário sanitarista do contingente. Oficial de gestão ambiental.”

Nesse período de treinamento você já teve contato com o pessoal da ONG Viva Rio?

“Na verdade, eu tenho um pouco de dificuldade de me lembrar ao certo. Eu lembro que no treinamento de uma semana no CCOPAB com o Estado-Maior do Batalhão nós tínhamos contato com a primeira contextualização da situação do Haiti, como era a situação política, como era a situação da operação lá... Eu lembro que tinham algumas palestras. Me lembro de uma Professora Doutora e ela era ligada ao Instituto Igarapé, ela não era do Viva Rio especificamente, mas tinha uma ligação com essa parte das ONGs e do pessoal que fazia os trabalhos de apoio aos brasileiros. Não me recordo de ter contato direto, mas eu já sabia que existiam outros parceiros brasileiros atuando no Haiti.”

Nesse trabalho, relacionado com questões sanitárias, você teve contato com o pessoal do Viva Rio?

“Não exatamente. Porque quando eu saí daqui do Brasil, esse trabalho de parte do apoio sanitário na operação era ainda algo inovador. Eu comecei a desenvolver no treinamento, e ao chegar no Haiti eu pedi autorização para o meu comandante e ele me deu carta branca para começar a trabalhar com o controle de vetores na base, controle de mosquito da malária, começamos a coletar amostra de água que o pessoal da tropa consumia para ver a potabilidade da água, começamos a trabalhar com a segurança dos alimentos que o pessoal consumia, entre outros. Esse era um trabalho experimental, era uma espécie de embrião, vale ressaltar que depois da minha participação lá começaram a ir veterinários em todos os contingentes até o final da missão em 2017, pois perceberam a necessidade e a importância desse apoio sanitário.

Na minha estada lá, os meus primeiros contatos com a Viva Rio foram na função de intérprete. Havia algumas reuniões de segurança, o BRABAT apoiava várias áreas de responsabilidade e uma das áreas de responsabilidade do batalhão era a região de Bel Air, e como no bairro de Bel Air também era a sede da Viva Rio, então, a Viva Rio era um dos atores daquela área que participavam das reuniões de segurança, que participavam de projetos, como, por exemplo, quando o Batalhão ia implantar uma caixa d'água, perfurar um poço, fazer a limpeza de rua em alguma área que tinham essa demanda. O BRABAT fazia

muitos trabalhos e um desses trabalhos era chamado de Projeto de Impacto Rápido (QIP), no sentido de fazer uma melhoria localizada, mas que ao mesmo tempo ajudasse na segurança, por exemplo, limpeza de uma grande avenida: Uma avenida estava cheia de lixo e terra, com o apoio do contingente da ONU a gente contratava mão de obra local, aí esse pessoal fazia a limpeza daquela área, carregava entulhos, recebia os materiais (enxadas, carrinho de mão etc.) aí no final do dia eles recebiam um recurso pelo serviço, ou uma ajuda em alimento. Havia um estímulo para poder gerar um pouco de renda para população local, aí nessas situações o Batalhão utilizava a rede de contatos da Viva Rio, pois ela já lidava com as lideranças da comunidade. A Viva Rio era uma parceira do Batalhão neste sentido, quando você tinha que fazer um projeto cívico social naquela área.”

Tinha uma reunião prévia para definir isso?

“Todas as ações lá, seja de segurança ou seja desse contato civil militar era sempre precedida de um planejamento bastante rigoroso. Não havia nada assim: “Ah vamos fazer isso aqui amanhã!” Não é assim que funciona! Nas operações militares e nas operações da ONU, quando surge uma necessidade, uma demanda que vem da própria comunidade, chega através das lideranças que levam essas demandas até o representante de segurança daquela área. Como nós tínhamos alguns bairros da capital como responsabilidade, Cité Solei, Bel Air, e outros, então naquela área tinha uma Companhia de Fuzileiros, ou seja, 120 militares fixos que ficavam ali sempre fazendo a patrulha, mantendo contato com a população, eram os responsáveis por fazer a segurança e manter a estabilidade daquela área e o capitão, que normalmente era o chefe deste grupo de 120 homens, era o responsável por receber essas demandas e trazê-las para o Estado-Maior Batalhão. O pessoal do Estado-Maior fazia o planejamento, via se era o caso de envolver outros atores, via se precisava de engenharia, de gente da ONU, aí planejavam a operação. Planejavam uma data, planejavam um momento para desenvolver aquela atividade.

Existem os projetos de impacto rápido, os QIPs, que são projetos mais volumosos, em torno de dez a vinte mil dólares e também existiam essas outras ações muito mais pontuais. Por exemplo; “Nós precisamos fazer uma limpeza na avenida que está muito ruim da viatura passar. Como você pode fazer isso? Em parceria com a comunidade”. Havia a contratação de pessoas. Você indicava que ia contratar cinquenta pessoas na comunidade para trabalhar por dois dias, aí o nosso pessoal (Exército) dava o material e orientava a operação. No final você pagava as pessoas contratadas com o que foi acordado e pronto, aí acabava esta ação e daqui a pouco você planejava outra ação.

Geralmente essas demandas chegavam até a Companhia, que era esse setor de segurança local, e demandas não só de apoio humanitário, mas também demandas de segurança. Como por exemplo; “Ah tá aparecendo gente aqui que está nos ameaçando!” Essa aproximação com a comunidade ajudava muito na parte de segurança, pois aí chegava alguma informação sobre algum bandido, sobre alguma situação de crime que era compartilhada não só com o nosso Batalhão, mas também com a Polícia Nacional Haitiana (PNH), com a polícia da ONU para poder melhorar a situação.

Qual era o nosso objetivo final? Manter o ambiente seguro e estável, esse era o objetivo. Tudo que pudesse ajudar a manter um ambiente seguro e estável entrava nos trabalhos do Batalhão, sujeira; bandidos; doenças etc. Tudo isso era contra a segurança e estabilidade. Tinha muito desse trabalho de patrulha, a pé ou de viatura, que é a parte de segurança mais visível, mas tinha muito desse trabalho social também, que aqui no Brasil é chamado de ações cívico sociais. Lá era chamado de ação civil-militar (CIMIC). Tem um setor do Estado-Maior do Batalhão, que assessora o Comandante para pensar e planejar essas ações.

Nessa área de Bel Air dificilmente poderia ser feito alguma coisa sem a parceria da Viva Rio. Ela já estava lá há alguns anos, ela já conhecia muita gente, ela exercia um protagonismo nos trazendo essas demandas. Algumas coisas ela mesmo já fazia. Por exemplo, fazia capacitações de trabalho, oficina de capoeira, ela tinha as iniciativas dela, mas algumas coisas ela não tinha capacidade, aí ela pedia apoio e ajuda do BRABAT. Por exemplo; eu participei de um treinamento para capacitar líderes para atuar em situações de desastres naturais, com socorrismo, gestão de crise, etc. O Haiti é uma área muito sensível a desastres naturais. No segundo semestre de 2009 havia uma previsão do centro meteorológico de Miami de quatorze furacões naquele semestre. Nenhum se confirmou como furacão, mas havia sempre uma preparação para treinar e preparar equipes. Esse treinamento acontecia semestralmente em parceria da Viva Rio com o Batalhão na comunidade de Bel Air. A Viva Rio cedia o espaço, comprava camisetas para o pessoal, escolhia o pessoal e nós do Batalhão cedemos os instrutores. Ia um sargento lá e dava instruções sobre nós e amarrações, outro de primeiros socorros etc.

Eu participei duas vezes desse treinamento. O meu foco, a minha instrução era voltada para a parte de segurança de alimentos, por exemplo, se tivesse uma enchente; um furacão que inundou todo o depósito de comida, então teria que ter uma preocupação com contaminação, cuidado com a água; com a comida; alimentos que deveriam ter prioridade etc.”

A palavra laboratório aparece bastante quando se fala nas ações desenvolvidas no Haiti. Você teve contato com a ideia de laboratório lá?

“Na parte da doutrina militar a gente (Exército) já tinha essa consciência. A minha própria atuação como veterinário, numa tropa em Missão de Paz era um laboratório. No Exército, as ações, a atividade do veterinário fazia parte de uma rotina de quartel, ainda não havíamos tido a oportunidade de atuar com uma rotina de uma tropa em Missão de Paz. Esse laboratório doutrinário militar sempre foi claro para o Exército, agora essa parte de ações civis sociais eu diria que não era assim no começo, mas ficou mais claro depois do terremoto. Depois do terremoto tudo foi novidade para gente, tudo foi inédito, pois não havia treinamento para aquele tipo de situação. Intensificamos a parte humanitária, distribuindo alimentos, distribuindo medicamentos, ajudando a remover escombros, nas primeiras 24 horas a nossa base virou um hospital de campanha. Foi uma experiência totalmente nova, não estávamos preparados para aquilo, mas foi um laboratório muito interessante, pois desenvolvemos muita expertise durante a Missão nessa parte civil militar e na assistência humanitária.

Atuamos por 4 meses com a tropa americana. Havia onze mil militares americanos fazendo um exercício no Haiti e acabaram ficando depois no pós terremoto. Eles ficaram impressionados com a eficiência da nossa tropa na parte de distribuição de alimentos, por exemplo. Chegamos a fazer um seminário com eles para trocar experiências. No início iam distribuir comida num dado bairro e logo em seguida tinham brigas, saques, violência, virava uma tragédia, com a experiência brasileira não funcionava dessa forma. O Exército Brasileiro percebeu que havia uma relação entre segurança e ajuda humanitária, se você vai distribuir comida, primeiro, no dia anterior você distribui as senhas para as mulheres, no dia do evento você coloca a tropa em toda aquela região do bairro fazendo o patrulhamento e isolando a área em cerca de dois km, haviam carros de som avisando, panfletos, havia todo um trabalho para organizar a fila e garantir que a comida chegasse na casa de quem precisava mesmo. O diagnóstico era de que a forma como o Brasil planejava as ações humanitárias era um sucesso.”

Durante a sua estadia no Haiti você chegou a conhecer o Programa Tambor da Paz da Viva Rio?

“Não me recordo especificamente desse projeto, mas eu me lembro, de todos os contatos que eu tive que a Viva Rio tinha um protagonismo muito grande nas ações sociais. Me lembro das aulas de música, das aulas de capoeira, e outras neste sentido. Na parte de

segurança, me lembro que tinha uma preocupação muito grande com a questão da violência contra mulher porque Bel Air era sabidamente um local que tinha uma característica de violência contra as mulheres. Num esforço conjunto houve a construção de uma delegacia da mulher, exatamente no Forte Nacional que era a base da nossa tropa no bairro. Este Forte Nacional foi destruído pelo terremoto. Meses antes do terremoto, nosso pessoal ajudou a construir ali uma sede da primeira delegacia da mulher exatamente para atender melhor essa demanda que era de muita agressão contra a mulher. Eu lembro que a Viva Rio foi um dos atores para que esse projeto se efetivasse, ajudando na articulação entre ONU, governo Haitiano, BRABAT e comunidade local para que o projeto se concretizasse.

Agora, na parte de segurança havia sempre reuniões semanais com todos os atores: lideranças comunitárias, a Viva Rio, o capitão, que era o chefe do setor de segurança, a polícia da ONU, a Polícia Nacional Haitiana, era uma mesa redonda exatamente para fazer o monitoramento da violência. Casos de homicídios, estupros, crimes etc. eram debatidos nesta reunião e dali se delineavam ações no sentido de reduzir e prevenir esses problemas. O grande esforço da Viva Rio naquela área era de dar mais condições para o jovem e empregabilidade e capacitação técnica para os adultos.”

O terremoto mudou a dinâmica de se trabalhar no Haiti. Como você viu essa mudança em relação a esse trabalho com as comunidades?

“Eu fiquei seis meses depois do terremoto. Eu me lembro que os primeiros dois meses era uma missão completamente diferente. Estavam sendo formados campos de deslocados, refugiados eram quase um milhão de pessoas, nessa situação que perderam o teto, suas casas. Aí o foco era dar condições mínimas, garantir segurança nesses campos para evitar a violência, havia necessidade de distribuir comida, água e havia ainda uma preocupação com transmissão de doenças. Houve pessoas que se deslocaram para o interior, era tudo uma nova realidade. Como Bel Air foi uma região extremamente afetada, foi uma situação muito dramática e houve uma desorganização da sociedade, e eu me recordo que a Viva Rio praticamente sumiu do mapa por um período. Muita gente da comunidade morreu, muita gente perdeu sua casa, pessoas amputadas, crianças sem os pais. O cenário mudou muito, a prioridade era outra depois do terremoto.

Três meses depois eu reencontrei o pessoal da Viva Rio num novo treinamento de brigadas comunitárias, mas eu percebi que as atividades da ONG estavam enfraquecidas. Antes do terremoto a preocupação era melhorar a educação, inserção profissional etc. depois, o foco foi todo direcionado para as questões e as necessidades emergenciais. Dentro das

minhas limitações, entendo que a Viva Rio perdeu um pouco o brilho devido a essa enxurrada de apoio externos. Eu não diria nem ONGs necessariamente, mas das agências voltadas para ajuda em situações de emergência. Muita gente da Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras etc.

Nós tínhamos que fazer escolta quando esse pessoal ia distribuir alimentos. Antes de executar uma operação tinha uma reunião de planejamento para definir a segurança da Missão. Às vezes tinha um choque de cultura porque o pessoal dessas ONGs não estavam acostumados a trabalhar com essa segurança, para alguns deles a distribuição de alimentos era feita de qualquer jeito e isso sempre terminava em bagunça, briga. Houve um arranjo de algumas ideias, depois de um tempo a coisa foi funcionando melhor.

Havia muito mais atores, tinha muita gente de ONGs, muita gente de vários países, muitos socorristas acampados no aeroporto, ficou tudo muito tumultuado durante uns dois ou três meses, e nesse período o foco das ações sociais era distribuição de alimentos. Eu acho que a mudança de cenário levou a Viva Rio a encontrar um outro sentido para as suas atividades.

Eu tive a oportunidade de fazer um QIP que foi uma coisa inovadora. Nós fizemos o primeiro projeto de impacto rápido no pós terremoto que foi a implantação de um centro de produção de mudas para reflorestamento. O objetivo era fazer a compensação do carbono que o Batalhão lançava na atmosfera. Nós fizemos isso em conjunto com a comunidade. Identificamos a árvore que era mais adequada, pois o Haiti só tem 2% de cobertura vegetal e isso, nos casos de furacões e tempestades ajuda a ter deslizamentos e erosões. Essa questão do reflorestamento era uma demanda urgente no Haiti. Organizamos esse projeto, foi aprovado e conseguimos 25 mil dólares para implantar na base brasileira esse projeto de impacto rápido. Chegamos a semear dez mil mudas, as mudas produzidas na base do BRABAT após dois meses eram transferidas e implantadas em encostas do arredor da capital, Porto Príncipe. Esse projeto durou dois anos e foi super bem avaliado pela ONU e recebeu o prêmio A3P do Ministério do Meio Ambiente do Brasil em 2012. ”

ANEXO B – ENTREVISTA COM PEDRO BRAUM – ANTROPÓLOGO E COORDENADOR DE SEGURANÇA DA ONG VIVA RIO NO HAITI

“A dinâmica da violência e da política foram cruciais para a Viva Rio receber o convite para trabalhar no Haiti. Os anos de 2004 e 2005 foram muito violentos e por isso decidiram mudar a dinâmica da Missão. Decidiram adotar um programa da ONU chamado DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração). O DDR é um programa que foi utilizado em outras missões de estabilização da paz e que possui tanto militares quanto civis trabalhando para estabilizar o conflito. A ideia é que, uma vez estabelecida a missão, cria-se canais de diálogo entre as organizações civis e grupos armados. O DDR Foi muito usado na guerra dos balcãs entre as partes em conflito e a ONU. A ideia é sentar com as partes em conflito e negociar o fim das hostilidades e, em troca, ajudar na reintegração e reinserção dos combatentes.

No caso do Haiti foi oferecido bolsa de estudos para os combatentes e financiamento para iniciativas empreendedoras, porém o contexto aqui no Haiti era diferente. Não havia componentes religiosos e étnicos, o conflito político se misturava com banditismo e questões das gangues. Uma situação meia caótica que lembrava as favelas na América Latina, devido a experiência nas comunidades do Rio de Janeiro, a ONG Viva Rio foi chamada para participar do programa DDR no Haiti. A Viva Rio é uma ONG brasileira e o comando da missão era do exército brasileiro, neste sentido, tinha também a questão da cooperação Sul-Sul. No início, o trabalho da Viva Rio era fazer pesquisa e consultoria voltadas para pensar formas de saídas para fora do conflito, bem como, a redução da violência no Haiti, que não fosse baseado no modelo tradicional de combater a violência.

Na segunda geração de programas DDR, criaram a Comissão Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (CNDDR). O Haiti foi importante para iniciar a reflexão sobre estabilização e manutenção da paz. A Viva Rio passou a ter presença local com projetos próprios, principalmente na Grande Bel Air, a intervenção começou muito forte em lá, pois intervir em Bel Air tinha um significado devido ao fato de ser a base de apoio popular do ex-presidente Aristide. Bel Air é um bairro que tem um nível de politização muito grande e no início da missão estava muito violento, era a área mais quente da cidade de Porto Príncipe. Cité Soleil, outro bairro da cidade, ficou com os Jordanianos. Cada país

membro da missão ficou com uma parte do país. Depois, Cité Soleil passou para o comando do Brasil.

Em 2007 a Viva Rio conseguiu financiamento e inaugurou o programa Honra e Respeito por Bel Air, que era como um programa guarda chuva e dentro dele estavam outros projetos. O Tambor da Paz estava dentro do guarda-chuva do Honra e Respeito por Bel Air, havia projetos de coleta de lixo, na área da saúde, distribuição de água, na área de cultura, projetos para adolescentes e jovens adultos, entre outros. A ideia era criar um programa que integrasse segurança, saúde, meio ambiente e educação, a Viva Rio distribuía bolsas de estudos e fazia o sorteio de motocicletas em troca da redução de homicídios.

Os dados de segurança pública praticamente não existem no Haiti, a ONU divulga os dados que a própria polícia passa. A série histórica da ONU começou em 2007 e terminou em 2012. A informação da MINUSTAH é a informação que a polícia haitiana quer passar. Diante disso, a Viva Rio criou um sistema para medir o Tambor da Paz. A ONG se aproveitou de uma rede criada por uma organização, que por sua vez foi criada pelo Preval, que era aliado do Aristides. O Aristide tinha um perfil mais conciliador.

Entre 2004 e 2006, no Haiti não havia um governo eleito, e isso trazia dificuldades de negociação, com a chegada do Preval ao poder essa realidade mudou. Vários grupos viram na chegada do Preval a possibilidade de negociar com o governo. O Preval criou uma comissão de desarmamento, o CNDDR e passou a fazer parte do conselho um homem que era chamado de bandido e “quase terrorista”, o Burgman. Lideranças comunitárias foram contratadas pela comissão (CNDDR) para estimular a conversação com as partes em conflito.

A Viva Rio propôs um acordo de paz junto com as lideranças armadas. A grande violência de 2004, 2005 e 2006 ocorreu devido a dois fenômenos. Primeiro, a reação armada a deposição do Aristide que começa com o início da MINUSTAH. Havia manifestação do povo em favor do Aristide, havia grupos paramilitares eclodindo por todo país. Logo após esse ocorrido começaram as manifestações a favor do Aristide, muitos combatentes eram trabalhadores do governo. O governo transitório partiu para um caça às bruxas.

A pessoa da favela que perde o emprego sabe que a chance de se dar bem é difícil, aí a situação foi ficando bem violenta. Em setembro foi feita uma manifestação e foi superviolenta. Bastante gente morreu em Porto Príncipe já sob comando do Exército Brasileiro, a decisão de ir para luta armada surgiu depois do massacre de setembro. Uma das características das bases é ser movimento armado por um lado e um movimento político por outro. Havia ataques a empresas e escolas ligadas a burguesias.

O segundo foco de violência se dá entre as rivalidades das favelas. A operação Bagdá e a fuga em massa da penitenciária nacional, segundo essa visão, os fugitivos não eram tão engajados politicamente. Depois disso passou a ser o principal foco de violência, a guerra entre os grupos armados. A coisa começa a acalmar a partir do segundo semestre de 2005, o Haiti começou a passar por um processo de pacificação interna. Lideranças armadas mortas por outros grupos; relações internas entre esses grupos; a questão da provisão de segurança. O processo de pacificação não é só da MINUSTAH. Esses grupos armados também ajudaram na pacificação. Nesse período 40% da população foi embora da cidade, foram morar na casa de parentes e os grupos mais moderados expulsaram os mais violentos.

Repressão da MINUSTAH por um lado e abertura através de projetos sociais por outro; empregos que surgem, mediadores com o governo; a possibilidade da eleição do Preval. O Preval recebe o suporte da ONU, ele era capaz de dialogar com vários setores da sociedade haitiana. Preval era o homem perfeito para fazer o trabalho de pacificação. As bases diziam que “o Preval é nosso”, pois ele representava a possibilidade de um novo caminho.

Para participar dos programas DDR, não pode ter mandados de prisão contra você. O Preval depois de eleito chamou vários desses membros para trabalhar no governo. Os Acordos de Paz com as lideranças que a Viva Rio assinou eram coordenados por haitianos, antigas lideranças políticas e armadas que contestavam a deposição do Aristide. A ideia era de que com uma rede lideranças comunitárias pagas, não haveria mais agressões entre grupos. Bolsas de estudos, eventos culturais, os projetos sociais distribuíram quase 300 empregos. Os empregos eram em atividades de limpeza das vias, coleta de lixo etc.

A questão central é: Como fazer com que os combatentes abram mãos das armas sem o uso da força. O DDR tem um elemento dissuasório, ele e a segunda geração **CVR**. Decidem mudar o enfoque e criam o **CVR** e passa a ser projetos de formação profissional.

Às vezes a pessoa não participa oficialmente de algum programa, mas passa a ter uma perspectiva de melhorar de vida de alguma forma. Nos projetos de desarmamento, uma das chaves é trabalhar com a perspectiva das pessoas, a possibilidade de a pessoa mudar de vida. Mesmo o Haiti continuando pobre, se a pessoa acredita que a vida pode melhorar, isso se transforma numa melhora relativa, para a maioria das pessoas é melhor ganhar dinheiro sem colocar a vida em risco.

Entretanto, há exceções, por exemplo algumas lideranças, por vezes têm questões intangíveis. A violência no Haiti pode ter um componente social importante, um lugar onde há 80% de desemprego entre os jovens muito provavelmente vai ter problemas. É difícil viver num ambiente assim, mas esse componente material não explica tudo. Nem tudo pode ser

racionalizado dessa forma, uma certa ética de sobrevivência num mundo “cão”, uma tentativa de encarar os medos num ambiente hostil. Uma das formas de explicar o fenômeno da violência é o sentimento de frustração.

Eu acho que associar pobreza e violência é algo que deve ser feito com cautela, pois não dá para fazer uma relação direta, mas também, não dá para ignorar o fato de muitos jovens terem uma vida degradada e sem perspectiva, por isso, acredito que a ideia de frustração combina esses dois elementos. São os sentimentos e motivações que movimentam as pessoas, quem pega um fuzil e se engaja em algum empreendimento violento, sente-se imbuída de uma certa disposição que ela sabe que pode levá-la a morte, a pessoa sabe que esse risco existe. Acredito que há uma intersecção dos elementos estruturais com os elementos individuais. São vários sentimentos de impotência que frustram as pessoas.

Esse mundo do crime no Haiti é muito diferente do Brasil, no Haiti até o bandido é “fudido”, lá o crime não possui a renda do tráfico de drogas que há no Brasil. No Haiti, o bandido cobra taxas nas estações, nos microônibus, cada ônibus e cada caminhonete que para lá tem que pagar uma grana. Outra fonte de recursos são as relações com a política, assaltos, máfias, roubo de cargas sendo que esses delitos não são cometidos nas favelas.

Eu nunca me vi como parte da missão, acho que foi um esforço para estabilizar. A Viva Rio teve boa relação com os militares e de fato estiveram envolvidos em ações conjuntas. Eu vejo a Viva Rio tentando contribuir com a sua agenda para construção da paz no Haiti. O que a Viva Rio faz tem muita relação com o que ela já fazia antes nas favelas do Rio de Janeiro. Para pontuar um pouco, eu acho que a Viva Rio trouxe uma experiência das favelas brasileiras, sendo que, os aspectos socioeconômicos dessas favelas são semelhantes a maioria das favelas da América Latina e do Caribe.

Um gueto nos Estados Unidos ou um gueto no Canadá não é uma favela em Porto Príncipe ou no Rio de Janeiro. Áreas que não recebem investimento do estado, desemprego, a questão social, a pobreza socioeconômica atinge a todos. No Haiti, é muito comum a pessoa morar num bairro de elite, porém, sem coleta de lixo, sem água encanada, faltam os serviços básicos.

Inovação é uma palavra muito na moda. Eu acho que existe a criatividade, as boas ideias. Uma das “inovações” da Viva Rio foi sempre estar aberto a comunidade local, os acordos de paz por exemplo, a Viva Rio não chegou com a ideia de fazer os acordos de paz, foi uma ideia que surgiu da população. A Viva Rio deixou se influenciar pelas necessidades locais, é preciso estar aberto para isso. Geralmente, os cientistas sociais franceses, canadenses

e americanos são bem-intencionados, mas ao mesmo tempo reproduzem a lógica colonial na tentativa de ajudar a desenvolver o Haiti.

Para tentar evitar o colonialismo acabam gerando uma relação muito protocolar, sem vínculo com a população, essa questão colonial, você não consegue driblar ela, de alguma forma afeta o seu trabalho, mesmo que você faça todo o esforço para não ser afetado e isso acaba te impactando. Por isso prefiro o termo boas ideias e criatividade.

A Viva Rio é muito respeitada no Haiti. É preciso pensar qual é a forma haitiana de se fazer a paz. Sentimento cidadão, que até o bandido tem, eles são pessoas razoáveis, a maior parte das bases de grupos armados existe para fazer a paz, às vezes eles fazem “merda”, mas também oferecem proteção para a comunidade. O caminho para o concerto existe, pois, a mesma pessoa que comete crimes também se sente responsável pela segurança e pelo desenvolvimento do lugar de onde vive. Acredito que dá para, de algum modo, pensar em estratégias sobre a paz, a paz faz parte do repertório, não é só uma questão de convencimento de apelar às moralidades é preciso distribuir recursos, tem uma questão de moralidade, tem política, mas a paz tem o seu preço. A questão prática, concreta dos recursos é importantíssima. Algum tipo de recurso deve ser injetado na comunidade e esses recursos devem chegar a quem faz nas pessoas que fazem a guerra, mas também, deve ser feito de forma transversal visando o equilíbrio com outros grupos. É um processo.

Os grupos devem estar cientes disso, uma forma de destacar isso é ir construindo a paz por fases. Essa dimensão processual é importante e eles devem estar cientes disso, quando estamos tratando de engenharia social, peacebuilding, nós estamos tratando com pessoas. É um ambiente onde não se consegue controlar todas as variáveis, o desafio é mexer com a expectativa individual e coletiva.

O Haiti faz parte do debate brasileiro sobre segurança, segundo os militares brasileiros, fazer parte de uma missão da ONU significa seguir muitos protocolos. Existe todo um arcabouço legal respaldado pelo direito internacional, cada ator cumpre uma missão diferente, porém as ações são pensadas de forma integrada.

Porto Príncipe e Rio de Janeiro, são duas realidades operacionais completamente diferentes, não é a mesma coisa; não é o mesmo problema, O contexto é outro e a forma de intervenção é outra. Desse ponto de vista operacional, sem dúvida, o Exército brasileiro se acha mais apto hoje do que no passado antes do Haiti, eles acham que a experiência adquirida no Haiti habilitou os militares a trabalhar no contexto de guerra irregular. Isso virou um discurso de legitimação para intervenções em segurança pública fácil e rasteiro, não podemos parar a reflexão nisso.

Acho que a forma mais rica de contribuir no debate é discutir a questão tecnicamente. Precisamos mostrar porque que não cabe usar a experiência haitiana no contexto da intervenção do Rio de Janeiro. Do ponto de vista político, a experiência no Haiti abriu espaço para as forças armadas ganharem relevância política.”

14/12/2018

“Qualquer coisa que acontece passa a ser utilizado como pretexto para protestarem mais, havia o medo generalizado, vários bairros montaram barricadas, alguns casos de confronto com a polícia. Nesse último período (julho de 2018) misturou as greves com a política. O Haiti vinha num movimento de diminuição da violência nos últimos anos. Cite Soleil, Grande Bel Air e Martinssant, são os três maiores complexos de favelas de Porto Príncipe, sendo que, aqui em Porto Príncipe, as áreas mais próximas do mar são as mais pobres e mais carentes de infraestrutura.

Atualmente temos dois conflitos envolvendo quatro grupos, conflitos armados entre bases trouxeram muita violência para Martinssant e para a Grande Bel Air desde novembro para cá.

Tem uma questão territorial, tem se falado que uma das bases passou a receber apoio do governo como forma de evitar e prevenir os protestos da Petro Caribe. A área de La Saline é uma área muito politizada e com muita militância, existe um rumor de que um desses grupos estaria recebendo dinheiro e armas do governo para atacar a oposição.

Além disso, há também uma piora das condições de vida das pessoas. Neste caso, juntou a crise política, com um governo muito fraco politicamente, com pouca legitimidade e pouca confiança. Querem que o presidente deixe o cargo, o governo sofre muita pressão e muita demanda e conta com pouca bala na agulha. O governo haitiano tem poucos recursos para mobilizar, e vários setores brigando para ter acesso a esses recursos. Esse aumento da violência pode estar ligado com essa questão política.

Atualmente continuamos com o programa de Polícia Comunitária. Existe um impacto nas nossas atividades que já temos agendadas, por exemplo: temos um centro comunitário em La Saline que é a região mais violenta da cidade hoje. Tivemos que fechar o centro cultural, no nosso planejamento de trabalho sofremos impacto também. Apesar de não sermos os responsáveis pela segurança pública, o Estado que é responsável, mas existe uma demanda, pedidos por ajuda de alguma forma. As pessoas têm noção que a obrigação não é nossa, mas existe uma pressão, que não acho ruim, que é tipo: “O que vocês podem fazer? ” “O que a Viva Rio pode fazer para ajudar diminuir a violência? ”.

Por exemplo: Sempre tivemos atuações pontuais em Martinssant, várias lideranças nos procuraram perguntando se a Viva Rio não poderia iniciar atividades em Martinssant especificamente, temos um projeto lá, sem violência de dez meses, são atividades voltadas especialmente para os jovens, com bastante atividades esportivas. Serão criados mais quatrocentos empregos que serão gerados pelo projeto, isso é uma forma de injetar dinheiro na região, então muitos jovens que poderiam participar de atividades criminosas podem participar desses projetos, diminuindo assim a violência.

Mesmo sem sermos os responsáveis legais tentamos deixar claro para as pessoas que quanto mais diminuir a violência mais projetos virão e eles vão receber ainda mais recursos nas áreas de esportes, empregos, entre outros...

Vamos fazer um projeto de captação de água e isso gera emprego para pessoas. Criando benefícios diretos em regiões muito pobres, criando alternativas sociais muito rápidas e criando expectativa nos grupos armados para serem beneficiados, você apela para a racionalidade das pessoas, apostando que é muito melhor você conseguir dinheiro trabalhando em projetos sociais do que praticando a violência.

Não gosto de chamar os grupos armados de gangues. Eles são grupos que participam da política, são quase como ONGs, são pequenos governos locais que fazem de tudo inclusive a segurança, isso facilita em criar as condições de engajamento, como eles são grupos que fazem política na região é mais fácil conversar com esses grupos do que grupos que fazem apenas crime... Os grupos possuem uma estrutura de diálogo, esses grupos realizam pequenos serviços nas comunidades. Esse aspecto do desenvolvimento é bem forte aqui no Haiti... Os recurso dos programas de desenvolvimento movimentam uma série de engrenagens que fazem contribuem na pacificação. ”

**ANEXO C – ENTREVISTA COM AUGUSTO LEPRE DE SOUZA – TRABALHO
NA ONG VIVA RIO NO RIO DE JANEIRO E NO HAITI DE JANEIRO DE 2014 ATÉ
JULHO DE 2014**

“Eu me formei em Relações Internacionais e entrei na Viva Rio como estagiário, na área de gestão de projetos. Comecei a ter contato com os doadores, bem como, fazer pontes entre os doadores e as partes programáticas de financeiras, o fato de ter fluência nos idiomas, abriu as portas que eu tivesse contato com a gestão de projetos, também tinha um processo de renovação da ONG comandada pelo Rubem César. Ele, o Rubem César, é o grande idealizador dos projetos da Viva Rio.

Em relação aos doadores, a Viva Rio tem um relacionamento histórico com a Noruega e o Canadá, devido a convergência entre a ONG e esses países em algumas pautas, principalmente nas questões de segurança. *Blanc* é qualquer pessoa que é de fora do Haiti.

Os projetos para serem executados envolviam muitos atores. Tudo que envolvia Bel Air era complexo, teve um projeto com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que deu muito trabalho para as lideranças comunitárias, como o projeto envolvia formação profissional e empregabilidade de pessoas, então gerava grande articulação com as lideranças. Alguns projetos/programas geravam dinheiro e emprego para as pessoas da comunidade, o problema era a questão da sustentabilidade, ou seja, ter um mercado de trabalho que fosse capaz de absorver as pessoas que participavam dos projetos. Os principais atores eram a OIT, ONU, Governo Haitiano/Ministério da área, lideranças comunitárias e, dependendo do projeto, os militares participavam.

Uma outra dificuldade é que o fluxo do dinheiro para os projetos é instável, o dinheiro caminha para as situações de emergências humanitárias, por exemplo: Tem o terremoto no Haiti, aí o dinheiro e consequentemente muitos projetos vão para o Haiti, mas pode acontecer de ter um tsunami em algum lugar na Ásia, aí o dinheiro vai todo para lá. Neste sentido, o quadro de funcionários muda muito de tempos em tempos. Teve época, no pós terremoto de 2010 por exemplo, de ter muito projeto e muito dinheiro.

Outro projeto, por exemplo: Reduzir o número de mortes na comunidade, aí você negociava com as lideranças e se não houvesse mortes em tal período, você dava uma motocicleta para as lideranças.

Sobre a ONG no Rio e a ONG no Haiti, são unidades distintas. As duas ONGs são subordinadas a um conselho e são conselhos distintos. No caso da Viva Rio no Haiti há haitianos atuando no conselho administrativo da ONG, já na unidade do Rio, não.

Sobre os projetos pilotos, a gente se permite errar, a Viva Rio era pioneira em ajuda humanitária e desenvolvimento internacional. Era assim porque trabalhava a ajuda humanitária e desenvolvimento internacional dentro da lógica Sul-Sul. A Viva Rio era diferenciada em relação às outras ONGs. Na área de segurança, por exemplo, a gente trabalhava de forma muito lateral, pois a Viva Rio sentava na mesa com lideranças comunitárias, fazia coisas que outros atores da MINUSTAH não faziam.

O mestre Flávio Saudade fez o projeto *Gingando Pela Paz* no Haiti e hoje está no Congo, ele começou trabalhando com crianças soldados. O *Gingando Pela Paz* visava mais os meninos, mas tinha também o *Aochan Creole* que era oficina e aula de dança e trabalhava mais com as meninas, eram trezentas crianças que passavam por lá todos os dias e esses dois programas davam uma condição para a Viva Rio entrar na comunidade.

A Viva Rio sempre foi um dos maiores patrocinadores de eventos culturais, ter um envolvimento com nas manifestações culturais sempre foi uma questão importante para a ONG. A Viva Rio já levou gente da Unidos da Tijuca para o Haiti, a Viva Rio patrocinava o carnaval e também abria espaço para que as pessoas gravassem um CD de música.

Só a Viva Rio conseguia fazer essas coisas, e fazia por conta do jeito brasileiro mesmo. Não tenho como afirmar que é diferente, mas o fato de não ser europeu e americano abria as portas na comunidade, os militares brasileiros sempre foram parceiros nos projetos. Um exemplo disso é o batalhão de engenharia, às vezes precisava furar um poço, aí eles iam lá e furavam, também tinha uma parceria em relação a troca de dados com os militares, os dados de homicídio quase nunca batiam.

Trabalhar na Viva Rio e no Haiti foi importante para construir contatos a partir da experiência, muito do que eu aprendi lá no Haiti eu uso como referência no meu trabalho. No Haiti eu aprendi muito. Meu atual chefe, que me contratou na UNICEF, disse que ter trabalhado no Haiti era um diferencial no meu currículo, proporcionou uma bagagem diferente.”

ANEXO D – ENTREVISTA COM SEBASTIÃO SANTOS – ATUAL PRESIDENTE DA ONG VIVA RIO

A Viva Rio tem uma postura de trabalho que vai numa linha firme e isso nos deu moral diante da comunidade. O cenário de algumas comunidades é que todo dia tem gente morrendo, todo dia tem gente ferida, é uma guerra permanente o que acontece no Rio de Janeiro.

O nosso jeito de trabalhar é se aproximando da comunidade e ouvindo as lideranças.

Por exemplo: Fomos contratados pela Ampla (Empresa de energia elétrica) para fazer um trabalho numa comunidade chamada Reta, em Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A Ampla estava proibida de entrar na comunidade da Reta. Quando acontecia algum problema na rede de energia elétrica na comunidade e empresa não podia ir lá e consertar. A empresa queria entrar na comunidade e trocar a maior parte dos equipamentos da rede de energia da comunidade, pois 85% da energia consumida na comunidade era gato (furto de energia).

Fizemos uma boa reunião com as lideranças da comunidade e anunciamos a nossa intenção de entrar na comunidade. Entramos na comunidade, construímos uma sede da Viva Rio e passamos a oferecer atividades esportivas e cursos para a juventude. Organizamos campeonatos de futebol, cursos de artesanato, informática, pintura, ensino médio e ensino fundamental, entre outras atividades.

A empresa ofereceu uma “anistia” para as pessoas trocarem os equipamentos da rede elétrica. Na medida em que trabalhávamos na comunidade, a confiança dos moradores no nosso trabalho foi aumentando.

Aí soubemos que as pessoas ligadas ao tráfico de drogas não eram os responsáveis pelo impedimento da Ampla entrar na comunidade e nem pelo roubo de energia. Os traficantes não estavam se beneficiando da ilegalidade, mas sim as pessoas ligadas à associação de moradores de bairro da comunidade. O tráfico gostava do nosso trabalho.

Pouco tempo depois toda a rede foi trocada e a empresa reduziu o gato de 85% para 5%.

Hoje o nosso grande trabalho é na área da saúde e temos 9.300 funcionários, sendo maioria composta por mulheres.